

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL**

**CASAS DE VILA - LUGARES DE MEMÓRIA NO CENTRO HISTÓRICO DE
MANAUS**

LÚCIA BUTEL TAVARES

**MANAUS - AMAZONAS
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

CASAS DE VILA – LUGARES DE MEMÓRIA, NO CENTRO HISTÓRICO DE
MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

LÚCIA BUTEL TAVARES

Orientador: Professor Dr. Sidney Antônio da Silva

MANAUS - AMAZONAS
2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

T231c Tavares, Lucia Butel
Casas de vila - lugares de memória no centro histórico de
Manaus / Lucia Butel Tavares . 2023
130 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Sidney Antônio da Silva
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. memória. 2. centro histórico. 3. patrimônio. 4. urbanização. 5.
vilas. I. Silva, Sidney Antônio da. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

LÚCIA BUTEL TAVARES

**CASAS DE VILA – LUGARES DE MEMÓRIA, NO CENTRO HISTÓRICO DE
MANAUS**

Banca Examinadora

Professor Dr. Sidney Antônio da Silva / UFAM /PPGAS
Presidente

Professor Dr. Sérgio Ivan Gil Braga / UFAM /PPGAS
Membro

Professor Dr. Otoni Moreira de Mesquita /UFAM
Membro

Dedico àqueles que acreditam na pesquisa, por conseguinte neste trabalho!

AGRADECIMENTOS

Ao universo, que me permitiu chegar até aqui, aos anjos, santos, orixás e guias!

A todos aqueles que me apoiaram para a realização deste trabalho, meus amigos e familiares, em especial aos meus irmãos e irmãs, Socorro, Cândida e Catarina, e aos colegas de curso, Larice Butel, pelos debates engrandecedores sobre as casas de vilas, e Mauro Dourado, pelas leituras referentes à centros históricos e patrimônio cultural.

Ao Raimundo Nonato Pereira da Silva, companheiro incansável em apoio nos projetos, estudos e pesquisas, além de indicar leituras, investindo em livros e contribuindo para o debate sobre as casas de vilas; e também, ao professor Gerson de Medeiros, que intermediou o contato com moradores da vila do Mário (N°1037), na rua Luiz Antony.

Aos moradores das casas de vilas, que colaboraram para a realização deste trabalho; em especial dona Socorro Dantas (vila Elvira); Professora Leila, dona Maria do Socorro e dona Maria José, (vila Baipend); aos irmãos Mário e Rosalina (da vila 1037), Sabrina e seu avô José (da vila Jorgete), Yonara (da *villa* Ninita); e ainda aos moradores Dona Dorinha (vila Dorinha), Dona Sebastiana (in memoriam) e Seu Humberto (vila Baima), que já haviam contribuído, com suas falas em outro momento e à artista amazônida Lucinha Cabral, que de maneira virtual, me falou sobre a vila Santa Rita.

Ao meu orientador, professor Dr. Sidney Antônio, que mais uma vez estendeu a mão e seu conhecimento, a este trabalho, aos também professores Sérgio Ivan Gil Braga, Pedro Paulo Araújo, Alvatir Carolino, Otoni Mesquita e Renato Athias, pelo apoio, diálogos e ensinamentos sobre antropologia urbana, memórias, patrimônio cultural e arquitetônico na cidade de Manaus;

Aos órgãos públicos IMPLURB e IPHAN, que contribuíram com informações e indicações de referências bibliográficas; aos amigos e bibliotecários do Museu Amazônico, Rosângela e Robson, e aos irmãos Mendes da Livraria Nacional, que incansavelmente dispunham e garimpam obras raras, sobre a cidade de Manaus.

Muito agradecida!

RESUMO

Este trabalho é sobre as *casas de vila do centro histórico da cidade de Manaus*, moradias conjugadas, identificadas pelo nome, sobrenome, ou pelo lugar de origem do proprietário, como as vilas Portugal e Brazil. Algumas vilas, são remanescentes do período da exploração da borracha e foram construídas na primeira metade do século XX, por imigrantes; destaca-se que a maioria das edificações, heranças da riqueza gerada com a exploração, estão no centro antigo da cidade. Deste modo, um dos objetivos principais é identificar as casas de vilas, relacionando-as como lugares de memória, baseados nos diálogos com os moradores, principalmente os mais antigos. O interesse pelo tema surgiu devido ao acelerado processo de urbanização e crescimento populacional em Manaus, que apresenta uma imagem bastante diversificada, por sua economia, aspectos sócio culturais e ainda pela beleza de seus patrimônios naturais, históricos e arquitetônicos, sendo atualmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade mais populosa do estado do Amazonas, tal fato, obviamente acarreta forte avanço do capital imobiliário, altos investimentos em construção de prédios, condomínios, e ainda assim, com todo esse processo, a presença das casas de vilas no centro é notória, aparentando uma cidade antiga dentro de outra cidade, fato que chamou bastante atenção, estimulando a realização deste trabalho. Todos esses fatores ajudam a compor a memória histórico cultural da cidade; logo, compreender as relações sociais construídas nas vilas, consiste também em compreender o modo de vida dos moradores, assim sendo, adotou-se os conceitos de memória, cultura e patrimônio para serem trabalhados na temática, tendo como procedimentos de campo, o método de levantamento de dados, além de registros escritos e orais, como o diálogo com os moradores, enfatizando também, a ótica do poder público em relação às casas de vilas, uma vez que a maioria, está inseridas em área tombada, no centro histórico de Manaus.

Palavras-chave: Memória; Centro Histórico; Patrimônio; Urbanização; Vilas.

ABSTRACT

This work is about the village houses in the historic center of Manaus, conjugated houses, identified by name, surname, or by the place of origin of the owner, such as Vilas Portugal and Brazil. Some villages are remnants of the period of rubber exploration and were built in the first half of the 20th century by immigrants; it should be noted that most of the buildings, legacies of the wealth generated with exploration, are in the old center. Thus, one of the main objectives is to identify the houses of villages, relating them as places of memory, based on dialogues with residents, especially the oldest ones. Interest in the subject arose due to the accelerated process of urbanization and population growth in Manaus, which presents a very diversified image, due to its economy, socio-cultural aspects and also due to the beauty of its natural, historical and architectural heritage, being currently, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the most populous city in the state of Amazonas, this fact obviously entails a strong advance in real estate capital, high investments in the construction of buildings, condominiums, and yet, with all this process, the presence of casas de vilas in the center is notorious, appearing to be an ancient city within another city, a fact that drew a lot of attention, stimulating the realization of this work. All these factors help to compose the city's historical and cultural memory; therefore, understanding the social relations built in the villages also consists of understanding the way of life of the residents, therefore, the concepts of memory, culture and heritage were adopted to be worked on the theme, having as field procedures, the method of data collection, in addition to written and oral records, such as dialogue with the residents, also emphasizing the perspective of the public power in relation to the houses of villages, since some are inserted in the listed area of the historic center of Manaus.

Key Words: Memory; Historic Center; Heritage; Urbanization; Villages.

EPÍGRAFE

As muitas cidades - Aldisio Filgueiras

Sim: existe uma cidade em nós.

Uma cidade tão singular, que se realiza apenas
no plural: Manaos-Manaus

[...]

A rua tomou outro rumo. Varandas
e telhados que acolhiam estrelas
e mangas viveram esse tempo de glória.

Quem viveu, viu -- em vão.

[...]

Aí, Manaos é Manaus: uma questão de sentido

[...]

Um professor de pince-nez, recolheu o azul dos azulejos
e construiu um arquivo de inconfessáveis sigilos

Foi o bastante: inventou a memória
que é tudo o que fica da história.

[...]

Ninguém é de pedra.

Só a cidade

que engana até a eternidade.

[...]

Aí, Manaos é Manaus: uma questão de sentido.

Memórias - Carlos Drumond de Andrade

[...]

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.

Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.

QUADROS

Quadro I	Casas de vila relacionadas no decreto municipal N° 7176.....	45
Quadro II	Casas de vila no bairro Cachoeirinha.....	45
Quadro III	Casas de vila no bairro Centro.....	46
Quadro IV	Casas de vila no bairro Nossa Senhora Aparecida.....	47
Quadro V	Casas de vila no bairro Praça XIV de Janeiro.....	48

FIGURAS E MAPAS

Figura 01 - Villa Rosa	28
Figura 02 - Villa Fanny.....	36
Figura 03 - Mapa do Centro Histórico de Manaus.....	40
Figura 04 - Entrada da vila Baipend.....	60
Figura 05 - Moradora da vila Baipend.....	65
Figura 06 - Vista da vila Baima.....	66
Figura 07 - Via de acesso da vila Barroso.....	70
Figura 08 - Espaço das 13 casas da vila Dorinha.....	72
Figura 09 - Cerimônia - casamento de Moacir Andrade.....	73
Figura 10 - Fachada da vila Elvira.....	77
Figura 11 - Fachada da vila Jorgete.....	79
Figura 12 - Morador da vila Jorgete.....	83
Figura 13 - Vista da vila do Mário.....	84
Figura 14 - Vista aérea do Palácio Rio Negro e villa Ninita.....	86
Figura 15 - Mapa das casas de vilas do Centro Histórico de Manaus.....	97
Figura 16 - Villa Augusta.....	114
Figura 17 - Casa na vila Betel.....	114
Figura 18 - Fachada da vila Bitar.....	115
Figura 19 - Entrada da vila do Chaves.....	116
Figura 20 - Vista da vila Dorinha.....	117
Figura 21 - Vista da vila Elvira.....	117
Figura 22 - Vila Ercília.....	118
Figura 23 - Entrada da vila Jandira.....	118
Figura 24 - Vista da vila Lucy	119
Figura 25 - Portão de entrada da antiga villa Nair.....	119
Figura 26 - Casas da vila Portela.....	120
Figura 27 - Residencial Maués.....	120
Figura 28 - Vila Simões.....	121
Figura 29 - Placa beco Major Gabriel.....	121
Figura 30 - Placa vila Santo Antônio.....	121
Figura 31 - Placa vila São José.....	121

LISTA DE SIGLAS

CAUA - Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas

CHM - Centro histórico de Manaus

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística

ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S/A

IMPLURB - Instituto municipal de planejamento urbano

IPEA - Instituto de pesquisa econômica aplicada

IPHAN - Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional

IPASEA - Instituto de previdência e assistência social do Estado do Amazonas

PAC - Programa de aceleração do crescimento

SEC - Secretaria de estado e economia criativa do Amazonas

SEIUP - Setor especial das unidades de interesses de preservação

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	21
1.0 - Cidades, vilas e moradias – breve descrição	21
1.1 - vilas operárias: o caso de Paranapiacaba, Itororó, Maria Zélia e Serra do Navio	23
1.1.1- vilas operárias em Manaus – o projeto inicial	27
1.2 - A cidade de Manaus e as faces do apogeu urbano - breve contexto.....	29
1.3 - Moradias amazônicas - da cobertura de palhas às telhas importadas	33
1.4 - O centro histórico e os casarões - a modernidade manauara?	37
1.5 - As casas de vilas: memórias e patrimônio cultural no centro histórico de Manaus.....	44
1.6 - Memórias e poder público: O caso das casas de vilas do centro histórico de Manaus.....	48
1.7 - As casas de vila demolidas - uma parte apagada da memória manauara.....	51
CAPÍTULO II	53
2.0 - Chegando nas casas de vila no centro histórico de Manaus.....	53
2.1 - O cotidiano das vilas	59
2.1.1 - Vila Baipend.....	59
2.1.2 - Vila Baima.....	65
2.1.3 - Vila Barroso	69
2.1.4 - Vila Dorinha.....	71
2.1.5 - Vila Elvira	76
2.1.6 - Vila Jorgete.....	78
2.1.7 - Vila do Mário.....	83
2.1.8 - Villa Ninita.....	85
2.2 - As casas de vilas do Centro Histórico - um contexto socioantropológico.....	89
CAPÍTULO III	95
3.0 - Re (conhecendo as casas de vila do Centro Histórico de Manaus.....	95

3.1 - Resultados e Discussões.....	98
3.2 - Considerações Finais.....	102
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE.....	113
ANEXOS.....	122

APRESENTAÇÃO

No decorrer da minha trajetória acadêmica sempre busquei entrelaçar as ideias referentes às temáticas de patrimônio, cultura, cidades, urbanização, as quais permearam reflexões em meus trabalhos de conclusão de cursos. Atualmente, no início da minha formação em antropologia, algumas disciplinas e leituras ganharam novos contornos, o que me proporcionou maior afinidade com os conceitos citados acima. Seguindo neste contexto e com um olhar mais atento e amadurecido, retomei o estudo referente às casas de vilas do centro histórico de Manaus, temática que vem sendo estudada desde a minha graduação¹ em ciências sociais, com o trabalho de conclusão de curso (monografia, que também surgiu a partir de um olhar sob o centro histórico e essas moradias), onde os diálogos com os moradores, foram realizados de maneira informal, para que eles pudessem sentir-se a vontade, falando e expressando livremente suas colocações referentes às moradias, o cotidiano e o entorno que os cerca. Nos dois momentos de pesquisa², os diálogos com os moradores despertaram inúmeras lembranças em relação à diversos elementos citados por eles, que compunham o passado junto às casas de vila e diretamente ligados ao bairro centro; são histórias referentes ao antigo transporte sob trilhos (que chegaram a vê-lo, ainda por volta dos anos 1950, ou que ouviram algum morador antigo contar), a alegria das diversões em banhos nos igarapés³ do centro, as saudosas sessões de cinemas, além da realização do festival folclórico no ginásio General Osório (localizado no colégio militar de Manaus, no bairro centro) e ainda as folias dos bailes carnavalescos nas ruas e nos clubes da avenida Eduardo Ribeiro. Fazendo referência aos elementos citados pelos moradores, destacamos, principalmente os igarapés e os transportes sob trilhos, que fizeram parte da dinâmica e urbanização centro e seu entorno. Segundo o ex-secretário de cultura do estado do Amazonas, até o início dos anos 1950 (Braga, 2020, p.308), do século XX, ainda era possível admirar os bondes, na cidade, transporte que além de elétricos, garbosos e elegantes, se tornaram atração à parte, nas tardes de domingo e estão eternizados na história local, juntamente com os aterrados igarapés, seja em livros, revistas, jornais e/ou nas memórias dos moradores, inclusive daqueles que residem ou já residiram no bairro centro e também nas casas de vilas do centro histórico de Manaus.

¹ Memórias histórico-culturais das casas de vila de Manaus: um estudo de caso das vilas Baima, Dorinha e Jorgete. Monografia defendida pela autora em 2015, para o curso de Ciências Sociais da UFAM.

² Pesquisa de campo na graduação e recentemente na pós-graduação (2022/2023).

³ Por tempos de códigos de postura, eram proibidos banhos em igarapés, inclusive os infratores estavam sujeitos à prisões. In:<https://www.jcam.com.br/noticias/vida-e-morte-dos-igarapes-e-balnearios-de-manaus-1a-parte/>.

Desta forma e considerando a relevância da trabalho monográfico já citado, os olhares atentos, as lembranças vívidas e as narrativas dos moradores, aqueles diálogos despertaram e gestaram o que hoje vem ser o objeto de reflexão deste novo trabalho, pois foi então que percebi ao ingressar no mestrado de antropologia, a interessante oportunidade de retomar os estudos das casas de vila, dando continuidade à temática, agora como dissertação e utilizando os diálogos realizados naquele primeiro momento, somados à uma nova perspectiva e um novo olhar. Assim sendo, a temática das casas de vila, retomada neste novo trabalho, tem como título, Casas de vila - lugares de memória no centro histórico de Manaus.

Tendo em vista a passagem de tempo em relação ao primeiro trabalho, se fez necessário a realização de novas incursões no campo para encontros com moradores das vilas, novos olhares, bem como novos diálogos, o que de fato aconteceu. O retorno às vilas, bem como novos diálogos e encontros, foram acontecendo gradativamente, antes impedidos pela pandemia de covid-19, comprometendo inclusive o cronograma inicial da pesquisa, fato que precisa ser salientado aqui, pois justifica o atraso da ida ao campo, principalmente pelo cuidado com os moradores mais idosos das vilas, que precisavam se resguardar. É necessário salientar também, que o retardo da ida à campo, justifica-se pelo atraso da aplicação das doses de vacinas e obviamente, devido o receio das pessoas em manter contato ou atender alguém de fora, até por ser uma recomendação dos órgãos oficiais de saúde, manter o isolamento social.

Embora tenha recebido a minha primeira dose, em junho de 2021, as visitas, às casas de vilas, continuaram inviáveis, sendo retomadas após a notificação pelos meios de comunicação sobre a queda nos números de casos da doença e após o recebimento das minhas outras doses da vacina, por fim, o retorno ao campo, com o início dessa nova fase para a construção de dados, foi em julho de 2022, quando pude visitar e conhecer a casa de vila nº1037 (popularmente conhecida por vila do Mário, e com pouco mais de meio século de existência); segundo os filhos do antigo proprietário, a vila foi construída pelo pai deles, um português, entre os anos cinquenta e sessenta, do século XX. A casa de vila está localizada na rua Luiz Antony, área de entorno do centro histórico de Manaus.

Diante de todo o exposto acima, vale salientar que este trabalho foi realizado, devido a pandemia, com algumas etapas simultâneas, como a busca por informações em órgãos públicos e também com a realização de visitas e caminhadas quase diárias pelo centro histórico, com a finalidade de identificar casas de vila, além de tentar perceber o cotidiano dos moradores, a questão das relações sociais construídas naqueles lugares, e ainda que não fosse permitido entrar para conversar com os moradores nas vilas, o ato de observar também se tornou um exercício constante, e mesmo de longe, um recurso digital me deixava mais próxima das vilas,

a fotografia. Foi principalmente com esta aproximação e com base nos diálogos, que foi escrito cada trecho desta dissertação, assim, começo fazendo uso de metáforas, dizendo que escrever sobre as casas de vilas foi como construir um tapete de retalhos, bordado (à mão), para descrever tal esforço, onde cada pedacinho de pano se tornou grande e parte importante, para a construção etnográfica, referente às casas de vilas, do centro histórico da cidade de Manaus.

INTRODUÇÃO

A cidade de Manaus, ‘batizada’ na segunda metade do século XIX com nome indígena⁴, a capital do Amazonas é uma das únicas a carregar um nome étnico, e nasceu segundo a sua história, literalmente no bairro centro, com a construção do forte de São José do Rio Negro. No entanto, já vinha habitada por povos indígenas que por aqui moravam, como aqueles que lhe deram seu nome, os Manaós⁵. Suas origens indígenas são o marco de seus habitantes, nativos ou não, seus conhecimentos e costumes são traduzidos também na forma de construir suas casas, com palhas da região e piso de terra batido, diferenciados totalmente dos colonizadores que tinham outras maneiras de construir suas casas, eram outras formas de moradias, muito mais ‘modernas’ (algumas delas, no estilo das *casas de vilas*).

Mundialmente reconhecida como uma capital próspera e afortunada entre o final do século XIX e início do século XX, riqueza essa, traduzida em grandes obras, fazem hoje de Manaus, uma cidade histórica - sua arquitetura antiga conta boa parte desse processo, principalmente os grandes edifícios e casarões, localizados na área do centro antigo⁶, dentro dessa vertente citadina, incluem-se as casas de vila, inclusive algumas delas, amparadas e protegidas por Lei⁷. Atualmente, Manaus é a sétima capital mais populosa do país, com uma população de mais de dois milhões de habitantes, segundo o censo do IBGE, 2022, são (2.063.547) pessoas na capital do Amazonas, número que ajuda a explicar o crescimento exponencial de construções de moradias, prédios residências e vias públicas, o que consequentemente altera a dinâmica da cidade e dos bairros, pois são fatores que influenciam no cotidiano das pessoas, pois, tais transformações, são acompanhadas de mudanças nas relações sociais dos indivíduos, das famílias, da sociedade e juntamente a este processo, surgem, além de todo aparato de serviços que as grandes cidades proporcionam, como transporte, turismo, indústria, comunicação, áreas de lazer e comercial e os mais variados problemas sociais, econômicos, de segurança, habitação, insegurança alimentar, bem como altos índices de criminalidade, além de pessoas em situação de rua, tornando esses grupos, vulneráveis a ataques de toda ordem. Deste modo, considerando o processo de crescimento

⁴ Em 21 de agosto de 1856 o deputado provincial João Ignácio Rodrigues do Carmo apresentou projeto de Lei à Assembleia Legislativa [...], alterando a denominação da capital da província do Amazonas da cidade da Barra do Rio Negro para cidade de Manaus [...] aprovado em 28 de agosto do mesmo ano [...]. (BRAGA, 2020, p.205).

⁵ Antes da civilização branca, dita europeia chegar, à atual Região Amazônica brasileira como é conhecida a grande área, em que se insere Manaus [...], esta deve ter sido habitada por um povo muito mais adiantado do que aquele que foi encontrado no lugarejo, em 1669, quando da fundação do Forte de São Jose da Barra do Rio Negro [...], foram várias as nações indígenas que viveram na região [...], especialmente os Manaós [...]. (BRAGA, 2020, p.43; 44).

⁶ Tombado em 1990, pela Lei Orgânica do município, Artigo Nº 342;

⁷ Diário Oficial do Município de Manaus, de 14 de junho de 2004, Decreto Nº 7176 de 10.02.2004 - Estabelece o Setor Especial de Interesse de Preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus.

populacional, causando inúmeras mudanças no espaço urbano da cidade de Manaus, a permanência de algumas edificações, como as casas de vila, no centro histórico e seu entorno, chama atenção devido, principalmente, ao contraste com a urbanização e desenvolvimento na cidade de Manaus, principalmente, nas últimas décadas. Logo, a presença dessas casas conjugadas, identificadas por nomes próprios no centro histórico de Manaus, leva a imaginar uma cidade paralela, pelo fato de permanecerem no Centro, porém trazendo consigo, no peso do tempo, características singulares, que estimulam ainda mais, o foco nos estudos referente às casas de vilas, como lugares de memória.

Ao situar as vilas como lugares de memórias, significa identificar também, a representatividade imaterial dessas moradias, além das reflexões sobre patrimônio, lugares de memória, e relações sociais, que foram a base para a construção desta dissertação, e como citado no início, para escrevê-la, foram necessários recortes, colagens, emendas, e até remendos, uma vez que os registros históricos sobre a temática, são escassos, de sorte que na literatura amazonense, alguns escritores citam em seus trabalhos, trechos referentes às vilas, um exemplo está na leitura realizada na obra *Manaus amor e memória*, onde o escritor e poeta amazonense, Thiago de Mello conta que na infância, residia com sua família em uma casa de vila, no bairro Centro, outro escritor que também cita casas de vilas, é Mário Ypiranga, ele aborda no livro, (*O tratado do prédio amazonense*), que lamentavelmente, algumas dessas casas de vilas, foram demolidas, ou alteradas, como a vila que abriga o atual prédio do hospital Samel, que teve toda a fachada coberta; outro que cita vilas em seus escritos, é Jefferson Péres (ex senador, já falecido), que comenta sobre a beleza dos grandes casarões do centro histórico, lamenta algumas demolições, para dar lugar às construções ‘modernas’, e conta em seu livro *a Evocação de Manaus*, um caso referente à mudanças de nome da vila Itália, atual vila Baipend (o qual será abordado no segundo capítulo). Destaco também, a dissertação elaborada pela arquiteta e urbanista, Ana Guerreiro, referente às vilas urbanas de Manaus como herança colonial e lugares de memórias, sem deixar de citar também o renomado escritor Milton Hatoum, que conta em sua obra *Cinzas do Norte*, como era a vida na vila Ópera, destaco também a obra *Negritude e Modernidade* publicada pelo governo do estado do Amazonas em 1990, a qual comenta sobre a vila Lisboa, localizada no Bairro Nossa Senhora Aparecida.

Em se tratando sobre as casas de vila citadas acima, e ainda as que já foram demolidas, faço associação às leituras realizadas sobre urbanização, cidade, modernização e patrimônio cultural, o que levam a problematizar qual o sentido e o significado que as vilas têm para as pessoas que nelas residem? E ainda, como o poder público percebe essas moradias que estão

inseridas no acervo patrimonial do centro histórico de Manaus e seu entorno, quanto à preservação, história e memória dessas casas de vila?

Assim sendo, por meio deste trabalho, faz-se um aceno ao poder público quanto à presença das casas de vila, suas histórias e memórias; portanto, busco, por meio dos diálogos com os moradores, atentar para a conscientização destes, junto aos órgãos responsáveis pelo patrimônio da cidade, tendo em vista participação e acesso aos programas de valorização e dos patrimônios, neste caso como lugares de memória. Relacionado à preservação do patrimônio cultural, Lúcia Montes (2007, p.100), comenta sobre a tirania do patrimônio edificado, considerado, segundo a autora, “objeto prioritário das políticas de preservação do Estado - sítios, monumentos e construções considerados de valor histórico ou artístico[...]”, que a autora chama de ‘bens de uma elite’, entretanto e visando a preservação de patrimônios, além da ‘pedra e cal’, continuamos com Montes quando a autora comenta, que devido “a necessidade de preservação de outros bens”, foi instituído o decreto 3.551/2000 que “institui o registro de bens de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio imaterial e dá outras providências” (IPHAN, 2000), dispositivo legal que abre um leque para registro da imaterialidade presente na “cultura imaterial brasileira, como modos de fazer, festas, celebrações, lugares, etc [...]” (Braga, 2012, p.81).

Esta dissertação, tem como objetivo geral, descrever as casas de vilas como lugares de memória no centro histórico de Manaus, de forma específica busca-se compreender através dos diálogos com os moradores os aspectos culturais presentes nas casas de vila.

Em relação aos procedimentos metodológicos, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a temporalidade de urbanização da cidade de Manaus no final do século XIX e início do século XX, fase essa conhecida como *Belle Époque*, (que proporcionou a construção de diversos casarões, alguns destes com padrão ‘casa de vila’), além da utilização de sites de buscas, blogs locais e acervos das bibliotecas do Museu Amazônico e Mário Ypiranga Monteiro, localizada no Centro cultural dos povos da Amazônia. Foram revisados também a literatura e as informações obtidas durante a formatação do trabalho de conclusão de curso em ciências sociais, defendido pela autora em março de 2015. Algumas das fontes utilizadas nesta dissertação, também fizeram parte daquele primeiro trabalho⁸, somados à elementos presentes nos diálogos com os moradores, daquela primeira pesquisa, uma vez que tais diálogos foram o limiar para pensar esta dissertação, um segundo momento de pesquisas

⁸ Livros, revistas, jornais e registros antigos referentes à Manaus antiga, como o início de formação da cidade de Manaus, enfatizando as primeiras moradias, objetivando identificar as primeiras vilas da cidade. Além de buscar informações com historiadores, pesquisadores e ainda antigos moradores de casas de vilas. Neste novo campo, um dos recursos didáticos mais utilizados foram os acervos da biblioteca do Museu Amazônico.

sobre as casas de vilas, agora como lugares de memórias, no centro histórico da cidade de Manaus.

Após a realização de leituras, procedeu-se a identificação e mapeamento das localidades em que se encontram as casas de vilas no centro histórico de Manaus, quando também foram contactados, via e-mail, órgãos do poder público, como a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC), o Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - Amazonas, visando captar dados e informações oficiais sobre as casas de vilas; quanto ao retorno desses órgãos públicos, o IPHAN retornou as informações por e-mail, com indicações de leituras e de referências sobre o centro histórico de Manaus; quanto ao IMPLURB, apesar de não ter recebido retorno do e-mail enviado, me dirigi até o prédio da prefeitura de Manaus, no dia nove de setembro de 2022, quando fui atendida pelo departamento de patrimônio histórico, momento em que me foram fornecidos mapas e informações referentes ao centro histórico de Manaus. No entanto e lamentavelmente, após insistentes ligações e reiteraões da mensagem enviada à SEC, não obtive retorno da solicitação feita por e-mail, onde consta meu pedido de informações que seriam de grande valia para a construção do texto, referente à *villa* Ninita, localizada no complexo daquela Secretaria, junto ao Palácio Rio Negro. E por fim, foram realizados novos diálogos, com moradores da vila do Mário, localizada na rua Luiz Antony, vila Baipend, localizada na rua Vinte e Quatro de Maio, vila Jorgete, localizada na rua Lauro Cavalcante e vila Elvira, localizada na rua Ramos Ferreira. Além dos diálogos, também foi oportuno conversar com o professor e escritor amazonense Otoni Mesquita e uma moradora que na sua infância, residiu na Villa Ninita, sendo este último diálogo, de modo virtual.

Isto posto, em linhas gerais, o texto desta dissertação, está estruturado em três capítulos. O primeiro aborda contextos históricos, políticos e socioculturais; o segundo capítulo trata sobre às idas à campo e o debate em relação aos diálogos com os moradores, e o terceiro capítulo descreve os resultados obtidos, finalizando com as considerações e recomendações, seguidos do apêndice com a iconografia da pesquisa e os anexos.

CAPÍTULO I

1.0 - Cidades, vilas e moradias – breve descrição

Algumas cidades brasileiras nasceram em torno do litoral, por onde aportaram os colonizadores, algumas dessas cidades surgiram como freguesias e/ou vilas⁹, recebendo posteriormente, o título definitivo de cidades. Citamos como exemplo, a primeira vila do país, São Vicente, em São Paulo e ainda, a própria capital do estado do Amazonas, que até meados do século XIX era chamada de Vila da Barra¹⁰.

Em meio ao desenvolvimento das cidades brasileiras, Darcy Ribeiro comenta em ‘O Povo Brasileiro’, sobre o surgimento de pequenos aglomerados, os quais o autor chama de vilarejos estradeiros, “moradias que serviam de pousio para trabalhadores que efetuavam longas viagens intermunicipais”. (Ribeiro, 2006: p.180). Ao debatermos sobre cidades e suas definições, citamos o sociólogo Max Weber, o qual diz que cidade no sentido etimológico da palavra é um local de mercado, ou seja, a mesma nasce a partir da necessidade ou exigência de um lugar para se realizar as trocas, estas podem se estender desde trocas comerciais, às relações pessoais, além de questões afetivas e de afinidades. Ainda segundo Max Weber, (1.999), assim diz o autor, sobre definição de cidade:

“Pode-se tentar definir “cidade” de formas muito diversas. Apenas uma coisa tem em comum todas as definições: que se trata, em todo caso, de um assentamento fechado (pelo menos relativamente), um “povoado” e não de uma ou várias moradias isoladas[...]” (Weber, 1999, p. 408).

Weber comenta que, “[...] nas cidades (mas não apenas nestas) costumam as casas encontrar-se muito perto uma da outra, hoje em dia, em regra, geminadas”. Com isso, Weber abre uma discussão conceitual convergente com o que as casas de vilas configuram, e sua análise se aproxima de uma identificação com o tema aqui abordado e ainda com a definição que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trata de casas de vila, ou seja, casas geminadas, que abrigam mais de uma casa num mesmo espaço. O IBGE as define de acordo com a classificação e tipo de domicílio, conforme abaixo:

“Casa de vila é o domicílio localizado em casa que faça parte de um grupo de casas com acesso único a um logradouro. Na vila, as casas estão agrupadas umas junto às

⁹ Neste caso, denomina-se vila, como centro administrativo; vale lembrar que neste trabalho a temática referente à vilas, refere-se à moradias, notadamente se faz necessário diferenciar inicialmente, esse conceito que será abordado em todo o decorrer deste trabalho.

¹⁰ De acordo com a Lei No 145 de 24 de outubro de 1848. Ugarte, Auxiliomar (2019, p, 51).

outras, constituindo-se, às vezes, de casas geminadas. Cada uma delas possui uma identificação de porta ou designação própria. [...]” (IPEA, 2011, p.08).

Assim sendo e para fins de definição, realçamos as distinções entre os termos, casas de vilas e vilas como regiões administrativas (e potenciais futuras cidades), enfatizamos como já citado no início, que o tema objeto de reflexão, neste trabalho, são as casas de vilas (moradias), já definidas, pelo IBGE. Na literatura, há autores que comentam que esse tipo de moradia, iniciou no Brasil como alternativa para trabalhadores residirem próximo aos seus locais de trabalho. Timm (2015), comenta que algumas casas de vilas surgiram no Brasil, como vilas operárias, e esclarece que estas se formaram principalmente para manter a mão de obra próxima ao local do emprego, ela cita que,

“Sem qualquer outro tipo de referência urbana e arquitetônica no país, as primeiras vilas operárias construídas no Brasil, se basearam nos modelos e nas experiências europeias, mesmo que os contextos de implantação e a razão de sua existência fossem diferentes. No país, o verdadeiro objetivo almejado, muitas vezes não era proporcionar moradia digna, salubridade e moralidade para os trabalhadores urbanos. A questão brasileira girava em torno da obtenção de habitações em quantidade suficiente para suprir e manter a mão de obra livre qualificada próxima e disponível para os locais de trabalho. Logo, as produções mais expressivas foram financiadas por empresas e indústrias majoritariamente estrangeiras” (Timm, 2015, p.61).

Diante disso, torna-se impensável enxergar o crescimento das cidades, sem dar ênfase também às casas de vilas, enunciadas por alguns autores, como grupos de casas conjugadas¹¹, com portão e via de acesso, comum a todos os seus moradores. Assim, trazendo este debate como referência sobre as moradias dos primeiros habitantes do Brasil, citamos as malocas indígenas, descritas no documentário *O Povo Brasileiro*¹², onde o narrador ressalta a grandiosidade daquelas moradias, informando que “a aldeia Tupinambá era composta por quatro a oito malocas, medindo as vezes mais de cem metros de comprimento”, citando ainda que “em apenas uma maloca, podiam morar até 600 pessoas”. No mesmo documentário, o narrador também cita um texto de Frei Cardim, para descrever aquele modo de vida, explicando que:

“Parece a casa, um labirinto, uns cantam, outros choram, outros fazem farinhas e bebidas, porém há tanta conformidade entre eles, que em todo ano não há uma só peleja, e como não terem nada fechado, não há furtos, se for a outra qualquer nação, não poderiam viver da maneira que vivem [...]” (Trecho extraído do

¹¹ Em contraponto com o IBGE, alguns escritores usam o termo conjugadas, enquanto o Instituto usa o termo geminadas para descrever *Casas de Vilas*.

¹² Baseado na obra de Darcy Ribeiro, *O povo Brasileiro*.

documentário O Povo Brasileiro, 2019 - baseado na obra de Darcy Ribeiro).

Ilustrando a questão modo de vida, Louis Wirth (1979), afirma que “o crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos [...]”, o autor continua e comenta sobre o crescimento das cidades, bem como modos de vida.

“já que a cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea, deve-se esperar que as influências que ela exerce sobre os **modos de vida** não sejam capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente. Em maior ou menor escala, portanto, a nossa vida social tem a marca de uma sociedade anterior de folk, possuindo os modos característicos da fazenda, da herdade e da vila[...]” (Wirth, 1979, p. 91:92, grifo nosso.)

O cotidiano, a convivência e o modo de vida citados acima, tornam-se similares aos *modus vivendis* citados por alguns moradores das casas de vilas do centro histórico de Manaus, que será enfatizado nos próximos tópicos deste trabalho.

1.1 - Vilas operárias: o caso de Paranapiacaba, Itororó, Maria Zélia e Serra do Navio

No estado de São Paulo, algumas vilas operárias, merecem destaque, além de serem atualmente reconhecidas como patrimônio cultural, nas esferas local e federal, um exemplo desse tipo de moradia bastante movimentada e visitada, é a vila Maria Zélia¹³, localizada no bairro Belenzinho, na capital paulista, foi construída no segundo decênio do século XX. Entretanto, para ilustrar este tópico, quatro exemplos desse tipo de moradias, que serão enfatizadas aqui, destas, três estão localizadas em São Paulo, e uma no extremo norte do Brasil.

Segundo De Decca (1989), apud Carvalho (2010), ‘A formação das vilas operárias, se dava, em torno das indústrias’, ele comenta que “as famílias operárias fixavam - se perto dessas indústrias, principalmente as de tecidos, que se localizavam próximas às linhas férreas, pela logística de escoamento de mercadorias. “A escolha de locais para estabelecimento das fábricas ou empresas seguia certas determinações: preço vantajoso dos terrenos, proximidade das estradas de ferro” (Carvalho, 2010). Estes eram critérios para escolhas do terreno, para a construção de vilas operárias.

Tereza Caldeira (2000), comenta sobre o dinamismo da relação emprego versus moradia e o caos gerado com a chegada de inúmeros trabalhadores à São Paulo, a maioria imigrantes europeus, visando substituir os escravos negros por trabalhadores brancos qualificados, era

¹³ Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/79360/pdf>. Acesso em 30.04.2023.

realmente preferível que os trabalhadores residissem, bem próximo ao local de trabalho. Segundo a autora:

“[...] a construção era intensa: erguiam-se novas fabricas uma atrás da outra, e residências tinham que ser construídas rapidamente para abrigar as ondas de trabalhadores chegando ano a ano, as funções eram espacialmente separadas, as fabricas eram construídas perto das casas, e comercio e serviços intercalavam-se com residências” (Caldeira, 2000, p. 213).

É também, no estado de São Paulo, que está localizada uma das vilas operárias mais antigas do Brasil, trata-se da Vila Paranapiacaba. Hoje, histórica, a vila de casas geminadas, é de origem inglesa e foi construída na segunda metade do século XIX. Com pouco mais de cento e cinquenta anos, a vila foi construída para abrigar pessoas que trabalhavam na construção de uma estrada, ligando o interior de São Paulo ao Porto de Santos. A vila Paranapiacaba, tem nome indígena, que em tupi, significa “lugar de onde se vê o mar” e os indígenas utilizavam aquele caminho desde os tempos pré-coloniais, passavam por ali, avistavam o mar, depois de subir a Serra do Mar rumo ao planalto, e seria naquele caminho, que uma estrada de ferro mudaria a paisagem do interior paulista (IPHAN¹⁴ - PAC Cidades Históricas).

Na vila Paranapiacaba, chama a atenção o padrão regular das casas, segundo D’Agostini e Abascal, 2014, “a vila é um testemunho de importante ambiente, em que bens materiais e imateriais [...] se referem à identidade, à ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]. (FUNDARP, 2014)” (D’Agostini e Abascal, 2014, p.138). Ainda nos anos 1980 do século XX, a vila teve seu patrimônio cultural e natural reconhecido pelo conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, recebendo também o reconhecimento municipal em 2003, pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. (D’Agostini e Abascal, 2014, p.138), em sequência, a Vila de Paranapiacaba, recebe também o reconhecimento como patrimônio, do IPHAN em 2008¹⁵.

Cruz (2007), citada por D’Agostini e Abascal (2014), enfatiza diferenças entre ‘acomodações’ portuguesas e inglesas, a autora comenta que as formas como portugueses e ingleses trabalhavam moradias, era diferente, então, ela informa que:

“É possível dizer que a implantação e as construções da Vila constituem uma amostra de tecnologia e padrão de urbanização ingleses introduzidos no Brasil. A urbanização se caracteriza por uma ocupação do solo com um traçado regular, diferentemente da acomodação à topografia das cidades legadas pelo colonizador português que

¹⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/387>. Acesso em 19.07.2023

¹⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1523/>. Acesso em 19.07.2023.

tampouco seguiam padrões normativos rígidos[...]” (Cruz, 2007, *apud* D’Agostini e Abascal, 2014, p.139).

No site do IPHAN está em destaque a estrutura das casas da vila de Paranapiacaba, segundo o Instituto, as construções das casas foram planejadas em madeira. D’Agostini e Abascal, 2014 enfatizam que a construção inglesa de casas geminadas, com recuos de jardins, era fato ainda incomum, no início do século XIX, em nosso país.

Também em São Paulo, uma outra vila operária, merece destaque, trata-se da vila Itororó, que de acordo com o site da prefeitura de São Paulo,¹⁶ está localizada no bairro Bela Vista, foi inaugurada nos anos vinte do século XX e carrega em sua construção, uma interessante história de reciclagem. O idealizador da vila, Francisco Castro, que era filho de portugueses, de maneira visionária, utilizou parte de materiais de demolição, para erguer a vila. O material aproveitado seria do Teatro São José¹⁷, inaugurado em 1909 no viaduto do Chá, porém, posteriormente demolido.

O reaproveitamento do material do teatro São José, foi um dos elementos justificados por estudiosos, para compor o processo do tombamento da vila Itororó, que ocorreu no ano de 2005, pelo conselho de defesa do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do Estado de São Paulo. Atualmente, o espaço funciona como equipamento cultural, de acordo com o site da prefeitura de São Paulo, além de ponto turístico de ‘visitação obrigatória’, por ajudar a ilustrar uma parte da história da imigração na cidade de São Paulo, para onde os trabalhadores que ganhavam a vida com o ciclo do café, e nas indústrias, eram instalados para residirem.

Mais uma das vilas dessa modalidade, que também surgiu para abrigar trabalhadores, é a vila Maria Zélia, esta chama bastante atenção, por sua história e por seu patrimônio edificado. Como as demais, surge das oportunidades imobiliárias e de acordo com Morangueira (2006, p.13), surge também da necessidade de moradias para os funcionários da cidade de São Paulo, que crescia vertiginosamente com o ciclo do café e com as indústrias que se instalavam no estado, nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com o verbete escrito por Desirée Azevedo, no blog memorial da resistência de São Paulo, a vila operária Maria Zélia, Inaugurada em 1917, foi construída para os funcionários da Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Em 1936, após o fechamento da

¹⁶ Disponível em: <https://vilaitororo.prefeitura.sp.gov.br/historia/> Acesso em 19.07.2023

¹⁷ Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/vila-itororo> Acesso em 19.07.2023

fábrica, uma parte do edifício foi convertida em cárcere de presos políticos. O nome da vila Maria Zélia, representa uma homenagem que seu idealizador fez à filha, uma jovem admiradora de artes, que faleceu quando a vila ainda estava em construção. Atualmente, a vila é tombada como patrimônio histórico, além de ponto turístico e cultural no bairro de Belenzinho, na cidade de São Paulo.

Diferentemente das demais citadas, outra vila operária abordada aqui é a Serra do Navio, localizada no extremo norte do Brasil, no estado do Amapá. A vila tem sua origem, nos modelos criados na Inglaterra, no período da Revolução Industrial. A vila operária nasceu com a finalidade de abrigar os trabalhadores que se arriscavam no trabalho de mineração¹⁸, como a extração de manganês, a vila Serra do Navio, foi construída no final da década de 1950 e início de 1960 do século XX. “as obras das Vilas operárias serviram para acomodar os primeiros trabalhadores da ICOMI” (Bastos et al, 2021, p.06), se referindo a vila Serra do Navio e uma outra vila operária, instaladas no Amapá. Vindo, a Serra do Navio, ser reconhecida e tombada pelo IPHAN, no ano de 2010¹⁹.

Segundo (Bastos et al, 2021), referente a estrutura da vila operária Serra do Navio, “Havia três tipos de casas, geminadas com dormitório, sala, cozinha, *Water Closet (WC)*, chuveiro e área de serviço”. Bastos et al (2021), continua e cita que: “além de outros dois tipos de casas, destinadas aos funcionários graduados, com dormitório, sala de estar, sala de jantar, cozinha, lavanderia, quarto de empregada, sanitário, terraço, pátio [...]” (Bastos et al, 2021, P.06). As vilas operárias em geral, apresentam características peculiares e distintas das casas de vilas desenvolvidas neste estudo, estas, em sua maioria estão voltadas para moradias de aluguel, onde seus moradores vivem a cidade, realizando diferentes atividades de trabalhos, dispondo do aparato de serviços que uma cidade oferece; diferentemente das vilas operárias, que inicialmente junto ao posto de trabalho, como as vilas paulistas, citadas, ofereciam outras estruturas para as famílias dos trabalhadores que ali se instalavam. Os proprietários das vilas que também eram os proprietários das indústrias, criavam oportunamente uma ambiência para que moradores se locomovessem, sem deixar o espaço de seus trabalhos diários.

Além de ser similares às casas de vilas europeias (Morangueira, 2006, p. 83), as vilas operárias envolviam as famílias dos trabalhadores em uma ambiência de relação família e trabalho, ao redor das indústrias.

¹⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1212>. Acesso em 19.07.2023

¹⁹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/108> Acesso em 19.07.2023

1.1.1 - Vilas operárias em Manaus – o projeto inicial

Ana Guerreiro (2019), elaborou sua dissertação de Mestrado referente às vilas de casas no Centro Histórico de Manaus, ela comenta sobre a possibilidade de se construir vilas operárias na capital, uma iniciativa, segundo documentos da época, de Adolpho Lisboa²⁰, todavia, em relação ao projeto original, pouco foi feito. Guerreiro, embasada em Mário Ypiranga (2006), comenta sobre a possibilidade desse projeto inicial, ter surgido a vila Lisboa, no bairro Nossa Senhora Aparecida, que seria inicialmente uma vila operária, no entanto, a vila ficou como uma casa de vila privada e comum, composta por “quatro casas, localizadas na rua 10 de Julho [...]quatro casas não acabadas localizadas para o lado da rua Wilkens de Matos [...]” (Monteiro, 2006, p.84). Ana Guerreiro, porém, enfatiza o cuidado em fazer uma distinção entre vilas operárias e as vilas privadas e destaca que:

[...] A primeira, construída para abrigar operários de empresas mediante pagamento de aluguel, e a segunda, para obter lucros por meio de aluguel destinado a trabalhadores de diversos segmentos. Esta segunda modalidade corresponde, mais especificamente, aos exemplares encontrados em Manaus – conjuntos de casas agrupadas definidas espacialmente pela unidade formal do conjunto arquitetônico que possui uma via de acesso privativa, construídos para fins de aluguel”. (Guerreiro, 2014, p.16).

Apesar de existir algumas iniciativas de vilas particulares, o caso da vila Martins, ilustra a próxima citação de Francisca Costa, (1997). Ela informa que a vila Martins, localizada na rua Leonardo Malcher, bairro Centro, era habitada principalmente por trabalhadores, citando que a vila “tem sido morada de trabalhadores desde o início do século até os dias atuais [...]” (Costa, 1997, p.120 e 121). Ainda, segundo Costa (1997):

[...] como a vila Martins, outras vilas ainda hoje sobrevivem na Av. Epaminondas, Rua Mundurucus, Rua Leonardo Malcher, Av. Getúlio Vargas e outras ruas do centro. Elas representaram a principal moradia do trabalhador das décadas iniciais deste século” (Costa, 1997, p.121).

A autora, porém, escreveu no ano de 1997, e entra em contraponto com um blog local, este divulga que no lugar onde ficava a vila Martins, atualmente está instalada uma universidade privada²¹. Apesar de poucos registros do hábito de vilas operárias em Manaus, Costa (1997), relata também a existência de mais uma vila operária, localizada à rua 24 de Maio, no bairro

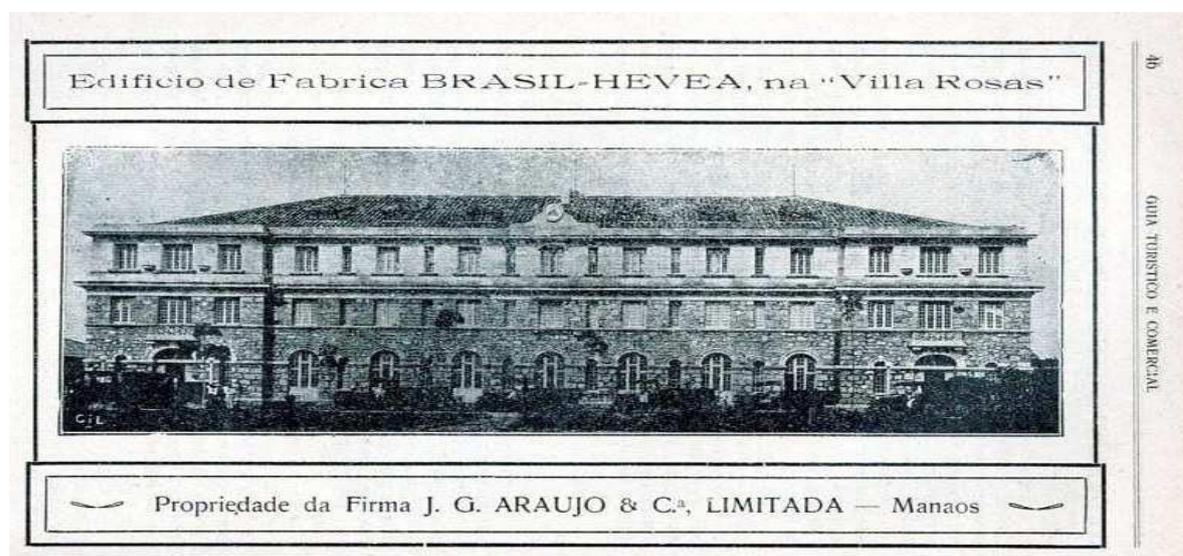
²⁰ Prefeito da cidade de Manaus (1902-1903) e 1903 - 1906). (Braga, 2020, p.289).

²¹ Blog do Rocha, disponível em: <https://jmartinsrocha.blogspot.com/search?q=vila+martins>. Acesso em 19.07.2023.

Centro, o que segundo a historiadora, não quer dizer a inexistência de outras casas de vila, dessa modalidade. A referida autora destaca ainda que “[...] Construir vilas operárias significava ter que edificar com um mínimo de rigor, dentro das prescrições do planejamento feito pelo município, estabelecidas em contrato”. (Costa, 1997, p.123). Francisca Costa, refere-se também ao projeto idealizado pela gestão de Adolpho Lisboa, em construir moradias como vilas operárias, visando amenizar o déficit de habitação na cidade de Manaus, no entanto, são poucas as evidências da existência dessas vilas. Contudo, a historiadora Marcia Eliane Alves de Souza e Mello ao pesquisar o império e legado de J.G.Araújo, em Manaus, cita que, dentro de uma das empresas de JG, funcionava também, uma vila operária, a *villa* Rosa (conforme imagem abaixo). Márcia Mello, comenta que:

“A Usina Rosas, que marcou a entrada da empresa na dinâmica a industrialização, necessitava ser ampliada, de forma que foi transferida para novas instalações na *Vila Rosas*, onde passou a funcionar com a denominação de Fábrica Brasil Hévea (1926). Construída sob a supervisão de Aloysio de Araújo, em amplo terreno, na ilha do Caxangá ao lado da antiga penitenciária da sete de setembro (onde hoje funciona o supermercado Makro)” (Mello, 2010, p. 36).

Figura 01- Villa Rosas



Fonte: Guia turístico e comercial de Manaus. 1932, In: O Império Comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia (1879-1989).

Na imagem acima, pode ser verificada a estrutura da *villa* (operária) Rosas, de propriedade do comerciante português, e seus sócios. De acordo com Mello (2010), o prédio onde ficava a villa Rosa, tinha uma estrutura de três andares. No entanto, a villa fora desativada, décadas depois, a estrutura do prédio sofreu um incêndio no início dos anos 1990, na cidade de Manaus.

O apelo da gestão pública, para construir vilas operárias, se dava principalmente pelo fato da cidade, há tempos, sofrer com um enorme déficit habitacional, desta forma, considerando as vilas como habitação populares, estas de certa forma, seriam também referências culturais, considerando o pensamento de Vaz, citado por Ana Guerreiro (2019), a arquiteta cita que:

“A habitação popular, além de ocupar parcelas substanciais da produção do espaço, é parte integrante do cotidiano, e interfere nas práticas sociais, apoia a memória individual e coletiva, guardando significados para os diversos segmentos da população e participando da formação das identidades sociais”. (Vaz, apud Ana Guerreiro, 2019, p.16).

A deficiência de habitações, principalmente na cidade de Manaus, tornou-se ainda maior, pois o início, mas também, após o encerramento do comércio da borracha que trouxe milhares de pessoas para Manaus, aqueles que não tinham moradias, passaram a viver em péssimas condições em cortiços, na terra firme e também em palafitas ou sob as águas, já se referindo ao momento em que Manaus viveu há um século, as moradias flutuantes, que serão abordadas no próximo tópico (Souza; Oliveira, 2003).

1.2 A cidade de Manaus e as faces do apogeu urbano - breve contexto

“Caminhar por determinadas ruas da cidade de Manaus revela-nos alguns casarões prédios públicos, ruas, pontes, construções datadas das primeiras décadas do século 20 [...]” (Oliveira, 2003, p.27).

Com a citação acima, inicia-se este tópico comentando que a capital do Amazonas recebeu o reconhecimento mundial, graças ao apogeu da borracha, quando a cidade viveu o fausto, com a extração do látex da seringueira. O processo de enriquecimento econômico, teve seu momento inicial com esse *boom* da exportação da seringa, ponto este que culmina com o processo de urbanização na cidade, que viria a ser sedimentada em moldes europeus. Era o apogeu de três décadas, pelo qual a cidade de Manaus passou no final do século XIX e início do século XX, uma parte do tamanho dessa riqueza está traduzida, principalmente em monumentais construções edificadas, principalmente na área central da cidade, que vão de Palácios à marcantes residências, que chamam atenção ainda hoje, aos que transitam nas principais ruas do centro histórico²², de Manaus.

²² De acordo com entrevista do superintendente interino do IPHAN, concedida para esta pesquisa em (24.09.2022), as categorias centro antigo e centro histórico, são distintas tendo em vista a última estar respaldada em contextos histórico e apresentar validação jurídica, a primeira é mais voltada ao reconhecimento popular.

O professor José Aldemir de Oliveira enfatiza que o período de 1920 a 1967, ou seja, o espaço de tempo entre a “decadência” da borracha, até o ano da implantação da Zona Franca de Manaus, “foi de retomada da história da cidade e na cidade”. Em relação às vertentes da crise, o referido professor comenta que:

“Na morfologia da cidade encontram-se a marca daquilo que resiste e determina as transformações, bem como as marcas do conformismo que resultam nas permanências e nas inércias [...], portanto a crise da cidade ou a cidade em crise que caracteriza Manaus de 1920 a 1967 tem dimensões diversas para segmentos diferenciados da população, pois da mesma maneira que a cidade não é produzida de modo equânime, a crise pode não ter o mesmo significado para o seu conjunto de moradores [...]” (Oliveira, 2003, p.137).

No entanto, se o período áureo da exploração do látex, foi marcado pelo crescimento econômico, e pela exuberância de luxuosas construções, ficou marcado também pelo aumento generalizado das mazelas sociais e ainda pela remoção das camadas populares de baixa renda, para locais distantes da área central. Conhecida também como a Paris dos Trópicos, a cidade se apresentava à sociedade abastada como anexo da Europa, assim sendo, gerava muito incômodo, a presença de pessoas mais simples, pobres, desempregados e pedintes naquela área, como bem enfatiza a escritora, Edinea Dias (2019):

“Para dar conta dos pobres e desocupados que transitavam pela cidade, e que passam a incomodar, e até mesmo a ameaçar a ordem com suas presenças, as estratégias estabelecidas foram amplas, compreendendo uma política de separação e isolamento desses segmentos em bairros distantes da área central [...]” (Dias, 2019, p.97).

O fausto daquele momento histórico, para usar uma expressão matemática, era diretamente proporcional à distribuição de renda e bem-estar entre moradores e trabalhadores, e principalmente pessoas que estavam à margem da sociedade, ou seja, quanto maior a riqueza daquela elite, maior a pobreza daqueles que apenas assistiam a pujança. Pensando em como os gestores da época agiram para afastar esses grupos, refletimos sobre a capacidade que a cidade tem a ofertar qualidade de vida aos seus moradores; para esta reflexão, citamos Magnani, quando diz que “entre o que se espera da cidade, contudo, e o que ela realmente oferece, há uma distância [...]” (Magnani, 2003, p.23). Distância esta que pode se traduzir além de carências sociais, mas também em “distribuição desigual dos recursos e equipamentos entre “ricos e pobres”, “fracos e fortes”, “vilas pobres e bairros bacanas”. (Magnani, 2003, p.24). Ou seja, a carência e distribuição desigual de renda, além da falta de acesso, principalmente à moradias e saneamento básico, diferenças bastante destacadas entre a elite da borracha e os trabalhadores

mais simples, por exemplo. No entanto, os ricos foram surpreendentemente atingidos com a quebra do monopólio da exploração no Brasil que marcou o fim daquele ciclo da extração do látex, uma vez que os preços altos no mercado internacional tornaram inviável a continuidade da produção local. Assim, Manaus deixou de ter a preferência dos grandes comerciantes do produto da seringueira; todavia, a cidade continuou viva para os moradores que nela permaneceram, como detalhou Jose Aldemir de Oliveira “a cidade continua num ritmo diferente” (Oliveira, 2003, p.49), porém, continua com sua vida dinâmica cidadina.

Ainda referente às três décadas de grandes riquezas, Miranda Corrêa, comenta que estão nas fachadas dos grandes casarões construídos naquele período, a prova do grande surto que foi aquele momento de riqueza. Segundo ele, “a maioria dessas residências, oficialmente pós-borracha, foram “transformadas” em repartições públicas, hotéis ou chegaram há grandes ruínas” (Corrêa, 1969, p.37). Esse desenvolvimento que se deu à luz dessa exploração do látex da borracha, também veio com fatos históricos e sociais marcantes, porém, não tão briosos, como os aterramentos de seus igarapés, para acompanhar o *boom* daquela pujança. Assim, com igarapés aterrados, as pontes de madeira, deram lugar aos trilhos e grandes construções, sendo desta forma, implantado na cidade, o sistema de transporte sob trilhos, eram os bondes, os quais Agnello Bittencourt comenta que coube à gestão de Eduardo Ribeiro implementar esse processo e por volta do final do século XIX, Manaus já era a segunda capital com luz elétrica no Brasil, assim, foi dado início ao sistema de bondes, com a inauguração do serviço em 1º de agosto de 1899 de acordo com publicação do governo do Amazonas (1990, p.116). A partir de então, os bondes passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores, principalmente os da área central; Manaus foi a terceira cidade do país a inaugurar os serviços de bondes elétricos (Braga, 2020, p.307).

Agnello Bittencourt, informa que no ano de 1900, eram seis linhas, conhecidas pelos nomes: Flores; Avenida – Circular; Circular - Cachoeirinha; Cachoeirinha; Plano Inclinado e Saudade. As viagens eram diárias e iniciavam as cinco horas da manhã, encerrando as vinte e duas da noite, desta forma, a população estava melhor servida para realizar seus trabalhos e deslocar-se pela cidade. Segundo Thiago de Mello, (2004), “O bonde elétrico não era apenas meio de transporte, pois suas engrenagens davam movimento à sociologia da cidade”. (Mello, 2004, p. 100). Considerados por muitos como um termômetro da vida social manauara, um fato chama atenção, o valor da passagem, pois nem todas as pessoas podiam usufruir desse serviço de transporte, tendo em vista o bilhete custar 200 réis, preço considerado alto. (Santos, 2014/2015, p.03).

Com o passar dos anos, e com o agravante das guerras mundiais, tornou-se praticamente impossível a aquisição de peças para dar continuidade ao transporte, ficando

então inviável à população e ainda aos condutores. Os donos das empresas tentaram em vão juntamente com os governos, porém veio a decadência e a cidade de Manaus não podia mais custear o transporte, e assim, por volta de meados dos anos 1950, foram extintos os bondes de Manaus. De acordo com reportagem do Jornal A Crítica, de 11 de abril de 1960, “fazia pena vê-los em carcaça, no cemitério dos bondes, localizado no bairro da Cachoeirinha”, a reportagem enfatiza ainda, o fato do “material ter sido adquirido na Inglaterra e não ser mais fabricado” (Bitencourt, 2012 p. 135; 136). Assim, estava encerrado o capítulo dos transportes sobre trilhos no centro histórico, ficando assim, os bondes apenas na memória dos moradores, com algumas tentativas posteriores de querer reprisá-lo, porém sem sucesso.

Chegara ao fim, o ciclo causador da euforia amazônica, por volta do início do século XX, assim sendo e passado o tempo de fausto, atentamos à leitura de Bessa Freire, que comenta: sobre Manaus, onde ele afirma ser (duas cidades):

“As duas Manaus - a dourada e a favelada sofreram as consequências da crise da borracha, que, mergulhou a cidade no marasmo. durante a guerra de 1914-1918 e no período seguinte, com a depressão econômica, “mais de um milhar de prédios residenciais foram desalugados”, criando a imagem de uma cidade-fantasma, conforme informações de um ex-prefeito, Agnello Bitencourt, em seu livro “Fundação de Manaus: pródomos e sequência” (Freire, 1993,1994, p.175).

Ainda em referência ao fim desse ciclo, é interessante lembrar que entre o seu encerramento e o início da implantação da Zona Franca, a cidade de Manaus, abrigou uma também cidade, porém totalmente construída sob as águas. Era a vida flutuante, que ditava o ritmo de um povo sem acesso às moradias tradicionais, em terra firme. Esse capítulo da história da habitação em Manaus, ficou conhecido como cidade flutuante, um conjunto de casas localizadas na área portuária, em frente à praça dos remédios, que surgiu a partir de 1.920 e perdurou exatamente até os anos meados dos 1.960 (Oliveira, 2003, p.81), do século XX. As moradias foram extintas pelas autoridades, que alegaram o processo de higienização daquela área, sendo os moradores removidos para outras localidades da cidade. A remoção das moradias ‘foi realizada pela capitania dos portos, para “mudar o aspecto paisagístico do local que não estava apropriado para ser o portal de entrada da cidade, tendo em vista a implantação da Zona Franca de Manaus” (Salazar, 1985, apud Filho, 2004, p.67). Desde então, aqueles moradores procuraram outros tipos de habitações para residir, porém em terra firme.

1.3 - Moradias amazônicas: da cobertura de palhas às telhas importadas

Na Amazônia, a maioria das moradias são comuns e adaptadas ao clima e geografia locais, tendo a palha, o barro e ainda a madeira como os principais pilares principais dessas construções. Porém, é necessário destacar que o processo da ocupação na Amazônia foi gradual, a capital do estado do Amazonas, por exemplo, apresentava - se com “poucas casas e muitos problemas com o sistema de arruamento”, como descreveu Moacir Andrade, que também comenta sobre o início da formação de Manaus, o autor diz que a capital “tratava-se pois, mais de uma obra de improvisação”. Mário Ypiranga, também corrobora a fala anterior, citando que em Manaus, “as casas foram agrupando-se ao redor do forte”, em seguida esboça sobre a simplicidade daquelas moradias, denominando-as de “casas toscas”.

Moacir Andrade, em relação ao período em que Manaus enfrentou os primeiros raios de desenvolvimento, escreveu que “as melhores residências eram dos comerciantes, proprietários e autoridades portuguesas, donos da terra, do comércio, das casas e das taperas de aluguel”. Andrade informa que “por volta de 1933, havia na capital do Amazonas, grande quantidade de ‘taperas de aluguel’, um tipo de residência, habitada por famílias de baixa renda”, que o povo denominava de estâncias e eram constituídas de muitos compartimentos sem luz direita, enfileirados, com um sanitário coletivo ao fundo para os locatários se servirem”. O escritor comenta, que essas moradias eram propriedades de portugueses, porém, algumas dessas moradias foram sendo substituídas por uma nova maneira popular de morar, (usando as palavras do autor), trazida do Rio de Janeiro, as favelas, que segundo ele começaram a se expandir nas margens dos igarapés do bairro dos Educandos, alastrando-se depois por outras áreas, situação denominada pelo autor de ‘problema social’. (Andrade, 1985, p.17). Todavia, em muitos contextos e situações, o amazônida traz consigo a vivência de adequar suas casas ao clima e geografia amazônicos, deste modo, enfatiza-se que a forma de construir as moradias na cidade de Manaus, contrasta com o estilo europeu de construir residências suntuosas (Dias, 2019, p.56), adquirido durante aquele período áureo de exploração da borracha e contrasta também com as moradias do período em que a cidade resumia - se a uma pequena aldeia, como disse Eduardo Ribeiro. Destaca-se, naquele período fausto, determinados materiais que se sobressaíam para a construção das residências, principalmente aqueles oriundos da Europa, como as telhas, para as coberturas das novas moradias, ficando a palha, como um elemento marcante, no passado da história das moradias na cidade de Manaus.

Por volta de aproximadamente 1.890, Manaus passou a ser uma importante cidade da Amazônia, bem como do país, uma vez que foi responsável por ser uma das capitais que colocou

o Brasil no topo das exportações, favorecendo assim, a balança comercial brasileira. Ypiranga Monteiro, citado por Salgado (2009), retrata sobre o casario existente na cidade de Manaus, na segunda metade do século XIX:

“Havia: Casas de estilo, ditas nobres - estrutura importada, toda em ferro, possuindo cornija e platibanda; Casas tipo popular - construídas de taipa socada com os pés ou com monjolo, de beiral corrido. As fachadas variavam entre simples - uma porta e duas janelas; ou duplas - com duas partes e a porta no meio [...]. Nas casas duplas, de um lado ficava o jardim ou pátio, havendo uma área reservada ao uso exclusivo das mulheres [...]. O acabamento era rústico: o piso geralmente de tijolo maciço, vermelho com aproximadamente uma polegada de espessura. A madeira era muito pouco utilizada, mesmo para piso. Os telhados iam até as calhas, cujas goteiras lançavam a água das chuvas nas valas das ruas. O código de postura da época proibia jogar águas nas calçadas e a infração era multada. [...] O visual urbano era bastante colorido, alegre. Havia casas amarelas, vermelhas, azuis, verdes, azul-cinza, cor-de-rosa, etc.; o branco era utilizado somente para os edifícios públicos” (Salgado, 2009: p.57;58).

Percebe-se que as casas classificadas como popular, por serem de taipa, fazem um contraste com as casas de vilas construídas na época da borracha, algumas inclusive, construídas com materiais encomendados da Europa. (como já citadas, as telhas, por exemplo.). Salgado enfatiza ainda que “a época dotou Manaus de importantes prédios públicos e comerciais, confortáveis e suntuosas residências [...]”. As vultosas fortunas que a comercialização da borracha proporcionou para a cidade, podem ser visualizadas nos detalhes da rica arquitetura dos prédios históricos, dos grandes casarões ou nas fachadas de algumas casas de vila do Centro, como a villa Ninita e a antiga villa Nair (anexo do hospital Samel).

Segundo Edinea Dias (2019) “o pouco que existia da arquitetura colonial, sem falar das velhas casas de barro e palha, é substituído por grandes palacetes e sobrados, casas que refletem o gosto e a estética da burguesia enriquecida pelo comércio”. Assim, foi desta forma, com a exploração da borracha, que as duas principais cidades do norte do Brasil, Manaus e Belém, de acordo com Souza, (2009), investiram em grandiosas construções (Souza, 2009, p.265). A capital do Amazonas, se desenvolvia a passos largos vivendo a “elegância do fausto”. Entretanto, aquele ciclo foi rápido, porém, deixou legados sem precedentes à cidade, como o experimento das primeiras linhas de bondes (elétricos) surgidas no Brasil, grandes casarões de arquitetura e material europeus, período que também ficou conhecido pela riqueza e exuberância de detalhes, por *Belle Époque*²³. Momento áureo muito bem descrito na citação abaixo:

²³ Período entre 1892 a 1900, de grandes mudanças na visualidade da cidade, época em que foram introduzidos vários melhoramentos urbanos e um grande número de construções públicas e particulares [...] (Mesquita, 2019, p.142).

“Uma verdadeira revolução sacudia a vida manauense, não eram apenas os trabalhos de urbanismo e a construção de monumentais prédios públicos que atestavam o progresso repentino da capital. Esse enriquecimento também se evidencia nos serviços públicos instalados pelos capitais e técnicas inglesas, desde os sistemas de águas, esgotos, luz elétrica até às instalações portuárias [...] as belas residências, *vilas* ou palacetes faziam as delícias do pacato e provinciano manauense [...]” (Corrêa, 1969, p.32, grifo nosso).

Enfatizamos que ao citar ‘belas residências, vilas ou palacetes’, o autor refere-se às moradias conjugadas, as casas de vilas. Esse tipo de moradia agrupada na Amazônia, segundo o escritor Samuel Benchimol, pode ser herança do período colonial. O autor comenta que entre as ações e contribuições lusitanas para a região, estão os:

“[...] Estilos e formas de construir casa, ruas, praças, igrejas, aldeias, vilas e cidades, conforme atesta a carta régia de 3/3/1755 criando a Capitania de São José do Rio Negro: assignando área para se edificar uma igreja para receber os fregueses como outras para as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas das ruas [...] sempre fabricadas na mesma figura uniforme pela parte exterior [...] para que dessa sorte se conserve sempre a mesma formosura na **Vila** e nas ruas dela a mesma largura [...]” (Benchimol, 2009: p.78, grifo nosso).

Mário Ypiranga (2006) comenta que ‘esse tipo de habitação, referindo-se às casas de vila, foi introduzido na cidade, pelos colonizadores para que estes usufruíssem de moradias mais adequadas, sendo a maioria, funcionários com elevados padrões de vida, do alto escalão, os quais trabalhavam nas empresas europeias instaladas no Amazonas. O autor aprofunda o debate, principalmente nas questões mais problemáticas da época, como o modo de vida herdado dos povos indígenas, e bastante peculiar à uma cidade indígena, como é o caso de Manaus. Ypiranga descreve que as casas surgiram para sanar a forma escandalizada de relações que os povos indígenas compartilhavam em suas moradias, referindo-se ao que ele chamou de promiscuidades, que segundo os colonizadores, era excessiva entre aqueles povos; essas casas passaram a ser conhecidas popularmente como vilas, moradias que trazem a marca do contraste entre a modernidade de outrora e a modernidade contemporânea.

Criticamente, o escritor amazonense Moacir Andrade, comenta que muita coisa se fez perdida, casas antigas, e parte do patrimônio do centro, foi perdendo espaço para novas construções. Críticas de outros estudiosos e intelectuais não faltam ao crescimento desordenado, como afirmou o escritor Milton Hatoum na obra *Dois Irmãos*, “Manaus cresceu assim, no tumulto de quem chega primeiro” com o mesmo tom, Moacir Andrade, comenta que:

“Paralelamente ao desaparecimento de monumentos e obras de artes do patrimônio público estadual, todos os dias edifícios de propriedade particular, do princípio do século, com suas fachadas coloridas e suas grades de ferro de belíssimos desenhos

art-nouveau, estão sendo destruídos para dar lugar a prédios modernos, projetados pela ambição de proprietários, que só tem um objetivo: o lucro fácil e imediato”. (Andrade, 1985, p. 26).

Andrade enfatiza de maneira crítica, o desapego do poder público local com os patrimônios edificados, principalmente no centro histórico, onde está concentrado o maior acervo do período de exploração da borracha, na cidade de Manaus. Assim sendo, o debate aproxima referências às moradias popularmente conhecidas como vilas.

Miranda Corrêa, afirma que algumas famílias enriquecidas, foram proprietárias de grandes casas de vilas no centro histórico de Manaus, fazendo referência aos “Oliveiras da villa Fanny” (imagem abaixo), que se mantiveram por mais algumas décadas, após o ciclo encerrar. Corrêa informou, em 1969, que a villa Fany, tratava-se de um sobradão português de larga fachada, dotada de elementos neoclássicos, oriunda do período da borracha, e informa ainda que a casa, era ponto de encontro até os anos 30, do século XX, da melhor sociedade amazonense e dos estrangeiros mais categorizados, o autor informa que a vila está localizada na avenida Joaquim Nabuco, onde encontravam-se, nas palavras de Corrêa (1969), “as grandes residências dos senhores da borracha [...]” (Corrêa, 1969, p.40).

Figura 02 – villa Fanny



Fonte: Museu da Imagem e do som – MISAM – Am

O autor continua descrevendo o cenário arquitetônico da cidade de Manaus, porém retratando outros tipos de residências, não tão sofisticadas, mas que completavam a arquitetura daquela época áurea, ele informa que “[...] deve-se notar também um outro tipo de construção mais singela, cujas origens portuguesas se denunciam à primeira vista [...]. Existem, é claro, outras mansões, palacetes e grandes casas. Herança dos dias em que Manaus reinava como o centro mundial da Borracha” (Corrêa, 1969: p.40;43).

Considerando o trabalho de Ana Guerreiro e outros escritores como Mário Ypiranga, Miranda Corrêa e Moacir Andrade, ao comentarem a possível origem europeia, das casas de vilas, referem-se também, às casas de vila do centro histórico de Manaus, o qual será abordado, no próximo tópico.

1.4 - O centro histórico²⁴ e os casarões - a modernidade manauara?

Realizando um simples passeio pelo centro histórico de Manaus (CHM), nos dias de hoje, é perceptível a herança histórico-cultural deixada pelo período da borracha, em forma de edificações. No entanto, o professor José Ribamar Bessa Freire (1993/1994), informa que na cidade de Manaus, no início do século XIX, as casas, “mesmo aquelas de melhor aparência, possuíam janelas de urupema, isso é, guarnecidas de peneira [...]”. Segundo o referido professor:

“As ruelas e becos, eram passagens estreitas, escuras, tortuosas, desniveladas, e esburacadas, cobertas pelo matagal, [...]. Elas não conduziam em seu traçado irregular a nenhum lugar. Não existia comércio, bares, associações ou qualquer outro tipo de vida social, levando o estudioso Mário Ypiranga a concluir que a Barra ‘não teve a rua como elemento civilizador’ (Freire, 1993/1994, p.171).

Porém, ainda no final daquele século, os ares da modernidade chegariam nas duas principais capitais do Norte, com o fausto da seringa; Ana Maria Daou, 2004 enfatiza que:

“O látex constava da confecção dos produtos mais expressivos da inventividade humana. Ele agregava uma série de características que o tornava um produto de particular importância para a produção industrial e para muitas das formas de consumo que passariam a ocupar um lugar de destaque como de “civilização” e “progresso” [...]” (Daou, 2004, p.19,20).

²⁴ Utilizamos neste texto, por questão de facilitar a escrita, apenas as três primeiras letras do nome Centro Histórico de Manaus (CHM), tal como Silva e Miranda (2019, P. 12), ao abreviar Centro Histórico de Belém (CHB).

Para retratar a quão tamanha, era a exuberância daquela época e ainda a intenção de apagar a memória indígena da cidade, que buscava ser vista como moderna, Bessa Freire (1993/1994), comenta que naquele período:

“Uma febre de construção toma conta da cidade, varrendo tudo aquilo que podia evocar os povos indígenas. Erguem-se prédios públicos monumentais como o Teatro Amazonas e o Palácio da justiça, - hoje marcos referenciais da cidade – a biblioteca Pública, a Alfandega, a Penitenciária, e as instalações do porto flutuante. Surgem estabelecimentos bancários e lojas com os nomes “exóticos” de “Louvre”, “Au bom marché”, “A La ville de Paris”, além de algumas residências majestosas, *vilas*, palacetes, bares, restaurantes, hotéis e cabarés, contendo em seu interior móveis e tapetes europeus, pianos alemães, jarras de Sévres e louça de Limoges” (Freire, 1993/1994, p.173). (grifo nosso).

Todavia, enquanto uma efervescência acontecia nos grandes casarões, nos cafés, no teatro; numa outra face da cidade de Manaus, os moradores, trabalhadores à margem do fausto, eram privados de um costume comum ao amazônida, para seguir determinações previstas no código de postura. Estava proibido o banho de igarapés, tendo em vista manter a ordem na capital que respirava ares europeus, eram os traços da modernidade seletiva, marginalizando ainda mais a população simples, utilizando como recurso para preservar o embelezamento da cidade, o afastamento da pobreza para longe do Centro.

Edinea Dias (2019), pontua que “em nome do progresso, da modernidade e da funcionalidade, aterram-se os igarapés e com eles antigos costumes do povo [...]”, como o banho e a lavagem de roupas, nos igarapés. Edinea Dias esclarece que:

“as novas condições de vida urbana [...], excluem das vistas públicas a presença das lavadeiras, que exerciam sua atividade às margens dos igarapés, os banhos diários e lavagens de animais, a canoa como meio de transporte urbano [...]” (Dias, 2019, p.55)”.

A referida autora citada acima, ainda comenta que naquela época, “[...] para cada igarapé aterrado, surge uma avenida ou é alargada uma antiga viela”, para assim, sustentar as belíssimas construções na área central, erguidas à luz da ‘modernidade’. Considerado o primeiro bairro de Manaus, o centro, também popularmente conhecido como centro antigo, já foi conhecido como São Vicente, uma homenagem ao igarapé²⁵ de mesmo nome, que havia no lugar e por estar localizado em área histórica foi tombado nos anos 1990, pela lei orgânica do município, artigo

²⁵ Segundo Otoni Mesquita, aterrar o igarapé de São Vicente (que deu nome ao bairro Centro), é um apagamento, em nome do progresso, do passado nativo da cidade de Manaus.

Nº 342, bem como pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde o ano de 2012.

O centro apresenta uma dinâmica comercial ainda vasta, e voltada para atender todas as classes sociais. Além de ponto turístico, ainda abriga grandes pontos comerciais, apresenta também uma complexa estrutura arquitetônica que conta com a presença de variados equipamentos culturais, como bibliotecas, teatros, museus, praças, centros culturais, além de igrejas, casas noturnas, bares e boates, que durante a noite viram atrações à parte, seja para os moradores do local, seja para quem busca lazer e diversão.

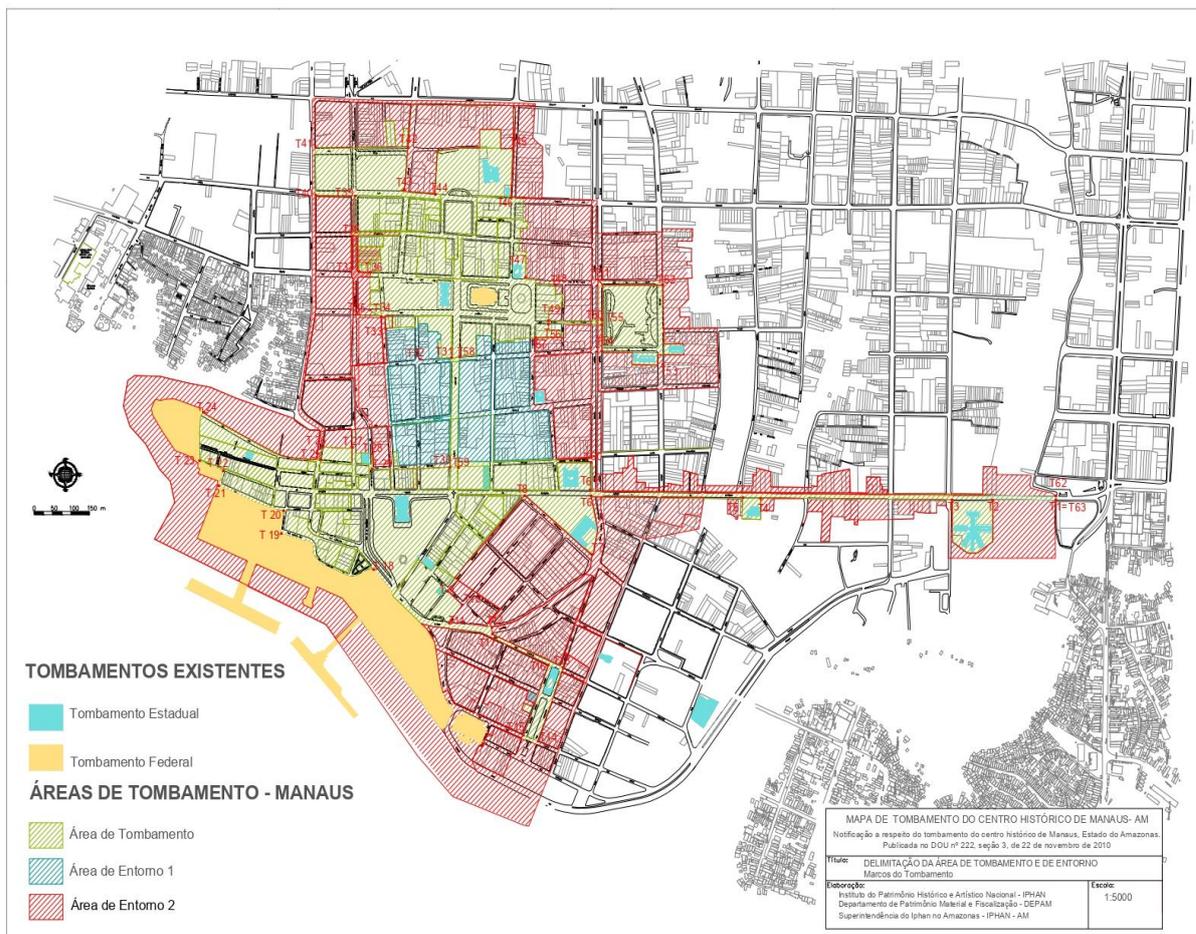
Recentemente revitalizado, com ações em praças, e equipamentos culturais e pavimentação, o centro histórico de Manaus e o casario antigo, são parte da mesma história, além de inspiração para artes, música e poesia para artistas locais, a harmonia entre ambos é essencial para a cidade contar e recontar sua história. Assim sendo, Silvana Rubino (2008), destaca que

“Diversas cidades, de toda idade e porte, reivindicam a existência de um centro histórico a ser revitalizado, em parte graças à constante renovação e ampliação do próprio conceito de patrimônio ou, como escreveu Françoise Choay, à febre patrimonial [...]” (Rubino, 2008, p.147).

Desta forma, e fazendo referências às casas de vilas do centro histórico, o pensamento de Rubino, destaca a fala de Arantes (2003), enfatizando que “o que podemos verificar é que a ideia de patrimônio, tida como antieconômico, passou também a ser vista como um recurso material, prático e simbólico, no sentido de um conjunto de bens acumulados e transmitidos (Arantes, 2003; p.257)”. Vale também realçar ainda mais a importância do CHM, destacando os achados arqueológicos que materializaram a presença indígena no espaço onde se ergueu a capital amazonense; o sítio arqueológico mais emblemático situa-se na Praça Dom Pedro II, trata-se um cemitério indígena / sítio arqueológico²⁶ localizado naquela área. Na próxima imagem (mapa), consta a descrição do tombamento federal pelo IPAHN, da área do centro histórico de Manaus e entorno.

²⁶ Conforme o portal do IPHAN Amazonas.

Figura 03 - Mapa Centro Histórico de Manaus



Fonte: IPHAN/Am

Assim, explicitando a área histórica da cidade de Manaus, vale ressaltar que especialistas definem centro histórico, como “um conjunto de construções que se desenvolvem em um determinado espaço geográfico e histórico é tudo aquilo que está ligado à história do lugar. É no centro histórico de Manaus, que estão as mais suntuosas moradias que através de suas grandiosidades e riquezas de detalhes, contam uma parte da história do que foi a fase áurea econômica, na capital do Amazonas.

A cidade e sua arquitetura antiga é uma dessas importantes configurações, mais precisamente a arquitetura da área do Centro, também conhecido popularmente como Centro Antigo²⁷, dentro dessa vertente cidadina, incluem-se as Casas de Vilas, moradias geminadas, protegidas por Lei²⁸. Essas edificações apresentam valor significativo à tradição e memória

²⁷ Tombado em 1990, pela Lei Orgânica do município, Artigo N° 342 e no ano de 2010 pelo IPHAN.

²⁸ Diário Oficial do Município de Manaus, de 14 de junho de 2004, Decreto N° 7176 de 10.02.2004 - Estabelece o Setor Especial de Interesse de Preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus.

histórica da cidade de Manaus, por estarem localizadas em área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e também pelas esferas estadual e municipal.

Segundo o IPHAN, o centro histórico de Manaus, é visto como uma área muito específica, principalmente devido ao ciclo da borracha, embasamento principal para traçar a poligonal, onde estão concentradas as referências culturais, históricas e arquitetônicas. Todavia, em seu livro *Manaus: ruas, fachadas e varandas*, Moacir Andrade (1985), comenta sobre o desaparecimento dos românticos sobrados do Centro, bem como, as obras de arte, as calçadas de mármore de cantaria portuguesa, as avenidas recobertas com os famosos paralelepípedos, os quiosques de forma hexagonal, os carrinhos de garapeiros das esquinas das ruas, as carroças. Andrade ainda enfatiza que:

“Os sobrados eram a certidão de nobreza e abastança dos seus proprietários. Rosas de muitas cores harmonizando-se com as modernas fachadas coloridas ornadas com patamares, parapeitos e cercaduras de janelas em mármore que se erguiam sobranceiras e graciosas ao longo das avenidas fartamente arborizadas[...]” (Andrade, 1985, p. 22).

O autor cita ainda que, localizada na Vila Municipal, atual bairro Adrianópolis, existe um exemplar de uma casa de vila, porém em moldes diferentes dos aqui retratados, mas que vale a pena comentar, trata-se do Castelinho, conhecido também como “Vila Zulmira”, antiga residência de Adolpho Lisboa, segundo ele, trata-se de uma edificação exclusivamente europeia.

Fazendo referência às casas do centro histórico. Referente ao mesmo debate, Miranda Corrêa (1969), comenta que “vale a pena fazer uma visita às grandes casas que as famílias enriquecidas pela borracha, mandaram construir em Manaus”. O autor destaca, porém, que não foram todas as famílias que conseguiram manter o mesmo estilo de vida com a queda do preço da borracha, no entanto, cita a família que ele denomina “Os Oliveiras”, que residiam na villa Fany. No entanto, Corrêa (1969), esclarece que Manaus também foi crescendo “em direção às terras altas, o que vinha, ao encontro do gosto dos Ingleses, que já começavam a construir suas *vilas* e *bungalows* nas imediações da Cachoeirinha e da Vila Municipal [...]” Na vanguarda, no ano de 1.900, na capital do Amazonas, já havia transporte com tração elétrica e os bondes (Bittencourt, 2012, p.156), estes, foram para a cidade vetores de lazer e de crescimento, porém não foram os únicos, Bittencourt cita também que a construção das pontes, também alavancou o crescimento da cidade. (Bittencourt, 2012, p. 159).

Passado o período de fausto da borracha, na Amazônia, se fazia necessário a recomposição das localidades devastadas pela queda da borracha, portanto, quando se trata de a reorganização da cidade, vale destacar a fala do professor Aldemir Oliveira – a capital do estado do Amazonas deixa de ser o maior centro de exportação da borracha, é notório contudo, que a cidade herdou um legado histórico cultural de extrema importância na forma de monumentos históricos, hoje patrimônios cultural e arquitetônico; grandes construções narram a memória da cidade através de seus traçados arquitetônicos e de uma riqueza sem igual de detalhes, dentre tanta exuberância, destacam-se dentre estes, os conhecidos popularmente como casarões da Borracha, como, as casas de Vilas Jorgete, Ninita, Castelinho (Vila Zulmira), esta última, segundo Guerreiro, (2019, p.59), foi propriedade de Adolpho Lisboa.

Diante do exposto, surge o questionamento: então, seria Manaus, uma cidade moderna? No texto o urbanismo como modo de vida, Louis Wirth comenta que “o início do que pode ser considerado marcadamente moderno em nossa civilização é caracterizado pelo crescimento das grandes cidades” (Wirth, 1979, p.90). Assim, diante da ideia de urbanização e de moderno, pensar que a cidade de Manaus nesses marcos conceituais, situando pontos de referências, Manaus apresenta uma imagem de cidade diversificada, por sua economia, aspectos históricos e culturais e ainda a beleza de seus patrimônios naturais, históricos e arquitetônicos, já citados anteriormente. Além da expressiva população de 2.063.547²⁹ habitantes, com base no Censo de 2022, a presença do Polo Industrial de Manaus, torna a capital de estado alvo constante de novos moradores na busca de emprego, bem como a busca de melhor qualidade de vida.

Foi com a revelação de um grande administrador - Eduardo Ribeiro, o pai da Manaus Moderna [...] a cidade admitiu a si própria um esplêndido desenvolvimento físico, social e cultural. (Tocantins, 1968, p.268). No entanto, Leandro demonstra que “o que empresta um encanto particular às vias públicas de Manaus é a presença de inúmeros palacetes, residências dos antigos *lords* do comércio: chefes de casas aviadoras, seringalistas, donos de empresa de navegação, exportadores de borracha, corretores [...]. Ainda hoje, passados muitos anos da derrocada econômica desse mundo social, perduram os nomes de outrora para designar as mansões”.

O autor descreve a já citada villa Fany, como um “velho sobradão português com influência francesa”. (Tocantins, 1968, p. 270). Leandro comenta que Manaus está, assim

“Cheia de palacetes, além de casas assolaradas, todas com porão, seguindo o academicismo francês já dominado, pelo estilo “art nouveau”. Boas e vistosas

²⁹Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html>. Acesso em 30.07.2023.

construções, socialmente um grau abaixo dos Palacetes, casas, vivendas, bastante numerosas, possuem frontispícios somente trabalhados no cenário frontal [...]” (Tocantins, 1968, p.271).

Leandro Tocantins continua a sua narrativa, sobre as belas moradias do centro histórico, assim, ele cita mais três palacetes, porém a ênfase vai para o terceiro, trata-se do Palacete Fernandinho, localizado na Rua Duque de Caxias, Tocantins destaca que o palacete “recorda um *palázzio* romano da Via-Ápia, e continua dizendo que “na realidade, é um casarão português de dois andares, predominantemente neoclássico”. Ele exalta a arquitetura e destaca, que esta, “pode muito bem ter sido inspirada em Baldassarre Peruzzi” e que “as escadarias de acesso formam um conjunto típico de villas italianas[...]”. (Tocantins, 1968, p.271;272). Luiz de Miranda Corrêa informa que o Palacete citado por Leandro Tocantins era “escondido no meio do mato, uma espécie de vila italiana,”. Miranda Corrêa comenta, que o palacete abrigou a sede do IPASEA. (Corrêa, 1969, p. 39).

Junto à modernidade, o imaginário amazônico se sobressai no debate referente ao sobrenatural e surge a questão: realmente existe assombração nas casas antigas? É comum escutar que algumas casas antigas, são ‘mal-assombradas’, Luiz de Miranda Correa destaca esse aporte popular em relação às moradias do centro histórico e cita que “as casas do tempo da borracha têm histórias e fantasmas”, porém o autor enfatiza que o elemento fantasmagórico “é uma espécie de herança inglesa bem aceita pela ingenuidade do povo indígena, sempre pronto a acreditar no sobrenatural”.

Diante de tal assombramento, podemos cogitar que seriam os seres sobrenaturais, que antes habitavam e transitavam pelas margens dos igarapés do centro antigo que, uma vez aterrados, deram a vez à modernidades e foram ali residir e assombrar os novos modernos? Charles Wagley (1988), em uma comunidade amazônica comenta que “[...] perigosos seres sobrenaturais que habitam as selvas e o rio [...] de origem essencialmente indígena [...]”. ele comenta que na comunidade de Itá, “alguns residentes negam a existência de tais espíritos e seres sobrenaturais, principalmente os que pertencem à classe mais alta”, além de ‘ridicularizarem tais ideias, chamando-as de superstições e "bobagem de caboclo", no entanto, “quase todos em Itá, mesmo a maioria da classe alta, conservam sua crença nesses seres perigosos”.

Finalizando este texto sobre o casario do centro histórico, enfatiza-se as palavras de Luiz de Miranda Corrêa, que explica sobre as moradias, ele diz que “através dos tempos elas vêm merecendo a atenção dos estudiosos”, assim, o autor elenca um grupo de escritores e personalidades políticas, citando os nomes de “Artur César Ferreira Reis, Leandro Tocantins,

José Lins, Mário Ypiranga Monteiro, Genesino Braga, inserindo também o seu próprio nome, Corrêa destaca que ele mesmo já “tentou descrevê-las e interpretá-las”, mas cita que “talvez hoje já não pareçam tão grandes e tão importantes às gerações acostumadas ao concreto armado e as estruturas metálicas criadoras da construção gigantesca [...], ele completa que “é necessário situá-las no tempo e no espaço a fim de entendê-las e apreciá-las, é preciso recuar ao fim do século XIX e os primórdios do nosso século[...]”. Corrêa ainda enfatiza a “loucura da construção do Palácio Rio Negro residência do comerciante da borracha ele oferecia bailes e recepções que se prolongavam pelas grandes varandas e jardins[...]” (Corrêa, 1969, p. 39:40).

1.5 - As casas de vilas: memórias e patrimônio cultural no centro histórico de Manaus

Na capital do Amazonas, as casas de vilas encontram-se ‘distribuídas’, pelos bairros Centro, Aparecida, Cachoeirinha e Praça XIV, dentre outros, porém a pesquisa se ateve apenas ao bairro Centro e seu entorno. Desta forma, e por se tratar de imóveis localizados em área tombadas, alguns destes, dentre eles, algumas casas de vila, estão resguardadas por decreto lei; neste contexto, então cabe destacar que há pouco menos de vinte anos, algumas edificações instaladas no centro histórico, passaram a fazer parte do Setor Especial das Unidades de Interesses de Preservação (SEUIP), através do Decreto Nº 7176 (publicado em fevereiro de 2004), da Lei Orgânica do Município de Manaus, que estabeleceu a criação do SEUIP, localizado na unidade de estruturação urbana Centro Antigo, inserindo como item de composição daquele setor, aquelas edificações de interesses culturais à história da cidade, como citado no artigo segundo, do referido decreto:

“Art. 2º- O Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação está constituído pelo conjunto de bens imóveis de valor significativo que, de alguma forma, possam concorrer significativamente para marcar as tradições e a *memória da cidade*” (Diário Oficial do município de Manaus, 2004, p. 2)” (grifo nosso).

Assim sendo, as edificações foram classificadas em unidades de preservação da ordem de 1º e/ou 2º graus. As edificações de 1º grau deverão conservar suas características originais, no que se refere às fachadas, tamanhos de terreno e edificação, não sendo permitido qualquer modificação física externa, conforme citado no Art.5º do Decreto Lei:

“As unidades classificadas como Unidades de Preservação de 1º. Grau deverão conservar suas características originais, no respeito as suas fachadas, mantendo a mesma volumetria da edificação e a mesma taxa de ocupação do terreno, não podendo sofrer qualquer modificação física externa”. (Diário Oficial, 2004, p.2).

Dentre as edificações classificadas pela Lei Orgânica e citadas no decreto, estão dez casas de vilas , conforme pode ser verificado no quadro abaixo.

Quadro I - Casas de vilas relacionadas no Decreto Municipal Nº 7.176/2004

VILAS	
1º GRAU	2º GRAU
Vila Jorgete	Vila Augusta
Villa Nair (Anexo do hospital Samel)	Vila Arminda
Villa Ninita	Vila Baima
	Vila Ercília
	Vila Lucy
	Vila Portela
	Vila Rezende

Fonte: Diário oficial do município, fevereiro, 2004

Destaca-se que no bairro Centro são encontradas quantidade expressiva de casas de vilas. No entanto, também são encontradas casas de vilas, em bairros, que compõem o seu entorno, como Cachoeirinha, Nossa Senhora Aparecida e Praça XIV de Janeiro. Deste modo, o número de casas de vilas, (por bairros), estão relacionados nos próximos quadros.

Quadro II - casas de vilas - Cachoeirinha

Nº	CASAS	AVENIDA/RUA	NÚM	FUNDAÇÃO	REFERÊNCIAS	DECRETO 7176
01	Vila Pazuelo	Ajuricaba				Não
02	Vila Glória	Carvalho Leal				Não
03	Vila Patrício	Codajás				Não
04	Vila Guedes	General Glicério				Não
05	Vila Operária	Marciano Armond				Não
06	Vila Bessa	Maués				Não
07	Vila Umbral	Parintins				Não
08	Vila Alvarez	Tefé				Não
09	Vila Jarina	Tefé				Não

Fonte: Ana Guerreiro (2019); Dados obtidos em campo, pela autora (2022,2023)

O escritor Márcio Souza, informa no livro A Expressão Amazonense, ao comentar sobre bairros na cidade de Manaus, citando a Cachoeirinha, ele afirma:

“A Manaus da borracha não possuía bairros, possuía pitoresco bulevares estreitamente vinculados ao centro e que serviam de morada semirural da pequena burguesia. Era a cachoeirinha com suas *famosas vilas*, Adrianópolis longínqua. A Manaus da Zona Franca, continua sem bairros [...]” (Souza, 1946, p.164 - grifo nosso).

Embora, citadas como ‘famosas’, as casas de vilas do bairro Cachoeirinha, não constam em documento oficial, de proteção às moradias. No próximo quadro, podem ser verificadas, as casas de vila identificadas no bairro Centro.

Quadro III - casas de vilas - Centro

Nº	CASAS	AVENIDA/RUA	NÚM	FUNDAÇÃO	REFERÊNCIAS	DECRETO 7176
01	Vila Augusta	Beco José Casemiro	12			sim
02	Vila Emílio Cunha	Comendador Clementino	244			Não
03	Vila Maria	10 de Julho	717			Não
04	Vila São João	Doutor Machado / Tefé	940			Não
05	Vila Maria II	Emílio Moreira	290			Não
06	Vila dos Proprietários	Emílio Moreira	155			Não
07	Vila Pires	Emílio Moreira	258			Não
08	Vila	Getúlio Vargas	340			Não
09	Vila Paraíso	Getúlio Vargas	921			Não
10	Vila Lucy	Igarapé de Manaus	151	1.914		sim
11	Vila Bitar	Igarapé de Manaus	137			Não
12	Vila Ivânia	Igarapé de Manaus	173			Não
13	Vila	Igarapé de Manaus	159			Não
14	Vila Marques	Ipixuna	88	1.950		Não
15	Vila Dorinha	Joaquim Nabuco	1.630			Não
16	Vila	Joaquim Nabuco	1.572		Casas 101 à 110	Não
17	Vila Nair (Samel)	Joaquim Nabuco	1.755			sim
18	Vila Ercília	Joaquim Nabuco	991	1.934/1.940		sim
19	Vila Carmem	Joaquim Nabuco	942			Não
20	Vila Leão	Joaquim Nabuco	1.406			Não
21	Vila Tuma	José Paranaguá	400			Não
22	Vila Martins	Jonathas Pedrosa	328			Não
23	Vila Jorgete	Lauro Cavalcante	73	1.900/1.905		sim
24	Vila Brazil	Leonardo Malcher	1.442			Não
25	Vila Simões	Leonardo Malcher	1.531			Não
26	Vila Costa	Lima Bacuri	311			Não
27	Vila Vitória	Luiz Antony	23			Não
28	Vila do Chaves	Luiz Antony	157			Não
29	Vila Jandira	Major Gabriel	604			Não
30	Vila Topázio	Major Gabriel	504			Não
31	Vila São José	Major Gabriel	576			Não
32	Vila Betel	Major Gabriel	S/N		Prosamim	Não
33	Vila Flacy	Major Gabriel	357			Não
34	Vila Ventania	Major Gabriel	SN		Prosamim	Não
35	Vila Herculano	Major Gabriel	198			Não
36	Vila Sto Antônio	Major Gabriel	1.110			Não
37	Vila	Monsenhor Coutinho	528			Não
38	Vila	Monsenhor Coutinho	903			Não
39	Vila	Monsenhor Coutinho	941			Não
40	Vila Mariano	Nhamundá	1.182			Não
41	Vila Morgado	Quintino Bocaiúva	601			Não
42	Vila Elvira	Ramos Ferreira	1.465			Não
43	Vila Lázaro	Ramos Ferreira	1.657			Não
44	Resid. Maués	Ramos Ferreira	1.065			Não
45	Vila Barroso	Ramos Ferreira	1.119			Não
46	Vila	Saldanha Marinho	793			Não
47	Vila	Saldanha Marinho	435			Não
48	Vila	Saldanha Marinho	417			Não
49	Vila Baima	Sete de Setembro	1.419	1.935-1.949		sim
50	Vila	Sete de Setembro	1.833			Não
51	Vila Ninita	Sete de Setembro	SN	1.910-1.915	Palácio Rio Negro	sim
52	Vila Portela	Visconde de P. Alegre	8			sim
53	Vila Pudico	Visconde de P. Alegre	85			Não
54	Vila Arminda	Visconde de P. Alegre	684			sim
55	Vila Baipend	24 de Maio	440	1.913		Não

Fonte: Ana Guerreiro (2019); Dados obtidos em campo, pela autora (2022,2023)

No quadro III (página anterior), estão as casas de vilas identificadas no bairro Centro, foram listadas 55 (cinquenta e cinco) vilas, todavia, este número pode ser maior, tendo em vista a existência de outras moradias sem identificação, porém com as características estruturais de uma casa de vila³⁰, de acordo também, com o conceito do IBGE.

No quadro abaixo, estão listadas as casas de vilas identificadas no bairro Nossa Senhora Aparecida, ao todos, elas somam dezesseis, o maior número após o Centro, no entanto de acordo com alguns moradores, a quantidade de casas de vilas daquele bairro, também pode ser bem maior, devido muitas delas, estarem identificadas como becos

Quadro IV - casas de vila - Nossa Senhora Aparecida

ITEM	CASAS	AVENIDA/RUA	NÚM	FUNDAÇÃO	REFERÊNCIAS	DECRETO 7.176
01	Vila Resende	Com. Alexandre Amorim	193	1.910		Sim
02	Vila Augusta	Com. Alexandre Amorim	233			Não
03	Vila Gabrielle	Epaminondas	751			Não
04	Vila	Epaminondas	694			Não
05	Vila Portugal	Luiz Antony	485	1.949		Não
06	Vila Residencial Aparecida (2)	Luiz Antony	651			Não
07	Vila	Luiz Antony	712			Não
08	Vila Leixões	Luiz Antony	720			Não
09	Vila Sancho	Luiz Antony	740			Não
10	Vila 1037	Luiz Antony	1.037			Não
11	Vila Cristiano Marques	Monsenhor Coutinho	158/545	1.945		Não
12	Residencial Guedes	Ramos Ferreira	325		Beco Coronel Salgado	Não
13	Residencial Aparecida	Ramos Ferreira	321		Beco Coronel Salgado	Não
14	Vila Matias	Ramos Ferreira	307			Não
15	Vila Armindo Matias	Ramos Ferreira	271			Não
16	Vila Rosa	Ramos Ferreira	253			Não

Fonte: Ana Guerreiro (2019); Google maps, coletas de dados da autora (2022,2023).

Dentre os bairros que compõe a poligonal do CHM, no Centro e em Nossa Senhora Aparecida, foram localizadas a maior quantidade de casas de vila, cinquenta e cinco e dezesseis, respectivamente; na sequência, vem o bairro Cachoeirinha, com nove casas de vila e Praça XIV de Janeiro, com apenas seis casas de vilas, aqui listadas (conforme o próximo quadro).

³⁰ Casas geminadas agrupadas em organização linear. (Guerreiro, 2019, p.17).

Quadro V - casas de vilas - bairro Praça XIV de Janeiro

Nº	CASAS	AVENIDA/ RUA	NÚMERO	FUNDAÇÃO	REFERÊNCIAS	DECRETO 7176
01	Vila Dona Diva	Barcelos				Não
02	Vila D. Felizardo	Duque de Caxias				Não
03	Vila Guedes	General Glicério				Não
04	Vila Soares	Visconde de Porto Alegre	1.068			Não
05	Vila Elza	Visconde de Porto Alegre	1.010			Não
06	Vila Eulália	Visconde de Porto Alegre				Não

Fonte: Ana Guerreiro (2019); coletas de dados da autora; google maps.

Os cinco quadros apresentados acima, foram construídos por meio do trabalho de campo, realizado nas ruas do Centro, como as caminhadas para identificar, e/ou indicações de moradores, de outras vilas. Foi utilizado também como base, a dissertação de Ana Guerreiro (2019, p.147), além do uso da ferramenta de pesquisa do google maps.

1.6 - Entre memórias e poder público – o caso das casas de vilas do centro histórico de Manaus

Referente aos casarios, prédios antigos e ainda outros lugares, cabe inserir neste tópico, a pergunta norteadora desta dissertação. Mas, e o poder público, o que ‘diz’ sobre as casas de Vilas do Centro Histórico de Manaus. Voltando às cenas do filme Sábado,, ao descrever algumas cenas, gravadas no interior do prédio, diversas pessoas se encontram e abrem um diálogo sobre o centro histórico e seus patrimônios, bem como o desleixo e a valorização em outras localidades, até mesmo fora do Brasil. Dentro do edifício ‘abandonado’, devido à quebra do elevador (que ainda de acordo com a fala de um dos atores), ‘vai cair’, o moradores em situação de rua e as outras pessoas ‘precisam’ conviver naquele mesmo espaço, deixando abertos também diversos debates, como acesso à moradia, bem como políticas públicas para moradores em situação de rua e ainda o abandono de prédios em centros histórico e prédios antigos, como o edifício que passa o filme, além do esvaziamento que sofreram os centros históricos ao decorrer do tempo.

Para tanto, pensar as casas de vilas como lugares de memória, é preciso citar Nora (1993). O autor enfatiza que “Lugares de memórias são, antes de tudo, restos [...], sugerindo com a palavra restos, o que ainda existe, ele continua explica que:

“Lugares de memórias, [...] são os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa

sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”. (Nora, 1993, p.09).

Nora afirma ainda, que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto[...]”, tal como foi percebido no diálogo com os moradores, a memória enraizada nas casas de vila. A proteção das moradias, por força do decreto N°7176, reforça a permanência das casas de vila no centro antigo, comprovando também que as edificações representam um valor significativo à história e à memória da cidade. São as memórias daqueles lugares, que por lembrar familiares e ainda por nos contar a história desses lugares, bem como do entorno, que enriquecem mais ainda a história antropológica da cidade de Manaus, uma vez que segundo alguns moradores, nas vilas eles ‘vivem de outra maneira’, “o acolhimento de vizinhos”, “como uma família”. O modo de vida e ainda a ‘cultura’ de residir numa vila, traduz o que já foi citado por alguns moradores sobre o ‘modo de vida de antigamente’, além das memórias dos moradores, estes ao deixarem registrados suas falas, de certa forma, são os protagonistas de suas histórias aqui contadas, tais registros podem ser o início de passos para contribuir aos cuidados e preservação das vilas, suas histórias e memórias.

Pensar o debate, poder público versus moradias de casas de vila, tendo no meio desse debate os moradores, recorreremos ao decreto municipal, N°7176/2004, que embora esteja há quase duas décadas vigorando, ainda encontramos casas de vila em estado de fragilidade em diversos sentidos, principalmente relacionado à estrutura e conservação, como o exemplo da vila Jorgete, classificada como edificação de primeiro grau de preservação, relacionada no decreto N° 7.176/2004. A classificação envolvendo casas de vilas, em primeiro e/ou segundo graus, conforme o decreto, já citado, nos permite traçar narrativas, que envolvem a relevância das moradias localizadas no centro histórico, e ainda a valorização dessas moradias além do campo histórico, mas também antropológico, sendo o fio condutor de relações de vida comum, que vamos ver nos diálogos com os moradores que participaram da pesquisa, para esta dissertação. Mas também, em se tratando de patrimônio, recorreremos, a Otoni Mesquita, que cita no texto A arquitetura eclética de Manaus, (p.106:107), onde o professor destaca entre alguns prédios, ao debater a arquitetura da cidade, citando inclusive classificações por grupos, ele, ele cita dentre outras edificações, o Palacete Nery, como prédio neoclássico, no qual ele destaca e ainda no grupo de prédios ecléticos, destacando diversos palacetes, dentre eles o Palácio Rio Negro e o palacete da vila Municipal. Neste último grupo de classificações, Mesquita informa que os prédios ecléticos, surgem em Manaus nos anos noventa do século XIX perdurando até o final 1910, século XX, no entanto ele chama atenção que ainda houve construções deste estilo

por volta dos anos 1930, que o autor chama de “alguns exemplares tardios. Otoni comenta que o ecletismo “atende a uma função diversificada: tanto para residências abastadas, quanto para prédios públicos, sobretudo de valorização de cultura pelo Estado [...]”. (Mesquita, 1993,1994, p.107). Com base na fala do autor, tentamos encaixar algumas casas de vilas surgidas dentre o período citado, como a vila Jorgete, que de acordo com a pesquisa de Ana Guerreiro, surge entre os anos 1900 e 19045 e ainda a villa Ninita, que embora não tenhamos a exatidão da data de fundação, (porém existem informações de jornais dos anos 1915, que citam a villa Ninita como concluída e com as casas, disponíveis para aluguel). (Guerreiro, 2019, p.83).

Em se tratando de questões patrimoniais, nossa reflexão para a realização deste trabalho, recaiu em análise sobre as casas de vilas situadas na região do centro histórico da cidade, relacionando-as como *lugares de memória*. Algumas destas, são casas centenárias e muitas também surgiram no auge da exploração da borracha, chamando atenção, o modo de vida empreendido, pois segundo os moradores, naquelas vilas, ainda se vive o modo de ‘vida de antigamente’, estas guardam, segundo os seus moradores, peculiaridades de um tempo passado, repleto de saudosismo, todavia, hoje é um período de saudosismo, que existe apenas na memória daqueles moradores, desta maneira as lembranças, as histórias contadas, remetem às memórias em relação determinado período de tempo, assim sendo, as pessoas percebem em suas histórias e vivencias, aspectos culturais que norteiam a remetem à formação de relações e laços, retratados no cotidiano dos moradores das casas de vilas.

Desta forma e tendo como um dos eixos deste trabalho, lugares de memória, destaca-se ideia de que a memória - como trabalhada por Simson, (2003, p.14), pode ser entendida como “a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmití-los às novas gerações por meio de diferentes suportes empíricos [...]”. A referência traz elementos que nos permite adentrar à compreensão dos sentidos e significado que a casa de vila tem para seus moradores. Nessa linha, a memória como matéria prima para se entender a dinâmica do viver, se relaciona com o fazer, no sentido que o viver, marca uma temporalidade e dá sentido à vida.

Os avanços populacionais e alterações no espaço urbano de Manaus realçam ainda mais a presença das casas de vilas, no centro histórico, a maioria delas, carrega o nome da família ou de alguém da família. A palavra “*vila ou villa*” seguida do nome dado ao lugar, em placas ou na própria da parede, nos remete a pensar o verbete *vila* como uma identidade, uma referência. A identificação dos moradores com as casas e ainda o fato dos moradores se reconhecerem entre si, e mais ainda apresentar afinidades com os lugares, diferenciados, permite referenciar Agier (2011, p. 71 e 72), quando este trata de ‘região’, que ele chama, região moral. O autor comenta sobre um determinado espaço de certa forma, estereotipado, podendo esta região ser rua,

conjunto de becos, pracinhas e suas áreas contíguas, a noção de região é útil, no registro das identidades; logo, registra-se que os moradores das casas de vila sentem-se representados nos sentidos daqueles lugares, o que as vilas representam e mais ainda como os moradores se reconhecem naqueles lugares, se identificam por meio de questões simbólicas, para quem olha distante, um simples letreiro escrito a palavra *vila*, não tem o mesmo significado para quem reside nas casas da vila, a vila os une em relações sociais de vizinhanças, de convivência diária, os moradores criam e estreitam laços, todavia, cada casa, é um universo, e tem significados por eles criados.

Tudo isso, apresentado até então, são fatores que ajudam a compor a parte da memória histórico-cultural. Assim a relevância se estende ainda pelo fato de alguns moradores, residirem nas casas, bem como manterem viva a memória do lugar, conforme foi percebido nos diálogos com os moradores. Portanto, entender a dinâmica das vilas, compreender as relações sociais daquelas localidades, consiste em compreender o modo de vida dos moradores e ainda as forças externas, como o processo de modernização que avança a todo instante, no espaço urbano na cidade de Manaus.

1.7 - As casas de vila demolidas - uma parte apagada da memória manauara

A derrubada de determinadas casas de vilas aponta um capítulo demolido, quase apagado, sobre essas casas, mas principalmente referente às moradias em Manaus. Os debates referentes às vilas como moradias por se tratar de um assunto de poucos e escassos registros, se torna relevante tendo em vista a busca desse contexto sociocultural, o que representa um capítulo à parte deste tema, no centro histórico de Manaus.

A historiadora Francisca Deusa, cita no ano de 1997, a vila Martins localizada na avenida Leonardo Malcher, como moradia de trabalhadores, no entanto, identificou-se ao realizar leituras em um blog local,³¹ que aquele espaço onde ficava a casa de vila, hoje dá lugar à uma universidade privada. E ainda temos a vila citada por Milton Hatoum, em Cinzas do Norte, vila da Opera, citando também, a Vila que Jéfferson Peres residiu, no entanto ele não cita o nome da casa de Vila em sua obra *A Evocação de Manaus*, (2002). Desta forma, existe uma lacuna a mais, referente às casas de vilas demolidas, por não mais fazerem parte da paisagem urbana da cidade, e também do Centro Histórico.

³¹ Blog do Rocha. Acesso em 19.07.2023

Uma das casas de vilas não mais localizadas (provavelmente demolida), é citada na música da artista amazonense, Lucinha Cabral, que nos informou ter tido um amigo que residiu no lugar. Lucinha solta a voz, cantando a letra da música de sua autoria “Sou Brasileira”, (ver citação abaixo), a cada show musical que realiza:

“[...] Sou brasileira, sou caboquinha, [...]. Sou Tainã, iguarapé, balanço na rede, viola no peito, leseira baré. Sou curupira, sou caboquinha, Antonio Pereira, Aníbal Bessa, Mariazinha. Porto de Lenha, sou Boi-Bumbá, **Vila Santa Rita**, sou Chico da Silva, sou Moroguetá [...]” (Cabral, Lucinha, 1999, grifo nosso).

Ainda, referente às demolições de vilas, de acordo com o blog³² do historiador Fábio Augusto Carvalho, além da já citada, Vila Jorgete, existente até os dias de hoje, existiram as Vilas Teixeira e Valente, ele não informou o endereço, mas é pouco provável que essas casas ainda existam. Com as demolições, e ainda os poucos registros sobre as casas de vilas, torna-se mais difícil ainda de re (contar) a história, todavia, divagando por diversas leituras e buscando re (montar) essa parte, algumas casas foram identificadas, como já não existentes. Assim sendo é interessante comentar com maior ênfase, a pouca quantidade de estudos referentes a esse tipo de moradia, sejam elas demolidas ou ainda de pé, no centro histórico, uma vez que, quando existem referências às casas de vila, são de forma secundária, fato que torna ainda mais motivador a realização deste trabalho. Portanto e para encerrar esta primeira parte, nortear o estudo junto aos moradores, torou-se primordial, porém, desafiador, tendo em vista a idade avançada de alguns moradores, o que seria essencial para fortalecer a relação vila e morador, no entanto, alguns não puderam se manifestar, devido doenças como foi o caso de uma antiga moradora da villa Ninita, que sofreu um acidente vascular cerebral e por encontrar-se em recuperação, sua neta sugeriu que a dona Zuleide não fosse incomodada. A neta dela, foi quem narrou uma parte da história de sua relação com a vila, que residiu com a avó, ainda na infância. Os diálogos irão compor o corpo do trabalho de campo, juntamente com os demais moradores das outras casas de vilas, conforme descreveremos no próximo capítulo.

³² disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias/rua-lauro-cavalcante/>. Acesso em 19/07/2023

CAPÍTULO II

2.0 – Chegando nas casas de vila do centro histórico de Manaus

Entre os anos de 2014 e início de 2015, ao realizar diálogos com alguns moradores de casas de vilas, chamou atenção as falas de dona Dorinha e Seu Humberto, moradores das casas de vila Dorinha e Baima, respectivamente. Dona Dorinha é filha de um português que construiu uma casa de vila, na avenida Joaquin Nabuco, a vila Dorinha. Em sua fala, ela lembrou que os bondes passavam naquela avenida e em frente a vila; como se fosse um evento, a família, ‘se arrumava’ para assistir àquele espetáculo. Dorinha também contou que viu a cidade crescer, porém segundo ela “a vida tranquila é sua melhor escolha”. Lembra ela sobre o transporte:

“Naquele tempo era bonde, andava os bondes [...]. Não tinha nem semáforo porque não era necessário. Era duas mãos aqui, o carro ia subia, vinha [...] e o carro no meio e não precisava de semáforo, você atravessava, hum tranquilo, daqui que você visse um carro [...] (Dorinha, 2014, Moradora e proprietária da Vila Dorinha).

Naquele mesmo período, citado acima, porém, na casa de vila Baima, ao conversar com seu Humberto, uma das falas enfática do morador, foi ao comentar que embora residam segundo ele, “em área histórica”, jamais foram procurados pelos órgãos que cuidam do patrimônio cultural da cidade, o diálogo completo será enfatizado na descrição da vila Baima, nos próximos tópicos.

A realização daqueles diálogos com os moradores, além de ter sido a inspiração para escrever esta dissertação, como já foi dito no capítulo anterior, também foi um recurso estratégico, tendo em vista a escassez de registros referentes às moradias, como as casas de vilas; para tanto, colocar como base os diálogos, foi uma das maneiras de vencermos as dificuldades em relação a carência de fontes para concretizar o estudo relacionados à esse tipo de moradia na cidade de Manaus. Entre histórias e diálogos de campo, ouvindo os moradores das casas de vilas do centro histórico de Manaus, já no início deste capítulo, faz-se uso de uma citação de Ana Guerreiro (2019), onde a mesma faz referência às casas de vila, enfatizando que:

“Em Manaus, as vilas acabaram por representar uma maneira marcante na cultura do viver no Centro. Essas habitações que hoje estão localizadas e incluídas em perímetros delimitados pelos órgãos que protegem o patrimônio histórico edificado, onde muitas delas se encontram esvaziadas, deterioradas e desvalorizadas [...]” (Guerreiro, 2019. p.59).

Ana Guerreiro continua e explica que as casas de vila, são ainda marcantes, longe de serem consideradas “um capítulo encerrado”. Ela destaca:

“As vilas residenciais do centro antigo [...] permanecem na paisagem, marcam que o espaço da moradia tem um papel fundamental na compreensão das dinâmicas que organizam e reajustam, ao longo do tempo, os meios de produção, as relações sociais e os modos de viver” (Guerreiro, 2019, p.59,62).

Ao iniciar este estudo, as vilas como lugares de memórias, trazemos à tona os diálogos com os moradores das casas de vilas, realizados no ano de 2015, que chamamos aqui, de ‘campo I’³³, apenas para situar as realizações da pesquisa, bem como o campo da atual pesquisa, realizado entre os anos de 2022 e 2023. Naquele primeiro momento (em 2015), o trabalho destacou três casas de vilas do centro histórico, as vilas Dorinha, Baima e Jorgete, quando foram realizados visitas, encontros e diálogos com alguns moradores das vilas, no caso, à exceção da vila Jorgete, que à época não foi possível o contato com os seus moradores. Contudo, o subsídio utilizado, foi uma reportagem de jornal sobre a Vila Jorgete, que inclusive, havia sofrido um incêndio, com a perda total em uma das casas.

Diante do exposto acima, vale destacar que das visitas às casas de vilas no ano de 2022, a primeira se deu na vila 1037, localizada no Bairro Nossa Senhora Aparecida; seguida da vila Baipend, em setembro do mesmo ano, posteriormente vila Elvira, um conjunto de casas voltadas para a avenida Ramos Ferreira e posteriormente a vila Barroso, na mesma rua. Também foram visitadas as vilas Ercília e Jorgete, porém, apenas na última, foi possível conversar com moradores. Assim, estão aqui elencadas, uma sequência de situações referentes as visitas às casas de vilas, dando ênfase primeiramente às respostas recebidas na realização do trabalho de campo, ao chegar em algumas das casas, “*não posso falar agora*”; ou “*tô com pressa*”; “*tô ocupado*” e “*vem outro dia*”, para citar algumas dessas negativas o que me levou ainda no campo, à reflexão de que gerava certo incomodo chegar sem avisar, nas casas e que aquela primeira abordagem gerava impacto e nem sempre era legal. No entanto, entre os diálogos realizados, houve morador de vila que indicou morador de outra vila e, nesse caso, a recepção foi bastante positiva.

Cabe destacar também, algumas situações que não puderam passar despercebidas, como as que ocorreram nas vilas Barroso, Jorgete e Ercília. Uma dessas situações que podemos de antemão considerar inusitadas, se deu na Vila Barroso (próximo ao Museu Amazônico, na

³³ Foi adotada a discriminação de campo I considerando a primeira pesquisa referente à casas de vilas realizada para a monografia da autora, apresentada em 2015; sendo a pesquisa de campo atual, denominada aqui no texto como “campo II” para se referir à realização desta pesquisa para a realização desta dissertação.

rua Ramos Ferreira). Estava em frente à casa de vila, e entrei, pois, o acesso estava aberto, avistei ao longe uma pessoa e perguntei se poderia ir até lá, ele disse que sim, e então, desci pela única via em frente às casas. Era um trabalhador e a minha pergunta inicial foi, aqui é uma vila? Mesmo já tendo observado, pelas características que se tratava de uma casa de vila, expliquei que estava realizando um trabalho de conclusão de curso, sobre casas de vilas, e perguntei a ele, a possibilidade de chamar algum morador, ele chama alguém que identifica como ‘vizinha’. Expliquei novamente sobre o trabalho, enfatizando que a pesquisa era para conclusão de curso na universidade e insisti na possibilidade de conversar, saber sobre a história e relação com a vila e a vizinhança, mas a ‘vizinha’ se limita apenas a dizer que se encontra naquele momento ocupada, então eu pergunto se posso retornar num outro dia, outro momento, ela diz que também vai estar ocupada, ‘pois cuida da mãe, que é idosa e reside na casa ao lado’, considerei interessante aquela informação e perguntei da possibilidade de conversar com a mãe dela, mas não foi possível. Atento, o homem que estava trabalhando, e também acompanhando a minha saga naquele momento, quando me despedi, ele também caminhou pela rua da casa de vila e ao meu lado e informou que ele também iria residir na vila, mas desistiu de alugar a casa, pois lá “só tinha gente do nariz empinado” e disse ainda, que inclusive, a pessoa com a qual eu estava conversando, era uma dessas pessoas, além de comentar que também desistiu de alugar uma casa na vila porque “quando chove, alaga tudo”. A vila Barroso está identificada no trabalho da arquiteta Ana Guerreiro, como vila Barros, porém, a moradora confirmou que o nome é vila Barroso, por isso, a escrita se manteve aqui, no texto da dissertação.

Uma outra situação, também no mínimo curiosa, aconteceu na vila Jorge: uma senhora que estava na janela de uma das casas, me viu caminhando pela via da vila, ao cruzarmos olhares, perguntei se podia falar com ela, e me disse que sim e se identificou como Dona Maria. Após eu me apresentar e explicar sobre o trabalho, ela disse que ‘naquele momento estava tão ocupada’. Perguntei então se podia retornar outro momento, ela informou que sim, eu disse que retornaria na próxima terça-feira. Após esse momento, retornei duas vezes à casa de vila, onde mora a senhora, porém estava fechada na tranca; assim, não foi possível ter a contribuição da fala de dona Maria. Não diferente, outra resposta negativa, se deu na vila Ercília, após deixar marcado um encontro com uma moradora, que também informou estar ocupada, no primeiro contato na casa de vila. Perguntei a ela se poderia retornar para conversar com ela, informei sobre a realização do trabalho, falei sobre as visitas que estava fazendo às casas de vilas, ela pediu que retornasse outro momento; ao retornar à vila Ercília, no dia e horário combinado, aguardei bastante e um rapaz, perguntou se eu queria falar com alguém, informei o nome da pessoa e disse que iria verificar se estava em casa. Após um breve período de espera, ele informa

que a pessoa estava dormindo e não poderia me atender. Após o ocorrido, segui os passos para a vila Jorgete, que fica próxima do lugar onde estava e por lá, vi uma porta entre aberta e usei novamente o recurso das palmas. Uma moça com bebê de colo atendeu, e expliquei o trabalho que estava fazendo e ela disse que seu avô poderia me ajudar, mas pediu que eu retornasse num outro momento, consegui então marcar uma conversa com o seu José que apesar de um diálogo apressado, devido a idade e dificuldade de audição, contribuiu com sua história na vila Jorgete.

Referente aos impasses ocorridos no campo, torna-se necessário, buscar apoio na fala de Ecléa Bosi (2004), quando comenta que ‘as visitas *in loco* às casas, nem sempre resultaram nos diálogos esperados pelo lado da pesquisa realizada’. Embasados neste pensamento, destacamos as negativas em relação à pesquisa e, por conseguinte, o diálogo, pois, alguns moradores alegaram que não puderam participar da pesquisa, por estarem principalmente voltados para a realização de suas atividades diárias.

Para escrever sobre as casas de vilas, foi necessário juntar trechos de diversos textos de escritores locais, fazer recortes, remendos e emendas, toda essa mão de obra, - o que já chamamos de tapete de retalhos, considerando o trabalho artesanal, - se deu, devido à pouca existência de registros, principalmente, na cidade de Manaus. A história das casas de vilas, não estão oficialmente registradas em livros oficiais, daí a necessidade de realizar esse trabalho de “montagem” escrita e textual, com livros, jornais, revistas, em que algum escritor mencionou ou citou ou contou sobre uma casa de vila, citou que alguém residiu em determinada vila, ou até mesmo, que uma vila fora demolida. Por outro lado, as casas de vilas onde residiram o poeta Thiago de Mello e Jefferson Péres, por exemplo, se manifestadas em formas escritas, trariam visibilidade à essas vilas, bem como o reconhecimento de suas histórias e memórias. Entretanto, em alguns livros, escritores amazonenses citam as moradias, ainda que de forma aleatória, um exemplo está na leitura realizada em Manaus amor e memória, onde Thiago de Mello cita várias vilas e conta que em algum momento de sua infância, residiu em uma casa de vila, no centro histórico de Manaus; outro escritor que também cita várias vilas é Mário Ypiranga Monteiro em seu livro, O Tratado do Prédio Amazonense, inclusive, lembra as casas de vila, que já foram demolidas, fato que amplia o pensamento sobre o descaso com o patrimônio cultural no centro histórico de Manaus.

Em referência aos descasos com alguns casarios e prédios antigos em centros históricos, bem como suas histórias e memórias, é possível ilustrar tal situação, com algumas passagens do filme brasileiro, *Sábado*³⁴ (de 1995), gravado no centro histórico da capital paulista. As

³⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IExot6Y3nrk>. Acesso em 01.11.2022

cenas acontecem dentro de um edifício, que o narrador destaca como “o marco da arquitetura da cidade de São Paulo”, o edifício da Américas, localizado no centro antigo, também conhecido como edifício Martinelli, que ainda conta com um vitral de Vittorio Gobbis, (segundo a atriz conta no filme) um pintor italiano, que residiu no Brasil. O narrador, ainda no início do filme, destaca a relevância histórica do edifício, destacando também o centro antigo da capital paulista. No entanto, uma fala referente ao centro, chama a atenção para prováveis mudanças naquele lugar, ele inicia apresentando a diretora de artes no filme, Magda Brum, como uma pessoa elegante e pontual, então ele narra: *“Como todos nós, Magda, ama o centro. Embora como todos nós, não vá mais ao centro, claro, afinal, nos últimos quarenta anos, algo mudou no centro da cidade[...]*”. Considerando que essa fala referente ao centro histórico de São Paulo, vem de um filme dos anos 1995, fica sugerido que tais mudanças sofridas nas últimas quatro décadas, iniciaram por volta dos anos 1950. Outra cena desse filme que chama a atenção, é um diálogo entre ‘Magda’ e outro ator, que iniciam um debate com teor crítico referente aos zelos e cuidados com o patrimônio cultural, a discussão é sobre a condição em que se encontra, o edifício histórico, assim, inicia o diálogo:

Que pena né? tão lindo!
Porque ficou assim, nesse estado?
Tá no Brasil!
É, você viaja, vê tudo limpinho, tudo funcionando!
É, pois é, mas é que lá fora, as pessoas dão valor né?
É, Nesse paizinho é assim!
Cada coisa tem seu valor cultural!
(Diálogo extraído do filme Sábado, 1995).

No diálogo entre os atores, não passou despercebido também, o tom de lamento, de ambos artistas, sobre o patrimônio ser pouco reconhecido e valorizado, na capital paulista e no Brasil. Ainda no decorrer daquele debate, outra fala chama atenção. A atriz chega a comentar que além de ser uma ‘questão de mentalidade’, é também uma ‘questão de bom gosto’, zelar pelo patrimônio, e cita como exemplo ‘o sul’, ela diz:

“E não tem essa desculpa que é subdesenvolvimento, que é miserável, que aqui no Brasil mesmo, você viajando pro Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, tá tudo limpinho. Você vê uma janela, pode ser gente pobre, mas tá limpinho, tá com aquele jarrinho [...] (Trecho extraído do filme Sábado, 1995).

Em seguida a fala da atriz, o outro ator comenta: “É, mas tudo isso também, é descendência europeia né”? ou seja, com base nos pensamentos acima, de cuidado, inclusive de educação patrimonial urge ser debatido com a sociedade, muito embora a constituição

federal de 1988, reconheça o papel da sociedade em participação com o poder público, conforme o artigo 216, parágrafo primeiro, abaixo:

“§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Constituição Federal, 1988, p.181).

Diante do exposto, e ainda com relação ao debate acima, destaca-se que junto ao poder público é também dever da sociedade cuidar do patrimônio, no entanto isso ainda se apresenta distante, e com a ideia referendada pelo ator, que distancia pessoas e patrimônio, margeando boa parte da sociedade com aquele pensamento de ser apenas para ‘descendência europeia’, não se vendo assim, com sentimento de pertencimento, junto aos patrimônios culturais. Desta forma, quando nós, cidadãos, não nos apropriamos do patrimônio cultural brasileiro, tendo em vista o fantasma de ‘heranças dos europeus’, tal crítica se estende, principalmente quando relacionada às camadas mais populares, afastadas e margeadas das áreas tidas outrora como nobres, como centros históricos, teatros, museus, a exemplo do que ocorreu na cidade de Manaus, em decorrência do ciclo da borracha, como já foi citado ao longo deste trabalho, quando a medida de ‘higienização e embelezamento’ tiveram como resultado o afastamento de moradores pobres para lugares distantes do centro histórico.

Destacando essa questão de valorização do patrimônio e trazendo o discurso para a questão das moradias, no caso específico deste trabalho, as casas de vilas do CHM, assim, partindo da publicação do decreto municipal N° 7.176, de 2004, que edificações por grau de preservação, e no caso das casas de vila, dentre as cinquenta e cinco, relacionadas aqui, apenas dez constam naquele decreto, é um fato que estimula a realização de mais estudos e pesquisas referentes à essas moradias, fazendo deste trabalho, juntamente aos demais já existentes, mais uma tentativa de chamar a atenção do poder público sobre a questão da história e memória alicerçadas juntamente às paredes das casas de vila, como é o caso da Baepend, que conforme consta nos escritos de Jefferson Péres, fez parte do cenário que se montou na época em Manaus, onde a vila seria alvo de ataques, devido os acontecimentos da primeira guerra mundial. Outro exemplo seria a casa de vila, onde residiu na infância, o poeta Thiago de Mello. Assim, este debate sobre vilas só tende a crescer, e demonstra que as pesquisas e estudos são basilares também para sustentar políticas públicas referente às moradias.

Considerando as buscas por referências sobre casas de vilas, ainda na realização do trabalho de campo, tornou-se necessário também iniciar diálogos com especialistas e estudiosos

no assunto de patrimônio cultural. Assim, ao final do mês de abril do corrente ano, em visita à exposição do professor Otoni Mesquita, no CAUA, foi possível conversar com o professor sobre as casas de vilas no centro histórico de Manaus, onde o referido professor comenta sobre as formações das vilas em Manaus, informando que elas podem ter surgido bem antes do ano de 1900, como é o caso da vila Georgete, localizada na rua Lauro Cavalcante. Oportunamente ele informa também sobre a villa Ninita, citando “os Falconi”, uma família, que segundo o professor, residiu na villa. Posteriormente, o professor Otoni também informa por contato telefônico, a presença de outras casas de vilas no centro histórico, como o Residencial Maués, localizado na rua Ramos Ferreira (já incluído nesta dissertação), além de outras duas casas que ele citou localizadas na rua Monsenhor Coutinho, já identificadas. No entanto, não foi possível saber os nomes das casas de vila, citados pelo professor Otoni.

Assim, explanando as dificuldades do trabalho de campo, a disponibilidade das pessoas de ouvir e/ou de falar, fez com que o exercício da observação se tornasse uma alternativa à complementar o trabalho na realização da pesquisa. Então, demos sequência ao texto, citando preferencialmente os moradores das casas de vilas que se dispuseram a conversar, pois nem todos que abordei, quiseram ou tiveram tempo e disponibilidade para que acontecesse o diálogo. Abaixo serão descritas as visitas às vilas, os diálogos, além de impressões dos moradores, também a posição do poder público em relação às casas de vilas do centro histórico de Manaus, além de relatos referentes às caminhadas na realização da pesquisa de campo, imprescindíveis para compor esta dissertação.

2.1 - O cotidiano das vilas - lugares de memórias no centro histórico de Manaus

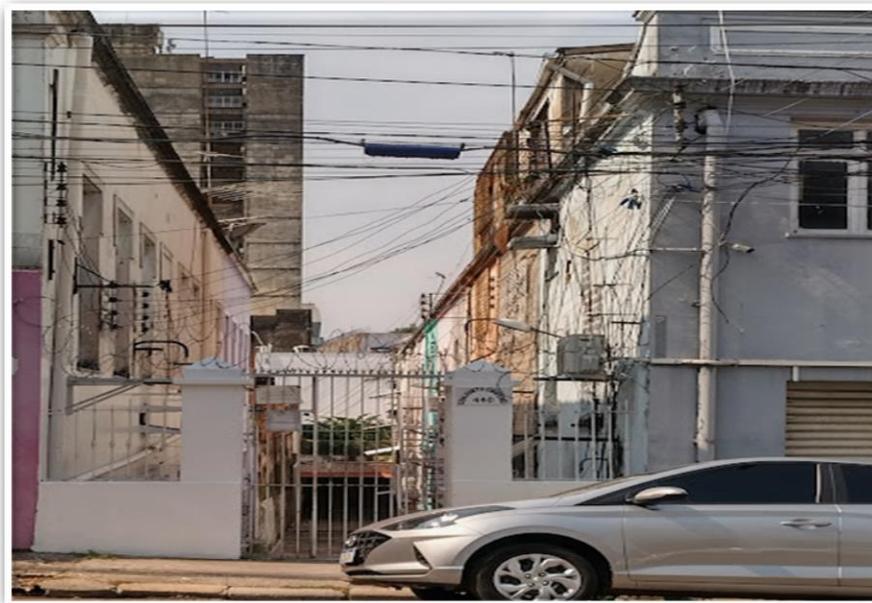
2.1.1 - Vila Baipend

A vila Baipend, tem sua história ligada à história mundial. Jefferson Péres escreveu que a vila sofrera ataques por conta dos acontecimentos na primeira guerra mundial, devido o nome dela naquela época ser, vila Itália. Por essa razão, o dono, rapidamente substituiu a placa, conforme, escreveu, Jefferson Péres:

“[...] Outros trataram de se defender, como o proprietário da Vila Itália, conjunto de casas situado a rua 24 de Maio, quase esquina com a Costa Azevedo, que logo mudou o nome para Vila Baependi, afixado na forma de um Letreiro de ferro, ainda existente” (Peres, 2002, p.63).

O político, Jefferson Péres, informa no livro que ‘até hoje a placa está por lá’, todavia, ao realizar as visitas *in loco* recentemente, percebe-se que a placa não consta mais e o nome da casa de vila é escrito no próprio muro de alvenaria: “Conjunto Baepend” (com o D mudo, conforme imagem abaixo), diferente do nome escrito no livro de Jefferson Péres.

Figura 04 - Entrada da vila Baepend



Fonte: acervo pessoal da autora, setembro, 2022.

A primeira ida à casa de vila Baepend, foi no dia 21 de setembro de 2022. Primeiramente utilizei de um costume bastante antigo, porém ainda recorrente, quando se chega nas casas das pessoas, bate-se palmas para anunciar a presença. Bati palmas por um bom tempo e um rapaz apareceu na primeira casa da vila. Do portão me identifiquei e falei da pesquisa, e perguntei se poderia conversar com ele, no entanto ele disse que já estava atrasado para sair. Eu perguntei se poderia retornar no outro dia, ele deu sinal de positivo e como combinado as oito horas e quinze minutos eu já estava lá no portão, batendo palmas, era dia 22 de setembro. O morador não apareceu, fiquei por um bom tempo lá, fiz algumas fotos, me afastei um pouco, mas me mantive próxima ao portão de entrada. Foi então que chegou uma moça e perguntou se eu queria entrar, porém achei que era arriscado, pensando nela e nos moradores, essa abordagem, e primeiro me identifiquei, falei da pesquisa e ela prontamente me convidou novamente para entrar na vila e afirmou com firmeza que iria me levar até a patroa dela, e assim o fez. Dessa forma foi a minha entrada na vila. Depois de feitas as apresentações, dona Maria do Socorro me disse para entrar em sua casa e iniciamos os diálogos. Logo de início dona Maria, que é

professora aposentada informou que veio do Ceará, residiu na Cachoeirinha e só depois foi morar na casa vila.

Dona Maria informou que pouco teria a contribuir para a pesquisa, pois quase nada sabia informar sobre a vila, mas já tinha ouvido falar que a vila era de portugueses, e enfatizou além da segurança do lugar, a costumeira relação de solidariedade entre vizinhos que são muito próximos, todos se ajudam, ela informa em tom de alegria, que “quando alguém precisa viajar, tem cachorrinho, a gente cuida, repara”. Essa fala da moradora traduz a relação que ela afirma ser como uma família. Muito além de uma relação familiar, as relações que dona Maria do Socorro comenta, lembram as citadas no livro *Memória e Sociedade*, em específico, quando a autora comenta que:

“[...] apesar da fixidez de destino nas relações de parentesco, não há lugar onde a personalidade tenha maior relevo. Se como dizem, a comunidade diferencia o indivíduo, nenhuma comunidade consegue como a família valorizar tanto a diferença de pessoa para pessoa” (Bosi, 2004, p.243).

Em referência à citação e ainda, à breve fala da moradora da vila Baipend, a família, ainda que apresente conflitos, é também ‘um lugar’ de acolhimento, assim, pode ser descrita, a ‘família baipendiana’, baseado no diálogo com dona Maria do Socorro. Sobre residir atualmente na vila, dona Maria do Socorro conta que uma pessoa da sua família, “comprou a casa e reformou todinha, só não pode mexer na frente”, deixando compreender que a fachada da casa de vila, deve ser preservada, ela conta também que:

“A princípio não tava querendo muito vir morar no centro não [...], mas agora não tenho plano de sair daqui, eu gosto muito de morar aqui na vila, que a gente é todo mundo unido [...], depois que eu cheguei aqui [...], tá difícil de eu sair daqui [...] é como fosse família [...], aqui é só mais idoso [...]” (Dona Maria do Socorro, setembro, 2022).

Maria do Socorro realmente conversou pouco, ela explicou que não poderia contribuir com a pesquisa, por residir recente na vila, no entanto, contou que a vila tem uma moradora com mais de cem anos, porém estava adoentada, devido uma queda. Perguntei da possibilidade de falar com ela, dona Maria pediu licença e foi na casa de uma outra vizinha. Ainda que contribuísse pouco, uma fala de Dona Maria do Socorro não passou despercebida, quando citou ‘aqui é só mais idoso’, ela estava informando que a maioria dos moradores são idosos, o que me levou à reflexão, passando em *Memória e Sociedade* de Ecléa Bosi, a autora complementa o seu pensamento sobre as lembranças das pessoas idosas, com a citação de Halbwachs, que diz:

“Nas tribos primitivas os velhos são os guardiões das tradições não só porque eles as receberam mais cedo que outros mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo das conversações com outros velhos e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação em nossa sociedade também estimamos um velho porque tendo vivido muito tempo ele tem muita experiência está carregado das lembranças como então os homens idosos não se interessariam apaixonadamente por esse passado tesouro comum de que se constituíram depositários e não se esforçariam por preencher em plena consciência a função que eles confere o único prestígio que possam pretender tá aí em diante?”. (Halbwachs, *apud* Bosi 2004, p.63).

Após a fala da moradora, conectando Bosi e Halbwachs, sobre as lembranças das pessoas idosas, a autora narra que “elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade”, imaginei a mensuração de lembranças e memórias que os idosos detentores daquela lembrança guardavam em relação à vila, e ainda ao que os moradores chamaram de Família Baependina, para dar nome à família construída na vila com a convivência entre vizinhos. Lamentei não poder conversar com a moradora centenária. Porém, ao retornar, dona Maria do Socorro informou: Vou lhe levar na casa da vizinha, agradei e novamente me apresentei à mais uma moradora, da Vila Baipend.

O ex-secretário de cultura do Amazonas, na obra “história do Amazonas escreveu o seguinte texto no prefácio: "Manaus fervilha com a economia da borracha[...]. Os bondes circulavam entre os festejos da população. Bucólica, a cidade agasalhava famílias tradicionais, quase todas unidas entre si pelo compadrio [...]" (Braga, 1998, p.23) . É com este pensamento que Dona Maria José, de 74 anos, relata sobre a sua convivência na Vila Baepend, há mais de vinte anos, ela enfatiza que a relação que construiu na vila ao longo das duas décadas, “é como uma família, onde todos se ajudam e cuidam uns dos outros”.

A conversa com Dona Maria José, surtiu bastante assuntos, além de debates interessantes, como a origem da casa de vila. Por se chamar anteriormente vila Itália, poderia ser de origem italiana, mas a moradora foi enfática e disse, “eu já estive até com o secretário de cultura”. Maria José estava se referindo ao ex-secretário de cultura do estado, senhor Robério Braga. Dando sequência ao diálogo, questionei sobre a casa de vila vir a receber algum reconhecimento por parte do poder público, ela volta a citar o nome do ex - secretário de cultura, informando que ele esteve em sua casa. O motivo? Dona Maria José, trocou o piso de sua casa e as telhas que segundo ela eram os originais e substituiu por materiais de seu gosto, inclusive ela informa que doou as telhas que tinham na identificação: “*Portugal*”, para o IPHAN.

Dona Maria José contou que admirava o carnaval e o festival folclórico, que eram realizados no centro histórico, ela conta que participava do Folclore na Praça General Osório³⁵, e comenta que “as pessoas mais abastadas economicamente, iam fantasiadas, orgulhosas das coisas caras, como as predarias nas roupas”, pontua dona Maria José. A moradora também contou que chegou a passear de bonde, no centro e, sobre o antigo transporte, ela comenta em tom mais alto: “inclusive isso aqui é catalogado, para voltar os bondes, vai voltar”!

Apesar de ter ido residir na vila tempos depois, dona Maria José já participava das atividades culturais que aconteciam no Centro. Após conversar com as duas moradoras, dentro da vila ainda, percebi que a primeira casa, a qual eu havia agendado com o morador, continuava fechada. Naquele dia, saí da vila agradecida, por ser atendida por duas senhoras atenciosas, era vinte e dois de setembro, o dia do meu aniversário, inclusive, dona Maria José, a enfermeira, ao saber da data, me entregou um presente. Dona Maria José informou em alto e bom som, ‘óh quando precisar, pode voltar aqui”. Eu ainda iria ouvir as gravações e trabalhar os dados, e assim foi feito. No entanto, surgiu uma terceira oportunidade de estar na casa de vila, novamente. Ao participar de uma feira de livros, aqui em Manaus, uma fala me chamou a atenção, quando alguém perguntou: “tu ainda mora na vila”? Uma senhora prontamente lhe respondeu que sim e completou, “*eu gosto de morar em casa velha*”, e foi assim, que a moradora da vila Baipend, me despertou a atenção. Pedi para conversar com ela, e em menos de uma semana, retornei à “família Baipend”, parafraseando a fala de dona Maria do Socorro.

Retornando à vila Baipend, fui recebida pela professora de história, dona Leila, que atualmente está com sessenta anos de idade e já reside na vila há mais de 15 anos. Ela contou que anteriormente residia em um condomínio na zona oeste, da cidade de Manaus, porém suas atividades cotidianas, eram todas no bairro centro, como a escola da filha e seu trabalho de professora. Todavia, naquele lugar onde residia, “a vida começava de madrugada”, além das tormentas no trânsito, usando a palavra citada pela professora. A moradora explica que foi residir na vila, por ser no centro e próximo ao seu trabalho, e ainda pela questão de transporte.

Dentre tantos acontecimentos em sua vida pessoal, a professora contou um desses casos bem emblemáticos e marcantes, relacionado à uma casa de vila no CHM. Ela informa que ainda no mestrado, na Universidade Federal do Amazonas, seus amigos decidiram alugar um local para morar no centro, e almejavam que esse lugar ficasse “perto da praça, perto da cultura” (Leila, março de 2023). O lugar almejado, coincidentemente, foi então a primeira, da fileira de

³⁵ O Festival Folclórico do Amazonas, [...], nasceu no dia 21 de junho de 1957, no estádio General Osório aberto ao público no centro da cidade[...] onde havia até arquibancada de concreto. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias/historia-do-festival-parte-ii/>. Acesso em 01.10.2023

casas da vila Baipend, onde o grupo, realizava encontros e reuniões com a presença de amigos, no entanto sob os ‘ralhos’ das senhoras que já residiam na vila, à época; segundo a professora Leila, hoje moradora da vila, a casa dos amigos, “era um lugar de acolhimento” para muitos colegas, inclusive para ela.

Assim, a vila despertou o interesse da professora, atual moradora da casa (G), pois ficava “próximo de tudo”, como ela informou: “Aqui é tão perto do meu trabalho, perto da escola da minha filha*, perto do Teatro Amazonas, perto do Bar do Armando, perto do Caldeira”, a partir de então deu início à busca por uma casa na vila, ela consulta os seus amigos: “Será que não tem uma casa aqui para vender”? Os amigos se mobilizaram, perguntando aos vizinhos se existia alguma casa na vila, disponível para venda, e assim, iniciou a saga da professora Leila para residir próximo de tudo, o que realmente ela buscava, mas ainda assim, a moradora comentou, que anteriormente, o interesse mesmo era de residir no centro, ela conta:

“Eu queria morar perto do trabalho, a minha ideia não era nem morar em vila, a minha ideia não era nem a questão da segurança da vila, de comunidade, que a vila fornece esse tipo de vivência, inicialmente o meu objetivo era dar mais praticidade para o meu cotidiano, morar perto do meu trabalho e perto da escola da K³⁶*[...]” (Professora Leila, moradora da vila Baipend, março de 2023).

Com a fala da moradora, percebe-se que a sua busca era residir próximo ao trabalho e da escola da filha, logo, a intenção era residir no centro, onde ficavam todos os seus interesses naquele momento. A professora comentou sobre a compra da casa, e que na época, “a vila foi o que permitiu financeiramente”, ela conseguiu negociar com a antiga dona, pois a mesma estava com problemas de locomoção e precisava efetuar a venda com urgência. Em certa parte do diálogo, a professora Leila chegou a comentar sobre residir no centro, e os valores dos imóveis: “morar aqui no centro nessas casas históricas, bonitas [...], é inacessível para comprar, então o que se aproxima para mim e me dá praticidade é morar em vila”.

Quando perguntado a professora sobre a origem da vila, se havia um dono da vila, ela informou que não conhece ainda a história do lugar, porém, ela demonstra interesse em conhecer e cita:

“Eu tenho muita vontade de conversar com as senhoras daqui, para saber a história da vila, eu também tenho interesse em saber da história do lugar onde a gente vive a nossa esperança, os sofrimentos, as angústias, os nossos projetos, o cotidiano, que é a vila” (Professora Leila, moradora da vila Baipend, março de 2023).

³⁶ A professora citou o nome de sua filha, no entanto, optou-se por não divulgar o nome da, então criança (na época).

Na citação acima e ainda na realização do diálogo com a professora, é notório que a história do lugar desperta interesse nos moradores e ainda a relevância de permitir que os moradores se expressem livremente, contando suas histórias de vida, a relação com a vila e até mesmo com a vizinhança, com o entorno e ainda com o centro histórico. Isso foi primordial para a realização das conversas, o que de fato aconteceu, contudo, com os moradores de mais idade, poucos foram os jovens que se permitiram falar sobre as casas de vila.

Figura 05 - moradora da casa G - Vila Baipend



"A minha primeira experiência com a vila, foi de alegria" (Leila, moradora da Vila Baipend, março, 2023)

"Todo mundo sonha ter uma casa com jardim" (Leila, moradora da Vila Baipend, março, 2023).

Fonte: acervo da autora, março, 2023

A imagem acima, foi realizada no dia da visita à vila Baipend, e foi verbalmente autorizada pela professora Leila a ser inserida nesta dissertação. Entre a imagem, duas falas marcantes do diálogo com a professora, estão em destaque.

2.1.2 - Vila Baima

Há nove anos, ao chegar na pela primeira vez, na Vila Baima, em meados do ano de 2014³⁷, dois moradores falaram das suas impressões e história com a vila, foram dona Sebastiana e Seu Humberto, mãe e filho.

³⁷ A vila Baima foi visitada como objeto de estudo naquele ano, para compor monografia da autora.

Figura 06 –vista da vila Baima



Fonte: acervo da autora, maio, 2023

Devido à idade de dona Sebastiana, o diálogo com ela não foi prolongado, no entanto, seu filho, o mais novo, que nasceu e reside na vila, tomou a palavra., seu Humberto, também fez alusão aos tempos passados no entorno da Vila, comentando que antigamente, “[...] os igarapés eram praticamente rios não poluídos, onde tomávamos banho e pessoas pulavam da ponte [...]”. Provavelmente, o morador estava citando o igarapé que passa embaixo da Ponte Romana, na avenida Sete de Setembro, por ser mais próxima da vila Baima. Fazendo referência à paisagem (igarapé e ponte), citada por seu Humberto, Otoni mesquita comenta que:

“A ponte sobre o igarapé de Manaus, mantém um aspecto das antigas construções romanas [...], atualmente há mais lixo que água sob ela e às margens do igarapé, que outrora estavam arborizadas [...], tanto o igarapé de Manaus quanto o de Bittencourt foram parcialmente aterrados e drenados, passando a ampliar a área do complexo do Parque Jefferson Péres, que circunda toda a parte posterior do Centro Cultural Palácio Rio Negro” (Mesquita, 2019, p.314).

Diante da citação acima, que valida a fala do morador, quando se refere à poluição do igarapé. Sobre residir morador ainda comentou que já havia residido em outro lugar, porém, ele dizia naquele momento, que o que ele gostava mesmo, “era de morar no Centro”. Ao longo da conversa com seu Humberto, foi perguntado sobre a postura do poder público em relação à vila Baima, que está relacionada entre os dez imóveis especificados como vilas no decreto No 7176, já citado anteriormente. Seu Humberto na época, enfatizou que “embora residam em uma

área histórica, jamais foram procurados pelo poder público para algum contato referente à moradia, seu entorno, preservação ou qualquer atividade de ação ou de iniciativa à educação patrimonial”. Naquele momento, ele fez questão de enfatizar a questão da relação com os igarapés, mais precisamente com o Igarapé (da Sete) e sua relação afetiva com a vila e seu entorno. Humberto chegou a contar que já residiu em outro lugar, porém o que ele gostava mesmo era de morar na vila Baima, ele comentou ainda sobre o entorno daquela casa. Em tom de lamento e de forma crítica, o morador afirmou

“Antigamente não tinha asfalto, assalto, luminárias potentes e portão na entrada da vila[...], hoje existe tudo isso faltando mais reponsabilidade do nosso governo em termos de segurança e mais consciência da população sobre o meio ambiente [...] os igarapés [...], hoje é esse riacho poluído [...]” (Humberto, morador da vila Baima, 2014).

Para ilustrar o depoimento acima, recorreremos às leituras de Manuela Carneiro da Cunha (2007),) na obra cultura com aspas, referentes às várias interpretações da palavra cultura, ou seja, a cultura de residir na vila, tem uma representatividade para o morador, que não chega ao poder público da mesma maneira, é uma outra maneira de olhar. Ainda com base em Manuela Carneiro, (2007), destacamos, além do valor afetivo, sobre residir nas vilas, tem-se ainda, o fato de existir um interesse para além da preservação cultural daqueles lugares, vidas e costumes de todos que ali residem. Logo, subentende-se que fazem parte de um seguimento cultural que de alguma maneira, ainda não foi visto com representatividade pelo poder público, daí a importância do aceno aos gestores públicos, em olhar além do patrimônio edificado, para as casas de vilas do centro histórico.

Ainda em relação ao diálogo com o seu Humberto, em 2014, na oportuna visita à vila, e já ciente da existência do decreto acima citado, perguntei ao morador sobre a vila vir a ser patrimônio cultural, ele também continua no mesmo tom crítico, informando que, “não houve, desde o período que resido na vila, qualquer tipo de reunião dos moradores com algum órgão público para a conscientização sobre as residências estarem instaladas no centro histórico”. Seu Humberto coerentemente admite que é necessário a realização de um trabalho, a médio ou longo prazo, bem como a sensibilização quanto à importância do lugar como reconhecimento de que as casas de vila, contextualizam a memória de uma rua (Sete de Setembro), bem como, do centro histórico de Manaus. Portanto, adentramos também ao debate referente a necessidade de se preservar a memória de alguns lugares, com o discurso de regeneração urbana: “desse modo, a memória e preservação mesclam -se com a regeneração e valorização de áreas centrais” (Rubino, 2008, p.146).

Outro diálogo oportuno, no ano de 2014, também em relação à vila Baima, foi realizado com o casal de ex-moradores, ambos moravam boa parte da juventude no lugar, inclusive, a esposa residiu na casa de vila desde a adolescência, por volta dos anos 1950, porém, após o casamento, mudaram-se do lugar. O marido de dona Graça comenta que no entorno “*eram poucas casas, uma ponte e um largo igarapé*”. Referente às transformações no espaço urbano, comentadas pelo antigo morador, Agier (2011) enfatiza o assunto, porém por óticas diferentes, segundo ele, a transformação dos espaços urbanos em fronteiras identitárias, mesmo em sua forma mais completa, a do bairro étnico, é sempre fundada sob olhares cruzados que põem em jogo diferenças de gostos, de *estilos de vida* e de comportamentos [...]. assim, e ainda sobre as mudanças elencadas na fala do antigo morador, no ano de 2014, buscou-se Avelino, (2016, p.28) que explana sobre o espaço urbano de uma cidade, que além de sofrer alterações, apresenta-se contraditório, porém, segundo a autora, é em volta deste que o ser humano, “nasce, vive e morre”. A autora enfatiza que:

“O espaço urbano é cheio de paradoxos e contradições, e é a sua volta que o ser humano foi nascendo, vivendo e morrendo. A cidade contemporânea é uma invenção do homem, é como um espelho de puro cristal que consegue refletir as desigualdades sociais, as grandes injustiças que tecem o cenário da urbis: mazelas, exclusões, desigualdades sociais, contrastes, violências. As cidades apresentam-se como expressões da cultura em suas múltiplas facetas” (Avelino, 2016, p.28).

Fazendo alusão à tantas transformações no espaço urbano, influenciando o modo de viver dos moradores, no caso aqui abordado, dos moradores das casas de vila do centro histórico, buscou-se, sustentação de pensamento em Lefebvre, quando este chamou de revolução urbana, as mudanças no modo de vida das pessoas, provocados pela revolução industrial. Uma lógica capitalista de mercado, já que o setor imobiliário investe em terrenos e construções de condomínios, novas construções que alteram o espaço urbano, no centro histórico de Manaus.

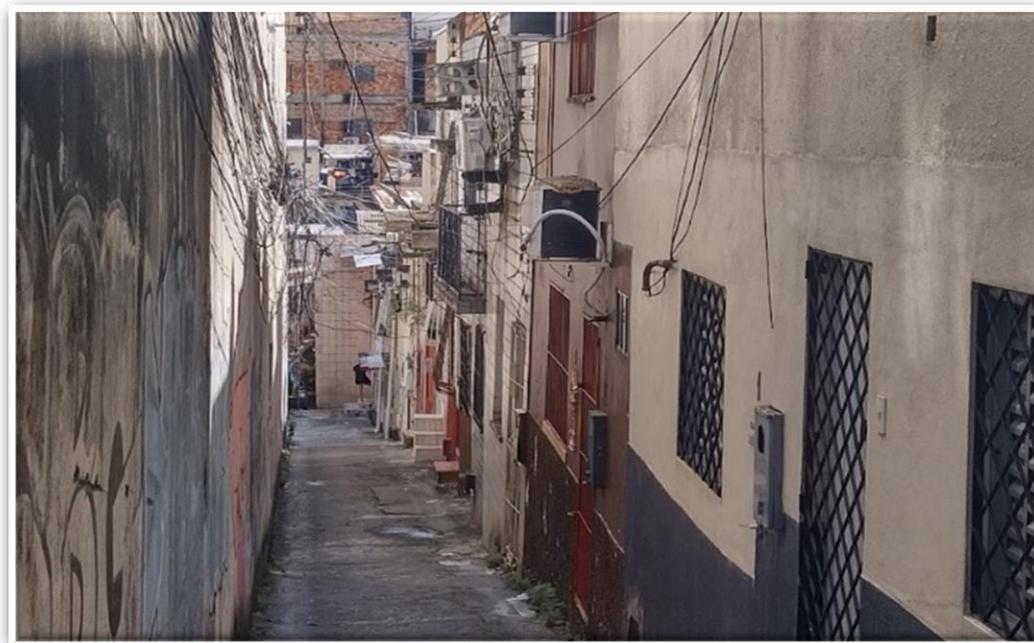
Na segunda quinzena de setembro, em mais uma tentativa de falar com os moradores, retornei à vila Baima, por várias vezes, tentando falar com algum morador, em outros momentos, porém já havia percebido o portão encostado, mas sempre havia o receio de adentrar o espaço das casas sem autorização de algum morador, ilustrando aqueles momentos com a fala de Ana guerreiro, que diz sobre algumas casas de vila que ela não pôde visitar e “[...] não puderam ter seus levantamentos métricos feitos como se pretendia [...], *pela simples impossibilidade de adentrar espaços privados*. No entanto, na tentativa mais recente, mês de setembro, isto foi possível com a ajuda de um morador que estava saindo, me apresentei e perguntei-lhe pelos moradores da última casa. Para minha surpresa veio uma das notícias mais

tristes, eu não poderia encontrar mais a matriarca e moradora da última casa. Entrei na vila Baima, me dirigi à casa oito, utilizei novamente o recurso das palmas e não foram poucas, seguida da expressão “oi de casa”, uma mulher veio na janela, cumprimentei-a e logo perguntei pelos moradores (Dona Sebastiana e seu Humberto). Sobre o morador, ela respondeu: “ele não mora mais na vila, só vem para o almoço, vem todos os dias”, e a informação que o morador me forneceu na entrada, viria mais forte: Dona Sebastiana, “ela faleceu tem uns cinco anos, quando eu vim trabalhar aqui, ela já não estava mais aqui, faleceu em 2018”. Contei a ela do trabalho que tinha realizado, do qual os dois tinham participado e além de me identificar, perguntei se ela podia falar um pouco sobre a vila. Ela achou melhor não, até por estar em horário de trabalho e não poderia deixar suas tarefas para falar comigo. Porém, as duas notícias, tornaram os diálogos, realizados em 2014, mais fortalecidos ainda, principalmente, se não houve alterações, nesses quase dez anos, na forma como o poder público lida com a presença das casas de vila do centro histórico, bem como na Vila Baima, classificada como imóvel de segundo grau de preservação.

2.1.3 Vila Barroso

A visita à casa de vila conhecida no entorno do lugar, como Vila Barroso (visão da entrada na próxima imagem), se deu devido às caminhadas realizadas pelo centro histórico. Entre as atividades de andar para identificar as casas e escrever a dissertação na biblioteca do Museu Amazônico, a vila foi avistada. A entrada da vila, não tem identificação, ao acessar a área interna da vila, havia apenas um trabalhador realizando serviços de construção civil, me apresentei e pedi para falar com algum morador, ele chamou a ‘vizinha’, comentei sobre a pesquisa que estava realizando, e questionei, se poderia conversar um pouco, todavia, a moradora informou estar ocupada; o não era recorrente, na maioria das vezes em que eu chegava sem ter marcado com algum morador. Na sequência, perguntei se poderia voltar em outro momento, a resposta continuou negativa, agradei, e saí da casa de vila. A próxima imagem, destaca a via privada que une as casas, da vila Barroso.

Figura 07 – via de acesso da vila Barroso



Fonte: acervo da autora, maio, 2023

Dentro da vila Barroso as conversas foram escassas, como já citado acima, porém, foi importante adentrar ao espaço da vila Barroso, pelo motivo de registro, escrito, mas também fotográfico, pois é uma fileira de casas bastante extensa, aparentemente quinze ou mais, no entanto, boa parte delas se encontravam fechadas quando visitei a vila, talvez por estar próximo do horário do almoço.

O nome da vila, foi informado pela moradora e pelo trabalhador, vila Barroso, confirmado também, por uma pessoa que estava entregando panfletos próximo à entrada. Além da breve conversa com o trabalhador e das poucas informações obtidas com a moradora, não foi possível a realização dos diálogos esperados para compor o trabalho. Todavia, oportunamente percebi que o trabalhador poderia passar algumas informações sobre a vila naquele momento. A sua fala teve relevância, ainda que apenas a título de informação, quando ele contou que iria alugar uma casa na vila Barroso, porém desistiu, por alguns motivos, dentre eles, a estrutura da vila. O trabalhador informou que “quando chove, alaga tudo” o outro motivo de sua desistência, embora já tenha citado anteriormente também, é o fato da postura de alguns moradores, pois o trabalhador desabafou que “lá tinha muita gente de nariz empinado”, ele continuou lamentando sobre esses ocorridos e lamentou como foi tratado dizendo que “a forma como olham pra gente é com desprezo”. Na sequência dessa conversa, eu perguntei a ele: Então por que você queria morar aqui? E ele prontamente afirma “porque é centro né? “É perto de

tudo”, ele volta a comentar do relacionamento com os moradores e diz: “deixei o carro estacionado por um minuto e já teve confusão, era só um tempinho”.

Refletindo do ponto de vista do desabafo do trabalhador, que vê a vila Barroso, no Centro como uma solução por ser ‘perto de tudo’, por exemplo e considerando ainda o desabafo pelo modo como disse que foi tratado, vem à tona a fala de um senhor entrevistado por Ecléa Bosi, ele comenta com bastante satisfação a história de sua vivência e cita que “nas ruas do centro as pessoas se cumprimentavam: ‘Bom dia! Boa tarde!’ (Bosi, 2004, p. 168). No entanto, a animosidade não excluiu a vontade do trabalhador de continuar trabalhando naquele lugar, e partindo do princípio que conviver no mesmo espaço pode gerar conflitos, o trabalhador e a moradora, pareceram seguir cada um seus afazeres; não foi possível perceber os conflitos existentes, quando estive, ainda que por pouco tempo, naquele lugar, no entanto, utilizando a expressão popular para ilustrar uma vizinhança que está sempre muito próxima e assim, permanece, se traduz no dito popular, ‘o que não tem remédio, remediado está’

2.1.4 Vila Dorinha

Na entrada da casa de vila, avista-se na fachada, um pequeno letreiro de tijolinhos com tonalidade avermelhada, onde está escrito o nome do lugar, vila Dorinha, a entrada graciosa, chama atenção de quem passa pela avenida Joaquim Nabuco, onde está localizada a vila, próximo ao hospital Samel. Sobre a localização da vila, na Joaquim Nabuco, Corrêa (1969) escreveu que “foi das ruas prediletas dos *nouveau riches* do início do século [...]”, referindo-se ao início do século XX, quando aquela via abrigou “[...] mais de meia dúzia de belos sobradões portugueses, alguns com azulejos de inspiração colonial ou já *art nouveau*” (Corrêa, 1969, p. 40).

Dorinha, que atualmente está com 85 anos de idade, é a proprietária da vila e foi bastante receptiva, quando a visitei pela primeira vez, no ano de 2014, principalmente ao saber da pesquisa que estava realizando sobre as vilas. Naquele momento ela contou que a vila Dorinha foi construída por seu pai, um português que veio para o Brasil por volta dos anos 1920, aos onze anos de idade e que o nome da vila é uma homenagem de seu pai, por ela ser a primeira filha. Ao se referir ao pai, que era construtor de obras, Dorinha contou que seu nome era Joaquim José Cunha e iniciou suas atividades laborais como pintor de parede, saindo do Rio de Janeiro para Manaus, onde se tornaria o idealizador de uma das casas de vila, da avenida Joaquim Nabuco, que pode ser vista na próxima imagem.

Figura 08 – Espaço das 13 casas na vila Dorinha



Fonte: acervo da autora, novembro, 2022

A filha mais velha de seu Joaquim, narrava calmamente e com voz emocionada, que a vila foi construída aos poucos, além da vila, o pai também montou uma empresa de construção, assim, além de residência da família, a vila se transformou em seu local de trabalho, era uma fábrica de marmorites, com peças todas importadas da Europa, segundo a filha. Na vila também funcionou uma fábrica de guaraná, chamada Luséia, instalada na atual casa doze (12), porém, segundo dona Dorinha, a casa era alugada.

Dorinha fez questão de destacar, outras participações de seu pai em grandes obras realizadas no bairro centro e na cidade de Manaus, segundo a filha, ele participou da construção de colégios, como o Dom Bosco, Nossa Senhora Auxiliadora e Preciosíssimo Sangue, além do edifício “Alfredo Cunha”, situado na Rua Saldanha Marinho. José Cunha, o primeiro proprietário da vila Dorinha, inclusive está em um registro fotográfico, de Moacir Andrade no livro: Manaus: ruas, fachadas e varandas (ver próxima fotografia).

Figura 09 - Cerimônia de casamento de Moacir Andrade



Fonte: Andrade, 1985, p243.

Dona Dorinha, começou a contar sua história de relação com a vila, como quem traça uma linha do tempo, enfatizou que quando chegaram ao lugar que hoje é a vila, ela estava com quatro anos de idade, era por volta dos anos 1940, e viu dois de seus quatro irmãos, nascerem e crescerem na vila e que o lugar, na época, era como um “beco, havia uma única casa e ainda avistava-se mato na Avenida Joaquim Nabuco”. As doze casas geminadas da vila são bastante coloridas, ela dizia que as pessoas pensam que vilas “são pequenas, com pouco espaço”, no entanto, afirma orgulhosa, que “as casas da vila Dorinha, a são todas muito bem divididas”, e estão agrupadas por andar, do lado direito de quem adentra a vila, são de dois pisos, as casas do lado esquerdo possuem apenas um andar, sem diminuir a beleza, o estilo romântico e aconchegante do lugar.

Naquele momento da primeira visita à vila Dorinha em 2014, o esposo da proprietária, participou brevemente dos nossos diálogos e fez uma observação sobre a vila, comentando que “em Manaus poucas vilas, em toda a cidade são assim tão compridas e tão abertas”. Segundo ele, as outras vilas em Manaus são estreitas, se referindo à via privada que dá acesso, as casas das vilas. ele completou sua fala dizendo: “pela antiguidade e pelas características da vila, essa vila merece ser tombada [...]. Essa vila tem uma vantagem, é grande e está no centro da cidade [...] está no centro histórico”, finalizou.

A casa de vila Dorinha, está localizada em uma das avenidas mais antigas do CHM, assim, a fala do esposo de dona Dorinha é bem recebida pela realização da pesquisa. No entanto,

coube à época explicar todo o processo que é transformar um bem em patrimônio, sendo a fala crítica do homem, compreendida principalmente pelo valor afetivo que o local representa para a família, e ainda pela possível garantia, de que com o tempo, aquelas moradias serão abraçadas pela preservação patrimonial.

Conversando sobre o entorno da vila, a proprietária também citou a mãe, que segundo ela, comentava sobre os grandes bailes na avenida Joaquim Nabuco, com o som que ressoava, vindo da residência onde atualmente está localizado o hospital da Samel. Tratava-se de fato da casa de villa Fany, já citada por Mário Ypiranga, Miranda Corrêa e ainda Moacir Andrade e também já citada aqui neste texto. Dorinha enunciou que sua mãe dizia, “naquele tempo, todas as famílias³⁸, cada membro da família, tinha sempre um filho que estudava piano, qualquer um aparelho musical, violino, sanfona, piano [...], aula de piano, aula de violão, todo sábado tinha baile”. Quanto a expressão “naquele tempo”, dita pela mãe de dona Dorinha, cabe destacar Ecléa Bosi, quando a referida autora comenta que alguns idosos, comentavam “no meu tempo”, outros “naquele tempo”, no entanto a autora sintetiza que “[...] um tempo que fosse abstrato e a-social, nunca poderia abarcar lembranças e não constituiria a natureza humana”, assim, dona Dorinha repassa a informação que ouviu de sua mãe, uma lembrança que não veio de seu tempo, porém ouviu da mãe e contou, continuamos ainda com Bosi que diz: “é esse tempo que ouvimos, tempo represado e cheio de conteúdo, que forma a substância da memória” (Bosi, 2004,p. 422). Memórias represadas por dona Dorinha, porém recontadas por ela, através da realização dos diálogos, que compoem esta dissertação.

Quando foi perguntado à dona Dorinha sobre as relações construídas na casa de vila ela afirmou, há quase dez anos, que “a vida social na vila é resumida a cada vizinho na sua casa”, porém em tempos de festas juninas, como arraial de São João e jogos da copa do mundo, os moradores comemoravam, sem deixar de comentar que ali não eram permitidos “[...] bacanaís, nem forró, carnaval não [...]”, dona Dorinha, se preocupava em manter sempre a ordem do lugar. Destacando ainda a imagem das 13 casas, (figura 08), feita em novembro de 2022, retrata uma das laterais com a fileira das casas geminadas, tendo pouco abaixo o solar, que foi a residência de seu Joaquim, segundo a filha, Dorinha.

Dona Dorinha e seu esposo, que também é de Portugal, já convivem juntos há mais de seis décadas, ela contou a história das treze (13) casas que compõem a vila, sendo as doze geminadas e o solar Maria da Cunha, que foi construído por Joaquim Cunha, em homenagem à esposa. Na época da primeira visita à vila, dona Dorinha afirmou que todas as casas foram

³⁸ Vale destacar que a referência da fala, onde Dorinha cita sua mãe, ela está se referindo à classes abastadas economicamente.

mantidas e preservadas, e segundo ela, havia pessoas que residiam na vila “há mais de quarenta anos”. A proprietária e moradora da vila, comentou que sempre acompanhou as mudanças no centro de Manaus, enfatizou que viu a cidade crescer, porém segundo ela, “a vida tranquila que leva na vila, foi a melhor escolha”.

A filha mais velha de seu Joaquim destacou as suas impressões sobre residir na vila, na avenida Joaquim Nabuco, no centro histórico de Manaus e ainda reafirmou que morar naquele lugar era sinônimo de tranquilidade, assim ela comentou, quase dez anos atrás: “Daqui para o centro você vai a pé tranquilo, tem padaria aqui, tem hospital, tem supermercado [...]. É muito central [...]”, ela enfatizou diversas vezes a tranquilidade e ainda brincou, “aqui você ouve até o tic-tac do relógio”. Dorinha também voltou suas memórias ao período que os bondes passavam pela Joaquim Nabuco, como já foi citado no início deste capítulo, no entanto as lembranças de Dorinha, chamam atenção, pois para ela, era um evento, “ver os bondes passarem”, como disse uma das senhoras no livro de Ecléa Bosi (2004, p.321) “*é bom a gente lembrar*”, ou seja, lembrar também faz bem, principalmente aos moradores mais antigos, das casas de Vila.

Refletindo ainda sobre o ‘*tic tac*’ do relógio, citado por Dorinha, fazendo uma ponte com Bosi (2004), quando a autora pontua que “há casas em cidades tranquilas em que o tempo parou; o relógio da sala é o mesmo que pulsava antigamente e as pessoas que pisam as tábuas largas do assoalho conservam um forte estilo de vida que nos surpreende pela continuidade” (Bosi, 2004, p.75), assim, e com base no pensamento de Ecléa Bosi, podemos justificar os argumentos dos moradores que citam em suas falas, dentre as vantagens de residir nas casas de vilas, a tranquilidade, o modo de vida e ainda, ‘barulhinho’ do relógio, que citou Dona Dorinha.

Ao retornar à vila Dorinha, na intenção de realizar novos diálogos e atualizar ainda as conversas com Dona Dorinha, para compor o texto desta dissertação, e isso se deu em novembro de 2022. Entrei na vila, bati palmas e uma pessoa atendeu, avisando que a dona da casa estava deitada a descansar. Permaneci no lugar aguardando para falar com a dona Dorinha, ou mesmo com outros moradores, no entanto, naquele dia, a porta dela continuou fechada e não consegui falar com ela. Com outros dois moradores com quem tentei conversar, também ‘estavam ocupados’. Sai apenas com anotações e observações sobre o lugar e também da estrutura da vila; uma das percepções, foi a identificação de uma placa de empresa instalada em uma das primeiras casas, e uma grande movimentação de automóveis entrando e saindo da vila. Num segundo momento, não consegui comunicação prolongada com nenhum morador, alguns entravam apressados. Entretanto, o portão da vila, que se mantém aberto durante o dia, possibilita a entrada, assim, estive na casa de vila outras vezes. No entanto, não consegui

conversar com alguém, destaquei então nas anotações, que aquele retorno estava sendo apenas observacional. Certa vez, bati na porta de dona Dorinha, sem sucesso, sentei na calçada da vila observando as casas, percebi uma reforma em uma das casas com um portão diferenciado das demais, estava acontecendo uma alteração na estrutura de uma das casas da vila.

Foi apenas no mês de setembro de 2023, que eu consegui saber alguma notícia da filha mais velha de seu Joaquim Cunha. Estava ‘caminhando’ pela Joaquim Nabuco, era quase hora do almoço, mas entrei e bati as palmas, uma moça veio atender, perguntei por dona Dorinha e ela rapidamente perguntou também quem eu era, me apresentei, falei da pesquisa anterior (do ano de 2014 e do meu trabalho atual), então ela se apresentou como a “pessoa que trabalha na casa”. E informou que Dona Dorinha teve um problema de saúde, foi internada e precisou passar por uma cirurgia. Informei então que voltaria dentro de uma semana, porém, este texto precisava ser fechado, ficando em aberto o próximo retorno à casa de vila para conversar mais uma vez, com dona Dorinha.

2.1.5 Vila Elvira

Localizada na rua Ramos Ferreira, a vila Elvira, é um pouco diferente das demais, segundo uma das moradoras, dona Socorro Dantas, “antigamente as casas eram todas iguais”.

Dona Socorro Dantas, que reside em uma das casas da vila Elvira, contou que a vila foi de uma família portuguesa, e em voz num tom mais alto, dona Socorro comentou: “a dona Elvira habitou nesta casa por muitos anos, depois ela se retirou, foi para outro local e deixou parentes aqui, filhos, netos, e seguiram a mesma linhagem dela”. A moradora informou que atualmente, a maior parte da família deles mora em Portugal. Em outro momento, Socorro informou também, que antigamente, a vila também pertenceu a uma outra família, os Carreira, uma família, que segundo ela:

“teve nome e tradição, trabalharam com várias coisas aqui, trabalhavam com confecção de picolés, outros alimentos, então esse pedaço aqui da vila Elvira, pertencia todo à eles, foi por muitas e muitas datas, depois eles foram passando, passaram para moradia da família e aluguel. Hoje eles moram em Porto, Portugal, lá que é o habitat deles hoje, tem pouquíssimas pessoas dessa família aqui em Manaus”.
(Socorro Dantas, moradora da vila Elvira, março de 2023)

Quando perguntado à dona Socorro, se a casa tem algum reconhecimento por parte do poder público, por estar localizada em área histórica, e também se ela sabia informar a data de fundação da vila, dona Socorro responde que ‘a casa tem mais de cem anos’, e esclarece que “ela não é tombada pelo projeto da prefeitura, já foi procurado na prefeitura de Manaus e não

há tombamento no patrimônio histórico”; demonstrando ciência da situação daquele lugar, a moradora destaca a importância histórica da casa de vila e cita: “se eles quisessem fazer, seria um patrimônio, porque ela é antiga”. A moradora completa ainda e repete que a vila “é uma casa centenária, tem nome, tem histórias”. abaixo pode-se visualizar a fachada da casa de vila.

Figura 10 – fachada da vila Elvira



Fonte: acervo da autora, março, 2023

Socorro Dantas destaca que a questão da espiritualidade foi um fator a mais, para ela residir na casa de vila, dona Socorro, como é conhecida, é mãe de santo, trabalha com a umbanda e mantém a sua seara na casa de vila, onde reside há mais de 18 anos, é na vila que são realizadas as festas dos santos, e do terreiro, além das ações realizadas pela casa, como a distribuição de feijoadas no dia 13 de maio, além das festividades religiosas do dia de São Jorge e ainda a festa de Cosme e Damião, no dia 27 de setembro. Em relato forte, dona Socorro destacou que a casa de vila Elvira, lhe trouxe além de conforto, paz e calma, e conta que sente como se residisse naquele lugar desde criança. Ela continua comentando e cita: “Eu entrei nessa casa como se eu tivesse morado desde criança, e o espírito da dona me ajudou muito [...], ela dizia pra mim que ela já me esperava aqui, para eu cuidar da casa como ela cuidava”, dona Socorro segue contando e comenta que as caridades que ela realiza na vila, a ‘dona da casa’, também fazia, “ela era católica, ela distribuía sopa para as pessoas, era católica e generosa”.

Sobre a sua chegada na casa de vila, Socorro informou que a casa estava bastante suja, e contou que quando chegou, alguns objetos lembravam Portugal, como uma pia (cuba), que ficava na sala de visita e o lavabo que também tinha alguns azulejos, no entanto, foram

colocadas outras cerâmicas sob eles. Ela comenta que a maioria das pessoas que visita a casa, sente tranquilidade, então ela enfatiza dizendo: “essa casa é meu sonho [...], eu posso estar onde estiver, mas quando eu chego aqui, eu encontro a paz”. Assim como dona Socorro, outras moradoras disseram sentir-se em paz, em seus lugares de moradia, nas casas de vilas.

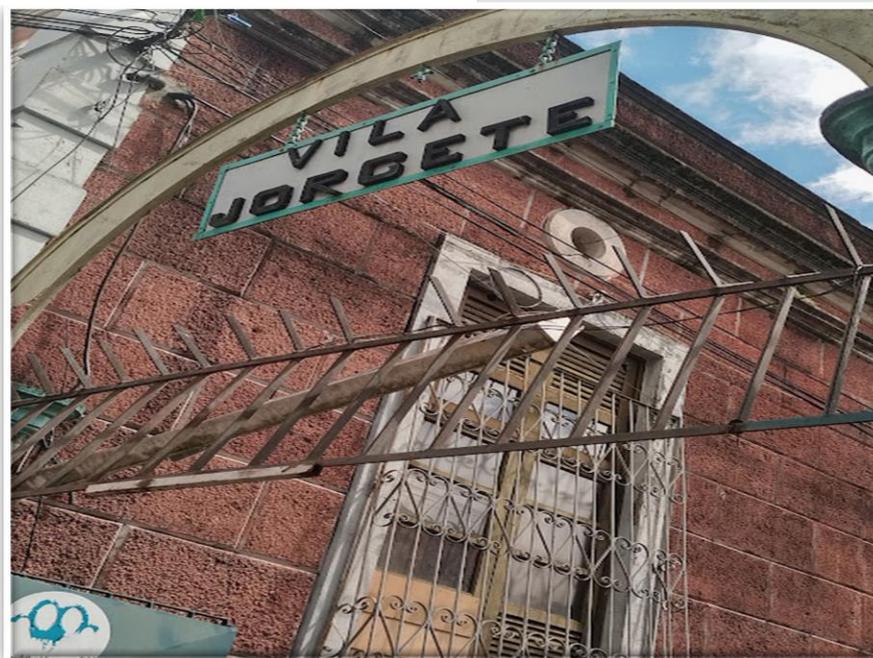
Uma informação interessante repassada pela moradora foi que naquele lugar, também já funcionou uma fábrica de picolé, o que se torna um elemento para realizar buscas e pesquisas sobre a história mais ampla da casa de vila Elvira; Dona Socorro disse que já tentou comprar a casa onde reside, pois é alugada, porém ainda não foi possível, ela informa também, que alguns lugares da casa que fez alterações, como uma cuba, ela guardou, caso seja necessário, para mostrar a algum órgão público e/ou para alguma outra situação. Por fim, a casa de vila Elvira, tem a frente das casas voltadas para a rua Ramos Ferreira, ao todo, são quatro casas, com as fachadas parecidas, conforme pode ser verificado na iconografia da pesquisa, no final deste trabalho

2.1.6 Vila Jorgete

Em meios às leituras referentes ao crescimento urbano e as casas de vila, uma chamou atenção por destacar a temporalidade de permanência dessas casas no centro histórico de Manaus, trata-se de uma reportagem publicada pelo Jornal Acrítica, em fevereiro de 2013, enfatizando a resistência das vilas no centro e destacando a casa de vila Jorgete, localizada na rua Lauro Cavalcante, um casarão centenário, que carece de reparos, de toda ordem, já no início da entrada, a estrutura denuncia esse clamor, da vila Jorgete.

Algumas Informações muito interessantes sobre essa casa de vila foram escritas há dez anos, na reportagem citada acima. O título da mesma, apontou de antemão, dois fatores: a expansão da malha urbana na cidade e o pacato estilo de vida de quem morava ou mora nessas vilas, assim, ao chegar em frente ao casarão da vila Jorgete, já percebe que o movimento dentro e fora da vila é intenso, no entanto, ao visitar a casa de vila, poucos foram os moradores da vila que quiseram e/ou puderam parar para conversar comigo. Apenas um senhor e sua neta, participaram da conversa. A moça atendeu a pesquisa com uma bebê de colo, falou com a grade de sua porta de entrada fechada, mas inicialmente deixou claro, que seu avô poderia contribuir muito mais com a pesquisa.

Figura 11- fachada da vila Jorgete



Fonte: acervo da autora, maio, 2023

Considerando essa intensa movimentação, destaco que foram poucos os moradores que quiseram e/ou puderam parar para conversar, das diversas vezes que estive no local. Dentre idas e vindas até a vila, apenas um senhor e sua neta, participaram da conversa. A moça me atendeu com uma bebê, no colo, e com a grade de sua porta de entrada fechada, mas inicialmente deixou claro, que seu avô poderia contribuir muito mais com a pesquisa.

No decorrer do texto da mesma reportagem, foram destacados também as características das casas de vila, bem como o modo de vida, ressaltados com a seguinte descrição: “com dezenas de casas, coladas umas nas outras, os moradores das vilas que resistem ao tempo e ao assédio do mercado imobiliário citam a segurança para as crianças e a proximidade os vizinhos”. A fala é citada pelos moradores, como vantagens de residir na vila. Há uma década, os moradores que falaram para o jornal, citaram a questão da segurança das crianças, bem como as relações construídas com a vizinhança, o que demonstra o quanto ainda é fortalecido, o ‘viver nas casas de vila’. Também é importante salientar que para o jornal, os moradores entrevistados manifestaram os seus interesses em residir no lugar, um deles falou: “não tenho problema de ônibus, vou a pé para o trabalho, os meninos podem brincar à vontade, enfim parece vida de antigamente”, referindo-se também ao modo de vida do lugar. Outro morador, afirmou:

“além da gente conversar com todo mundo, a criançada pode brincar à vontade. A gente fica despreocupado, principalmente porque sabe que aqui as crianças não

correm risco de acidente de trânsito. Que bom se essa tranquilidade fosse em toda a cidade, como era antigamente” (Morador da vila Jorgete, citado por Brilhante, 2013).

Tais lembranças, e ainda a memória, suas falas e vivências, norteiam as histórias de quem reside nas casas de vila, sobre esses elementos, Zanirato (2009), explica que:

“os elementos culturais são conformados pelas manifestações materiais e imateriais criadas pelos sujeitos que nos precederam. Neles se incluem objetos e estruturas dotados de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais. Conservá-lo é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de seu valor arquitetônico e histórico, mas dos valores culturais, simbólicos, de sua representatividade técnica e social” (Zanirato, 2009, p.137).

Diante do exposto, e ainda utilizando os dados da reportagem, salienta-se a fala de um especialista, que deu depoimento sobre o crescimento urbano acelerado, citando o caso da vila Jorgete. Segundo ele:

“[...] a cidade tem crescido de forma muito acelerada. Muitas áreas rapidamente são ocupadas por prédios novos. No centro de Manaus, a história muda de figura porque o saudosismo ajuda os donos dos imóveis mais antigos a resistirem, mas não será por muito tempo. Seria interessante se houvesse o incentivo do Governo do Estado para essas Vilas que estão em situação precária, para que elas possam voltar a ter aquela vida pacata de antigamente, a exemplo do que fizeram no Pelourinho, em Salvador, recuperando as casas antigas[...]” (Carlos Araújo, citado por Brilhante, 2013).

O especialista citou ainda, que existem meios de incentivar a manutenção das casas de vilas e ainda de protegê-las do mercado imobiliário, citando o exemplo da cidade de Salvador. Ele enfatiza que “Tem formas de incentivar os donos das vilas, como isenção de IPTU ou financiamentos, por exemplo. Eles vão poder reformar as casas, escapam da especulação imobiliária e incentivam as famílias a permanecerem nas vilas [...]” (Carlos Araújo, citado por Brilhante, 2013). A fala do especialista, destaca um exemplo a ser estudado, como política pública para a cidade de Manaus.

Referente a realização da visita à casa de vila Jorgete, os dois moradores que contribuíram com a pesquisa para esta dissertação (avô e neta), falaram em meses diferentes, as conversas com ambos foram realizadas entre maio e junho de 2023 pois, no momento da conversa com a Sabrina, o avô dela estava dormindo. Eles residem na vila há 14 anos (completos, segundo afirma o avô, no dia 15 de junho), porém seu José já residia no centro, há bastante tempo, na rua Major Gabriel.

Seu José, tem 68 anos, é natural de Lábrea e chegou em Manaus no final dos anos sessenta do século XX. Ele informou que foram morar na vila, alugado, contando orgulhoso

que a família é grande, são doze pessoas, no total. Seu José afirma que gosta de morar na vila e ainda completa que “não troca a vida na vila, por nada”, ele diz que acha a vila movimentada, e conta que quando chegou por lá, ela “já era assim como é hoje, movimentada”. Quando perguntado ao seu José, se ele mudaria para outro local, ele é enfático e diz: “de preferência não” e solta: “a minha preferência é morar aqui por mais uns cinquenta anos”. Segundo o morador, a vila Jorgete pertencia a um senhor chamado Isaias, que ele também informa tratar-se de um português, no entanto ele não sabe informar muita coisa sobre a vila, como a data de fundação, e cita que uma pessoa da casa da frente, conhece melhor a história.

Das memórias difíceis do cotidiano na vila Jorgete, seu José cita os casos de incêndios que ocorreram na vila, ele disse que presenciou o segundo, no ano de 2012. O morador fala com veemência sobre a relevância cultural da vila Jorgete, informando que “a vila já é tombada, é patrimônio”. Consciente de que reside numa casa protegida por decreto, ele ainda informa que o teto da casa onde reside é “original” e afirma “quando chegamos aqui, já era tombado” (José, Junho de 2023).

Em alguns momentos, o áudio da conversa com seu José, apresentou falhas, ficando inaudível, porém na conversa, uma situação chamou atenção, quando se trata de festas e comemorações, o morador contou que na vila, “basicamente não tem festa, quando alguém realiza uma comemoração, é individual”, então ele comenta, “ninguém chama, é tudo individual”, ou seja, as festividades na vila, com base na fala do morador, não são coletivas. Anteriormente, Sabrina que é neta de seu José, também colaborou com sua fala em relação à casa de vila, ela contou que os moradores da vila, são em boa parte, antigos na vila e informa, ‘todo mundo aqui se conhece’ e comentou que quando chegaram na vila, não tinha quase nada, ela se refere às instalações de infraestrutura, como lâmpadas, que segundo ela informa “era tudo largado, e agora está bem melhor”. A moradora continua comentando sobre a questão das relações de vizinhança que se construíram ao longo do tempo, as amizades que fez na vila, quando chegou, no entanto, ela disse que “agora tá todo mundo crescido, cada um com sua vida”. Da mesma forma, Sabrina conta que sobre os cuidados e despesas com as casas, “cada um cuida do lugar onde reside”, no entanto, quando se trata dos cuidados com a vila, ela comentou que os moradores se reúnem para realizar as atividades, além de contribuir financeiramente, cada um de acordo com as condições financeiras, citando o exemplo da pintura da fachada, ela comentou: “Quando precisa de alguma mudança na vila, tipo pintar a parede de fora, aí um vizinho fala, olha vamos se reunir, vamos pintar, aí cada um dá uma quantia e a gente pinta”, a moradora continua informando sobre o que fazem quando precisa substituir algo na estrutura da vila, e dá o exemplo do dia que “quebrou o cadeado, ele comprou, todo mundo

se reuniu e pagou”, se referindo a um vizinho que comprou o cadeado e rateou a despesa, com os moradores.

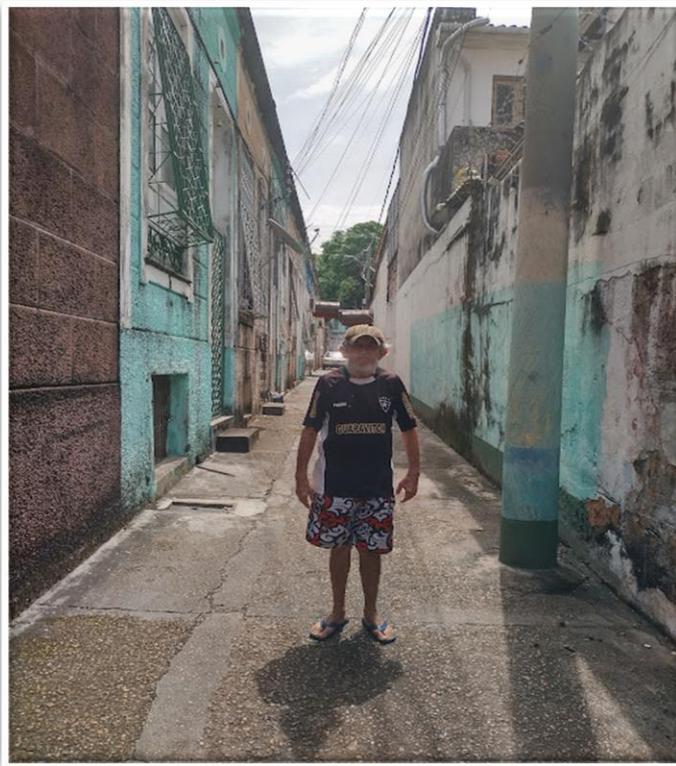
Seu José e Sabrina narram os tipos de relações na vila usando elementos distintos, festas versus trabalhos, porém demonstraram que quando as atividades na vila, são relacionadas à trabalho, eles se unem e realizam as tarefas necessárias; diferentemente das comemorações festivas que são individuais, a realização dos trabalhos na vila, é coletiva. Assim, chamou atenção, o fato de as relações entre os moradores serem fortalecidas, quando se trata de realizar as atividades de pintura, pequenos reparos, dentre outros, relacionados à casa de vila Jorgete, uma vez que, sobre as estruturas das casas, os reparos nas mesmas, segundo o seu José, são da responsabilidade de cada morador.

Quanto à questão da segurança na vila, a moradora Sabrina informou, que quando chegaram na vila, ‘não existia insegurança’ e, segundo ela, “o tempo todo o portão ficava aberto, hoje não, hoje, existe um cadeado lá na frente, a gente fecha as onze horas, meia noite, que é quando todo mundo entra”.

Após a realização dos diálogos, foi percebido que os as falas da neta e do seu avô, se complementaram, quando um deu ênfase nas realizações individuais de festas, a neta abordou as atividades laborais de modo coletivo, referentes aos cuidados com a vila Jorgete e ainda a questão das colaborações financeiras para pequenos reparos, que divididos entre os moradores.

Quando estava finalizando as conversas na vila, seu José comentou a realização de um trabalho sobre vilas, ele estava se referindo à dissertação já citada aqui, da arquiteta Ana Guerreiro. Ele cita ainda que está aguardando a visita de um órgão público para tratar de uma reforma na vila Jorgete, e acrescenta que ouviu falar que existe recurso para isso. Expliquei ao morador que o foco desta pesquisa que estava realizando também pretendia chegar aos órgãos públicos, visando maior reconhecimento das casas, mas que principalmente, seja além do patrimônio edificado, considerando a relação dos moradores com as vilas, assim, seu José (próxima imagem), compreendeu a importância da realização da pesquisa.

Figura 12- Seu José, 68 anos, morador da vila Jorgete



“Tenho 14 anos de vila e não quero trocar por nada” (Seu José, 68 anos, morador da vila Jorgete, junho, 2023)

Fonte: acervo da autora, junho de 2023

2.1.7 - Vila do Mário

A Primeira moradia visitada para a realização da pesquisa atual, foi a casa de Vila 1037, popularmente conhecida como Vila do Mário. A vila foi construída entre os anos cinquenta e sessenta do século XX, e até os dias atuais, mantém as casas construídas em madeira, pelo português Albino de Oliveira. Atualmente residem na parte que fica atrás da vila, os filhos do idealizador do lugar, que segundo eles contaram, o pai faleceu em 1989, em Manaus, na Beneficente Portuguesa. Localizada na rua Luiz Antony, a casa de vila encontra-se no entorno do centro histórico, fator considerado relevante na realização da pesquisa, uma vez que as legislações que vigoram na área tombada, também se estendem ao seu entorno. O acesso à vila e ainda o acesso aos filhos do seu Albino, foi indicação de amigos que frequentam o lugar, e também foram primordiais para a realização dos diálogos com os mesmos.

Figura 13 - Vila do Mário



Foto: acervo pessoal da autora, julho, 2022

A visita à casa de vila foi realizada no segundo semestre de 2022, mais precisamente no mês de julho. No local, foi possível conversar com os filhos do seu Albino de Oliveira. Ambos residem na área da vila, atualmente, as casas geminadas são alugadas para outros moradores, no entanto os diálogos foram realizados com os dois irmãos, porém a filha do antigo dono e fundador da vila, pediu que sua fala não fosse gravada, a solicitação foi atendida.

No dia da visita, seu Mário, filho do português, (que veio para Manaus, na busca de melhorias de vida, segundo sua filha), ainda estava conversando sobre a dor do luto de uma pessoa de sua família, que faleceu em decorrência da Covid-19. Apesar de seu pesar, seu Mário como é conhecido na área, me atendeu e conversou sobre a vila e suas lembranças na casa de vila, envolvendo ainda o entorno daquele lugar. A vila é composta por seis casas de madeira, segundo o morador, a cor em verde e amarelo, é uma homenagem que seu pai, português fez ao Brasil, ele narra que na vila já houve reformas, mas eles tentam manter a estrutura da vila, e cita que “na época, era mais fácil construir de madeira”.

Seu Mário, comenta que uma das vantagens de residir na vila, além do sossego, da ventilação e da tranquilidade, principalmente por não ter barulho de automóvel, é o fato da vila

estar localizada “distante da rua e não tem poeira”. Em tom de comemoração, ele disse: “eu já moro aqui tem 64 anos” e continua narrando sua trajetória no lugar: “a casinha era nesse terreno, de madeira, bem velhinha, antes da vila existir, eu já morava aqui. Ou seja, seu Mário viu a vila nascer, cresceu na vila e ainda hoje reside por lá, numa casa que fica pela parte de trás, dando acesso à uma área que dá acesso a um igarapé, segundo os moradores do entorno, é o igarapé da Castelhana.

Na conversa, quando o assunto foi sobre patrimônio, seu Mário disse que desconhece alguma vila que seja reconhecida como patrimônio, em Manaus, porém cita que por ele, “a vila vai continuar sempre assim, do jeito que é: com estrutura em madeira, telhas de barro e alta”, no entanto faz um alerta, e ao mesmo tempo reflete, ao dizer, que “o progresso vai chegando e as coisas vão modificando, nós não temos escolha, praticamente” ele então, tece críticas aos órgãos que cuidam do patrimônio aqui na cidade, afirmando que “o pior de tudo é quando você tomba aquele patrimônio e deixa ele virar ruínas”, e continua “como tem aqui perto, em uma praça dois patrimônios abandonados, sem utilidade, tem que haver um meio de ser preservado e ocupado”, seu Mário finaliza afirmando, que nunca foi procurado pelo poder público, apesar de receber bastante visitas para apreciação da vila, por parte da comunidade, inclusive de pessoas de fora de Manaus. Seu Mário ainda comenta que não tem problemas com questão de segurança, na casa de vila.

Também moradora no terreno da Vila 1037, dona Rosalina, filha do português idealizador da casa de vila, recorda que ainda criança, já residia no lugar com a família e cita que, de suas lembranças, a mais marcante, é o transporte sobre trilhos, a moradora estava se referindo aos bondes, período em que a cidade de Manaus dispunha do transporte, quando a economia era baseada na exploração da borracha. O serviço dos bondes, todavia, perdurou servindo aos usuários do transporte, até meados dos anos 1950, época do primeiro governo de Plínio Ramos Coelho. (Braga, 2020, p.308), coincidindo também com o período inicial de construção da vila 1037.

2.1.8 Villa Ninita

A Villa Ninita está relacionada como uma edificação de primeiro grau de preservação, no decreto N° 7176/2004. A villa compõe o complexo do centro cultural palácio Rio Negro, e ambos os prédios são usados pela Secretaria de estado da cultura e economia criativa (SEC), a villa atualmente está sendo usada para fins estritamente institucional.

Figura 14 - Vista aérea do Palácio Rio Negro e villa Ninita



Foto: Michael Dantas/SEC³⁹ - reprodução internet

De acordo com a arquiteta Ana Guerreiro, “sua obra concluída em 1915 para fins rentistas, como se verificou em um dos vários anúncios publicados à época” (Guerreiro, 2019, P. 83). Naquele período a atual avenida Sete de Setembro chamava-se rua Municipal. Ana cita uma passagem de um jornal que à época da construção da villa Ninita, assim anunciava:

“Villa Ninita - Rua municipal, no. 154 (junto ao palacete Scholtz): Acham-se concluídas as 10 magnificas casas de que se compõe esta Villa. As casas que são de sobrado e completamente independente umas das outras, tem os seguintes cômodos: 2 salas no res do chão, banheiro, sentina, cozinha e área: no andar superior, 2 outras salas grandes e arejadas. A tratar com H. Perdigão e Ca”. (Jornal do Commercio, 29/12/1915) citado por (Guerreiro, 2019, p. 83).

Os admiradores e estudiosos da história e patrimônios culturais da cidade de Manaus, podem admirar ainda hoje, um dos prédios mais bonitos da avenida Sete de Setembro (foto acima). Sem deixar de se admirar também da quantidade de janelões existentes no prédio, da villa Ninita. São poucas e raras as referências sobre a casa de vila Ninita, embora não seja atualmente moradia, e sim de uso institucional, um blog local, que faz algumas publicações sobre a história de acontecimentos em Manaus, prédios, casarios, dentre outros, expôs algumas informações, conforme citação abaixo:

“A Villa Ninita é um dos poucos prédios remanescentes de meados da década de 1910 [...], completou, em 2022, cento e sete anos de sua inauguração, guardando muitas

³⁹ Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/publico-tera-mais-tempo-para-visitacao-em-espacos-culturais-de-manaua/>. Acesso em 22 de julho de 2023.

histórias. Ao seu lado existiam outros prédios, presume-se que eram da mesma data, no entanto, foram demolidos [...]” (Rocha, junho, 2023).

As datas citadas sobre a fundação da villa, são próximas. Ana Guerreiro, cita o jornal do comércio, que informa o ano de 1915, enquanto o bloguista, informa que a villa Ninita, é remanescente da primeira década do século XX. Ainda que as informações não sejam tão exatas, a villa recebeu ilustres famílias, uma destas são os ‘Falconi’, citados pelo professor Otoni Mesquita, em abril de 2023, o que me levou a pesquisar pelo nome da família, lamentavelmente sem sucesso. O bloguista em sua página virtual, elenca também alguns moradores que residiram na villa Ninita, como o casal que residia na casa de número 02 um jogador de futebol, famoso e sua esposa, uma professora, chamada, Maria Iris, que segundo ele, ministrava aula no colégio Barão do Rio Branco.

Reforçando à relevância da vila Ninita, principalmente para ilustrar esta dissertação, cabe destacar aqui a ausência de retorno da solicitação enviada no final do mês de Janeiro de 2023 à Secretaria de estado da cultura e economia criativa do Amazonas - (SEC), referente ao contexto histórico da villa Ninita, para compor este texto, fator que acentua e reforça mais ainda, uma lacuna nas referências às casas de vilas, por parte dos órgãos públicos. Ainda assim, os moradores das vilas, sempre conhecem outras pessoas que moram em vilas, porém no caso da Ninita, que atualmente não abriga mais moradores, é diferente o processo.

Foi assim, que a professora Leila, moradora da vila Baipend, indicou dona Zuleide, antiga moradora da villa Ninita, no entanto, ao fazer contato para falar com a ex-moradora da villa, a neta dela atendeu a ligação, ouviu sobre a realização do trabalho, mas informou que ela se encontrava em fase de recuperação de um acidente vascular cerebral, e que sua vó “não poderia ajudar muito”, todavia, gentilmente se ofereceu para falar sobre suas impressões de como foi residir na vila Ninita, a sugestão foi aceita, no entanto não foi possível encontrar a ex moradora, por desencontros de horário, início, iria encontrá-la no bairro Tarumã, no entanto, não foi possível conseguir horários compatíveis. Desta forma, Yonara decidiu escrever, ela se propôs escrever suas impressões e história de relação de sua infância com a villa Ninita, e enviou por meio de aplicativo de mensagens, um fato isolado, que tomei a Liberdade aqui de chamar de “campo diferente”. Assim, ela contou sua relação com a avó, com a casa de vila. Foi um diálogo virtual com a então pequena moradora nos anos setenta do século XX, um período de sua infância. Zuleide e Yonara são avó e neta, e parentes da professora Leila, moradora da Baipend, razão suficiente para agradecer mais ainda, à professora Leila.

Yonara informou que residiu na villa Ninita com a avó, a moradora contou que a villa lhe proporcionou “boas lembranças de infância”, e disse que “naquele tempo, passava mais tempo sua avó Zuleide e suas tias”, período que segundo ela, “foi mais ou menos de 1975 à 1980”. Ela escreveu que quando residia na villa Ninita:

“Amava chegar naquele casarão de portas e janelas grandiosas que pareciam ganhar o céu. No percurso da casa de meus pais que também era no centro da cidade de Manaus, passávamos por bares, lanchonetes, galerias, mercados e o Palácio, onde eu imaginava que era um castelo, onde existiam príncipes e princesas vestidos a caráter (risos). Na verdade, eu amava tudo ali, menos a escola que estudei na também sete de setembro "Colégio Santa Terezinha". O colégio era muito grande, com paredes cinzas, apenas de uma cor e não haviam móveis, só haviam freiras com cara de mau que pareciam bruxas, então, eu pensava "Serei uma freira, mas não assim" (Yonara, 50 anos, residiu na villa Ninita, quando criança).

A moradora contou suas lembranças com bastante imaginações, porém, pelo fato estar fazendo referências à infância, pôde entender as impressões que as grandes casas, podem causar nas crianças, também, por força do imaginário aguçado. Yonara escreveu ainda, se referindo ao CHM: “o tempo passou e o centro da cidade foi ganhando mais formas, comércios”, narrando também sobre as atividades de trabalho da família, na época: “Minha avó [...] conseguiu um box no mercado do Centro, onde ela vendia sopas, bebidas, salgados e outros e todos os fins de semana, meus pais e irmãos íamos”. As lembranças da Yonara transpassam o ambiente da villa Ninita e chegam até o mercado público, envolvendo também a família, o lugar de moradia, o lugar de trabalho, e ainda a paisagem urbana do centro histórico, que compõem as lembranças de Yonara, situação que permite usar a fala de Arantes (2009), quando cita que:

“lugares são espaços apropriados pela ação humana. São realidades a um só tempo tangíveis e intangíveis, concretas e simbólicas, artefatos e sentidos resultantes da articulação entre sujeitos (identidades pessoais e sociais) práticas (atividades cotidianas ou rituais) e referências espaços-temporais (memória e história)” (Arantes, 2009, p.18).

Arantes comenta sobre os “valores que os habitantes das cidades reconhecem nas edificações e espaços preservados mais do que amontoados de sobra do passado [...]”, o autor enfoca que essa perspectiva permite ressaltar o sentido de lugar que nutrem a experiência de habitar as cidades e o constante refazer das identidades no espaço urbano (Arantes, citado por Arantes, 2003, p.18). Diante dessa fala, deduz-se que as lembranças, as memórias da moradora se tornam fortalecidas, tendo em vista o reconhecimento do lugar como relevante, como patrimônio, mas principalmente por despertar as lembranças infantis na antiga moradora. Ainda no mês de maio de 2023, Yonara informou que apesar de atualmente sua avó “não trabalhar

mais e estar bem velhinha e enferma, ela ainda continua morando nas redondezas do Centro da cidade Manaus”.

Diante das falas da antiga moradora da Villa Ninita, realçando as lembranças da casa, estando estas visivelmente atreladas ao entorno, como escolas, mercado, bem como ao centro histórico e ainda por se tratar de alguém que está contando lembranças da infância, destacando o ambiente onde residia com a avó, salientamos o que cita Bosi “a história da família, é fascinante para a criança” (Bosi, 2004. p. 424). É então possível comentar que a estada na villa Ninita, embora na infância, e pelo fato da villa ainda existir, faz a moradora (re) lembrar o tempo que viveu na casa de vila. Quanto às datas citadas por Yonara, que gira em torno de cinco anos, convergem com a informação de Guerreiro (2019), que cita a reforma da villa no final dos anos 1970. A arquiteta conta que a villa Ninita ‘sofreu um processo de reforma’, o que “alterou definitivamente a configuração do uso residencial, para uso institucional” talvez seja nesse período então, que moradores deixaram a centenária vila Ninita.

2.2 - As casas de vilas do centro histórico - um contexto socioantropológico

São diversas as casas de vilas localizadas no centro histórico de Manaus. Algumas dessas casas apresentam traços e fachadas aparentemente preservados de uma cidade antiga, fala citada em muitos dos diálogos realizados com alguns dos moradores das casas de vilas, na realização do trabalho de 2014, e atualmente na realização desta dissertação. Algumas delas, ou as mais antigas, são citadas em livros de escritores amazonenses. Um exemplo é o texto do escritor Milton Hatoum, que cita em Cinzas do Norte, a Vila da Ópera, em cujo texto o autor narra a Vila, como cenário e comenta:

“As cinco casinhas de madeira da Vila da Ópera, enfileiradas, se intrometiam como uma cicatriz no quarteirão de sobrados austeros; o acesso era por uma servidão de uns três metros de largura, e, a direita, um portão de ferro vedava a entrada de uma mansão moderna cujo quintal cercava o pequeno pátio da nossa casa. A vila fora erguida por operários que, em 1929, haviam trabalhado na construção de dois casarões geminados, e acabaram tomando posse do que tinha sido um canteiro de obras”. (Hatoum, 2005, p. 23-26).

Outros escritores, além de Hatoum, comentam que também residiram em casa de vila, no centro de Manaus, como é o caso de Thiago de Mello, que comenta no livro, Manaus: amor e memória que residiu em uma casa de vila, no qual menciona situações sobre seu exílio e as lembranças de Manaus e da casa da família. O poeta reflete sobre aquele momento de sua vida,

e tece comentários referentes à sua infância ao lembrar de sua mãe, “lavando roupa no pátio de cimento, na sua casa na vila Pedrosa” (Mello, Thiago, 2020, p.29).

Para Mário Ypiranga Monteiro (2006), as antigas casas de vilas de Manaus, são boas residências e na maioria com influências europeias. Ypiranga, além de citar a villa Fanny e Ninita, revela que antigos casarões já foram vilas como, o Palácio Rio Negro, que pertenceu ao comerciante alemão Waldemar Sholz, descrita por Monteiro (2006, p.89), como a “mais bela estrutura arquitetônica da cidade” e o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, este último fora conhecido como vila “Milagres de Santo Antônio”, onde residiu o comerciante português Tancredo Pôrto. São elencadas por Mário Ypiranga, inúmeras vilas antigas, em seu livro, “O tratado do prédio amazonense”, que contribuiu para contar sobre a história das casas. Segundo ele, a mais velha é a vila Pedrosa, construída por um português de mesmo nome, José Pedrosa (inclusive, como já foi citado, o escritor Thiago de Mello chegou a residir na infância, com seus pais, em uma casa de vila, chamada Pedrosa. Ao descrever os detalhes da casa, Ypiranga comenta “É um arruado de casas iguais, direito e esquerdo, uma porta e uma janela, sem andar superior e sem porão”. Ele cita também, a vila Bastos Fernandes, localizada na rua Barroso e ainda a descreve como sede do consulado de Portugal, mencionado também a Vila Pensador, sem localização exata, porém outrora, morada de Eduardo Ribeiro. Ypiranga continua a narrativa sobre as vilas, elenca diversas outras casas, como a vila Glicínia, que estava localizada na rua Teresina, (hoje, bairro Adrianópolis), a qual, mais tarde tornara-se vila Marina. Etelvina Garcia e Mário Ypiranga, comentam que ali residiram Euclides da Cunha (Garcia, 2012, p. 51), Alberto Rangel e o Engenheiro Leon Paulard. O autor cita também as famosas Vilas Resende e Lisboa, ambas localizadas no antigo bairro dos Tocos, hoje Nossa Senhora Aparecida.

Antes de encerrar, por ora, o trabalho de campo, as pesquisas e mais alguns recortes a serem montados, eu ainda caminhava pelo CHM, mais precisamente na segunda quinzena de setembro de 2023, tendo em vista algumas informações necessárias a serem revistas na ida ao campo, assim, no dia dezoito de setembro, cheguei ao centro histórico pela manhã, pois havia localizado uma casa de vila próximo ao colégio Dom Bosco e já sabia que retornaria ali. Então, retornei ao campo, e caminhando pela Luiz Antony, parei em alguns comércios para perguntar se aquela área era “Centro ou Aparecida”, e todos confirmaram que sim, “aqui é centro”. inclusive uma senhora, comerciante, informou que ali era centro, mas só até o Bairro do Céu”, informando também, em resposta à minha questão, sobre vilas a mesma comerciante informa “as vilas ficam lá pra baixo”, apontado em direção também ao Bairro do Céu. Segui para a direção indicada pela comerciante e moradora da Luiz Antony.

Ao continuar a caminhada, para ver de perto a vila Vitória, além de consultar alguns comerciantes da área, para saber se estávamos no bairro Centro ou Nossa Senhora Aparecida, eles consideram que o bairro é o Centro. Além disso, outra situação chamou bastante atenção, e está relacionada às áreas do centro histórico, com presença de casas de vilas, porém, ‘marcadas’ com siglas, ou iniciais, geralmente em muros, utilizadas por grupos que fazem parte do tráfico e da criminalidade local e nacional, então, nesse processo de ida ao CHM, por dois momentos, me senti apreensiva em relação às ‘mensagens vinda dos muros’, ou seja, das siglas. O primeiro, foi ao tentar visitar as casas de vila da travessa Rotary, entrei por avistar um caminhão da loja Bemol, ainda assim, e pelo fato de ter descido e subido a travessa, cheguei a ser questionada por um rapaz que perguntou “se eu estava procurando alguém”, respondi-lhe que estava realizando uma pesquisa sobre vilas e parei para ‘anotar’ algumas coisas no caderno, e quando passei novamente pelo rapaz, ele chamou uma senhora e disse que eu estava pesquisando, então me apresentei, falei do trabalho, a senhora que estava por trás de um portão de grade afirmou: “aqui nessa rua o que mais tem é vila”, e em seguida a moradora apontou para uma moradia e afirmou: “ali era uma vila de uma portuguesa, que faleceu em 2021”, a senhora estava se referindo à casa de número cem (100), com um azulejo pintado formando uma imagem de um santo católico.

Naquele lugar, foi possível identificar de duas a quatro moradias que podem ter sido casas de vilas, no entanto não possuem essa identificação e provavelmente estejam descaracterizadas. Assim, a Travessa Rotary, localizada entre as avenidas Getúlio Vargas e Joaquim Nabuco, é um lugar em potencial a vir a ser melhor pesquisado, em relação às casas de vilas do CHM. No entanto, uma informação até então, deixa de ser respondida, quando se trata da vila onde residiu o poeta Thiago de Melo, a vila Pedrosa⁴⁰, que segundo ele mesmo informou, residiu por lá, quando criança, no entanto, não foi possível identificar a casa de vila, uma vez que, embora a moradora tenha dito que “na Travessa, existem três vilas ou mais” e apontando algumas casas, no entanto, nenhuma destas casas, estavam identificadas, ou talvez tenham sido descaracterizadas. Enquanto estive na Travessa, por precaução, não realizei fotografias, exceto da placa, com o nome Rotary, na entrada da rua.

Outro momento parecido, também de inquietação aconteceu na entrada do Bairro do Céu, após visitar a casa de vila Vitoria, assim sendo, na entrada para o Bairro do Céu, onde estão localizadas algumas casas de vilas, com acesso pela rua Luiz Antony, é visível as siglas, que como códigos, indicam “atenção redobrada” principalmente para quem está realizando

⁴⁰ Disponível em: <https://jmartinsrocha.blogspot.com/search?q=vila+pedrosa>. Acesso em 20.06.2023

trabalho de campo, como é o caso. Antes de entrar no lugar, associei aquele momento à uma passagem do texto da antropóloga Alba Zaluar, que ao adentrar a Cidade de Deus, comenta que sentiu, naquele momento, “inveja de Malinowski”, uma vez que ele já sabia o que iria encontrar junto aos trobiandeses, porém não era o seu caso. Desta forma, assim, escreveu Zaluar:

“comecei a invejar intensamente Malinowski, que aportou a uma praia longínqua nos mares da Oceania para estudar um povo tribal sem saber-lhe a língua, mas com a convicção de que iria deparar com uma cultura diferente, e autônima, harmoniosamente coerente e aceita por todos[...]” (Zaluar, 2000, p.09)

Na citação acima, Alba Zaluar, fazia alusão ao desconhecido, porém não tão desconhecido assim, uma vez que a Cidade de Deus (RJ), era presença constante nos noticiários nacionais, como ela mesma escreveu: “um bairro [...] cujo nome permeia nas manchetes dos jornais como um dos focos da violência urbana, um antro de marginais e bandidos” (Zaluar, 2000, p.09). Ainda tecendo comparativos entre o texto da antropóloga, destaco que nos últimos dias do campo, ainda que agindo com cautela, sabia que as informações que vinham dos muros indicavam manter cuidado ao longo das caminhadas, no meu caso, tentaria fazer fotos de algumas casas de vilas, conversar com alguns moradores, saber algumas informações sobre as vilas, no entanto, no Bairro do Céu, não foi possível.

Assim que pude identificar a casa de vila Vitória, ainda na rua Luiz Antony, percebi que do outro lado estava sendo observada por um grupo que estava em uma parte elevada de outra residência, parei um pouco como se estivesse descansando, pois era setembro e as temperaturas são elevadas, em Manaus. Da entrada do “Bairro do Céu, avistei ao longe uma senhora com máscara e uma sacola de feira, então, fui até ela, me identifiquei rapidamente e perguntei se ela ia descer rumo ao Bairro do Céu, ela informou que sim, e que “aquela área toda é chamada Bairro do Céu”. Fui acompanhando a senhora e percebi que nas casas em geral, além da identificação do número, estava escrito “Centro”, o que convergia com a outra informação da comerciante mais acima, na rua Luiz Antony. Então perguntei à moradora, sobre as vilas, ela informou que “existem duas”, porém, informou: “*no beco que eu moro não tem e nem é bom a senhora entrar por lá*”, atenta que estava, redobrei cautela, compreendendo também aquele recado, perguntei se ela podia ficar comigo apenas para eu fazer as fotos, ela também já tinha entendido a minha intenção, “era pesquisa de aula”, ela repetiu. Já próximo ao beco Casemiro onde ela reside e por ser uma área considerada vulnerável aos estudiosos da criminalidade na cidade de Manaus, ali também percebi que já estava sendo observada por alguns moradores rapazes, a senhora moradora da área também percebeu e se aproximou mais de mim como se

estivesse me protegendo ou pela expressão corporal, enviando algum recado, dizendo algo aos moradores, que me acompanhavam com o olhar.

Diante dos olhares atentos e curiosos daquele grupo, fiz apenas duas fotos da Vila Augusta⁴¹, ao lado da moradora que me acompanhou até ali, o grupo reunido, que se aproximou do local, muito rápido, ficou observando a minha movimentação e também da senhora que me acompanhava naquele momento. Isso me fez lembrar o que dissera a antropóloga Alba Zaluar: “ali estava eu bem no meio do dissenso [...]” (Zaluar, 2000, p. 09), na intenção de apenas realizar fotografias. No mesmo quarteirão havia outra casa de vila, que não pude identificar e nem fotografar, devido a fachada ficar um pouco escondida, e por ali, já havia outro grupo reunido, assim, achei prudente, não fazer fotos, pois “a sensação mais forte que tive naquele momento foi a de medo. Não o medo que qualquer ser humano sente diante do desconhecido, mas um medo construído pelas leituras diárias dos jornais [...]” (Zaluar, 2000, p.10). A senhora, ainda tentou me levar lá, entretanto, fiquei apenas com as duas fotos da Vila Augusta, agradei muito àquela senhora e disse a ela, que caso alguém a questionasse, poderia informar “que sou aluna da Universidade”, eu já havia me apresentado e contado que estou desenvolvendo uma pesquisa sobre vilas. Diante desta explicação, ela fez sinal com a cabeça de positivo, e comentou que viu a minha “camisa da universidade”. Então em tom alto, ela disse: “Deus te abençoe” e aumentou mais a voz: “por onde você andar”. Por fim, a outra vila, ficou apenas com o registro por escrito. Assim, caminhei para sair do Bairro do Céu, na mesma entrada que descí, havia uma pessoa que estava naquele local, onde fiz a foto da vila. Guardei na bolsa o aparelho celular, ficando apenas com o caderno e a garrafinha de água na mão, encerrando naquele momento, a minha busca às casas de vila, no Bairro do Céu.

Em outro momento, dentre as andanças pelo bairro Centro, destaco algumas, como da rua Major Gabriel, pois com base nas informações desta dissertação, é a rua que guarda o maior número de casas de vila, do bairro Centro. No decorrer dessa caminhada, após atravessar a avenida Tarumã e seguir mais um pouco à frente (na Major), de longe foi avistada uma placa de identificação “vila Santo Antônio 1110”, parei, fotografei e segui, pouco adiante, avistei um muro com a descrição, “beco Major Gabriel” (ver iconografia 2023), no entanto uma placa anterior e outra acima do lugar, anunciava ‘aluga-se uma casa nesta vila’, fazendo referência à vila e não ao beco⁴². Caminhando mais à frente, já cortando a rua Ramos Ferreira, estão localizadas as casas de vila Jandira, São José e a vila Betel, as três casas, são bastante próximas

⁴¹ Considerada edificação de primeiro grau no decreto No 7176, publicado do Diário Oficial do município, em fevereiro de 2004.

⁴² Surge então, no meio desse processo de caminhadas, uma questão entre beco e vila, que por motivos de tempo e espaço, ainda não será debatida neste estudo, não neste momento.

umas à outra. Ali próximo das vilas, havia um senhor sentado na entrada da vila São José, cumprimentei-o e perguntei-lhe se “ali é uma vila?”, apontando para a entrada da vila Betel. O senhor confirmou que sim e eu continuei a breve conversa: “será que pode entrar”, ele me olhando, em tom de brincadeira e com meio riso, afirmou: “[...], minha querida, ‘o perigo’ existe até dentro do Jardim das Américas”, citando um condomínio de casas de classe média alta, aqui de Manaus. Eu fiz um sinal com a cabeça, e pedi para fazer a foto da Placa da vila São José, após a foto, ele comentou: “aqui são vilas antigas, as casas são organizadas, porque essas vilas novas é um furdunço”. Agradei àquele morador e fui a caminho da outra vila, percebi que o morador entrou para a vila São José.

Ao entrar na vila Betel e a intenção era de olhar o lugar, além de realizar algumas fotos, entrei ‘pedindo licença às entradas’, pois não vi moradores, fotografei de longe uma casa. Entretanto, percebi uma pessoa varrendo dentro de uma oficina/estacionamento, na esquina da rua que dá acesso às casas, voltei lá e perguntei ao rapaz se havia saída naquela rua. Ele disse que era venezuelano, conhecia pouco, mas achava que a rua tinha saída. Segui em frente, as casas da vila Betel não são geminadas padronizadas, no entanto, estão organizadas lado a lado, são coloridas e com numerações próprias. A Vila Betel apresenta características diferente de todas as demais, as casas estão com a identificação Vila Betel, cada uma com sua placa, não foi possível saber a quantidade de casas. Acredito que são mais de dez e continuei caminhando para sair da Vila. Ali dentro há uma oficina, parei e perguntei de um rapaz, por onde era a saída, ele apontou a direção e também perguntei se era ‘tranquilo de sair’. Ele disse que não é e se prontificou a me acompanhar até a saída. Informou ainda que “reside na vila e trabalha na oficina”. Perguntei se ele gostaria de contar um pouco sobre a sua relação com a vila, a história daquele lugar, mas ele achou melhor não, pois estava em horário de descanso do almoço. Agradei-lhe e caminhei em busca da saída da vila, a qual dá acesso para a avenida Sete de Setembro. Saí e segui para a rua Igarapé de Manaus, onde também existem casas de vila, avistando a paisagem ‘da ponte e do Igarapé’, mencionadas pelo morador da Vila Baima. Aproveitei para fazer algumas fotos e enquanto fotografava, ao meu lado um homem alertou: ‘cuidado com esse celular, guarda esse celular’, agradei-lhe e sai do local. Naquele momento eu estava encerrando o trabalho de campo desta dissertação, no dia 04 de outubro e 2023.

CAPÍTULO III

3.0 - (Re) Conhecendo as casas de vila do centro histórico de Manaus

Caminhando pelas ruas do centro histórico de Manaus, passei diversas vezes, pela avenida Joaquim Nabuco, Ramos Ferreira, Monsenhor Coutinho, Saldanha Marinho, 24 de Maio, Visconde de Porto Alegre, Getúlio Vargas, Sete de Setembro, Igarapé de Manaus, Luiz Antony, Major Gabriel, no entanto, algumas ruas como a Doutor Machado, a Travessa Rotary e o Bairro do Céu, estive apenas uma vez, porém, é possível que eu retorne.

Com a realização das caminhadas no CHM, uma situação com os moradores, que chamou atenção é a questão de alguns moradores, não saberem identificar o nome da Vila onde residem, tais fatos aconteceram em dois momentos. O primeiro caso foi quando uma moradora não soube informar o nome da casa de vila onde reside, localizada na Luiz Antony; no momento em que caminhava pela via, confirmei com uma moradora que ali naquele lugar, era uma vila, perguntei se ela sabia o nome, ela informou ‘que não o tinha nome não, só número, é 157’, porém, na entrada, pintado em forma de desenho de amarelinha⁴³, no chão da calçada, está escrito o nome da casa, vila do Chaves. Comentei com a moradora sobre a pintura, então ela afirmou: “ah, é esse mesmo o nome”. O outro caso, aconteceu ao parar em frente à uma casa localizada na avenida Getúlio Vargas, identificada como vila devido a presença de uma faixa com a descrição “aluga-se casa nesta vila”, assim, soube que ali é uma casa de vila, sem placa, apenas com numeração, trata-se da vila número 340, em frente à policlínica Gilberto Mestrinho, porém, em diversas vezes transitando pela avenida, surgiu uma única oportunidade de conversar com algum morador, que ao vê-lo abrir o portão da casa de vila, para entrar com seu automóvel, rapidamente me aproximei e perguntei ‘aqui é uma vila? É sim, respondeu o morador, quando perguntado pelo nome do lugar ele informou “não lembro agora”. Ainda perguntei se poderia conversar um pouco sobre a história da vila, mas infelizmente a pessoa ‘estava sem tempo’. Continuei a caminhada pela avenida Getúlio Vargas, porém, rumo à Saldanha Marinho, rua que também abriga casas de vila, caminhando pela rua, ao me dirigir à casa de vila, localizada próximo à um estacionamento privado, porém com acesso fechado e inacessível para não moradores. Pedi informações sobre a vila à uma vendedora de água, próximo ao local ela disse que a vila N° 793, não tem nome, “mas as pessoas chamam de vila Saldanha Marinho mesmo”,

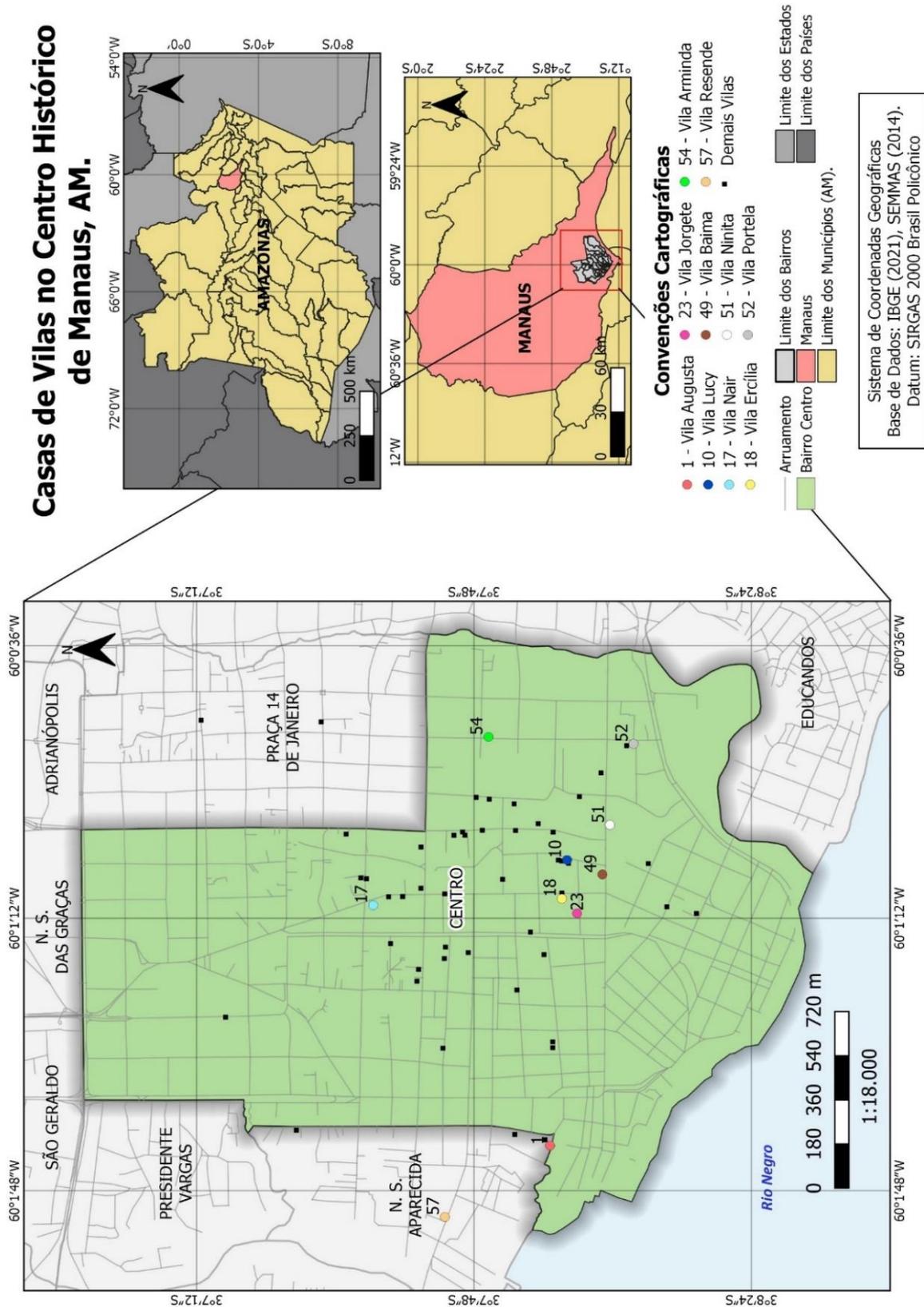
⁴³ O desenho também consta em frente as casas da villa Maria Zélia, segundo o site descobrindo São Paulo. Disponível em: <https://descobrindosaopaulo.blogspot.com/2009/09/vilas-antigas-de-sao-paulo.html>. Acesso em 29.10.23

ao atravessar a avenida Eduardo Ribeiro, em continuidade na rua Saldanha Marinho, também foi identificada outras duas casas de vila, porém sem identificação, trata-se das casas números 435 e 417.

Na próxima imagem, é possível verificar o mapa das casas de vilas do centro histórico de Manaus, descritas nesta dissertação, e estão marcadas com pontos, no mapa. Em destaque na legenda, estão os nomes das dez casas de vilas classificadas como edificações de 1º e 2º graus, relacionadas no decreto municipal N° 7176/2004, que inclusive consta na integra, no final deste trabalho, no tópico. Os nomes das dez edificações, estão listados abaixo, por ordem alfabética.

- | | |
|-----------|-----------|
| ✓ Augusta | ✓ Lucy |
| ✓ Arminda | ✓ Nair |
| ✓ Baima | ✓ Ninita |
| ✓ Ercília | ✓ Portela |
| ✓ Jorgete | ✓ Rezende |

Figura 15 - Mapa das casas de vilas no centro histórico de Manaus



Fonte: Elaborado por Carmo Filho (2023) – Dados : IBGE (2021), SEMMAS (2014)

3.1 - Resultados e Discussões

Os diálogos que compõem esta dissertação, foram realizados em dois momentos distintos: o primeiro, como já destacado no início, aconteceu no ano de 2014, com a elaboração da monografia do curso de ciências sociais, defendida em 2015, e o segundo momento de realização dos diálogos, ocorreu recentemente, entre os anos de 2022 e 2023, quando retornei ao campo, mais precisamente às casas de vilas do centro histórico de Manaus, na intenção de conversar novamente com moradores, bem como realizar novos diálogos, os quais foram aqui descritos anteriormente, no segundo capítulo, o que permitiu conectar a relação entre o morar na vila e a memória, tema deste trabalho. Assim, conectar a relação entre o morar na vila e a memória, bem como o sentido e o significado que esses lugares ocupam na vida das pessoas, enfatizando a relevância histórica de algumas dessas vilas, faz dessas casas, lugares como referência a serem ‘descobertos’ ou redescobertos, para conhecimento e valorização e ainda referendar visibilidade junto ao poder público, tendo em vista, algumas dessas casas de vilas, almejarem políticas públicas de manutenção e conservação.

Considerando a diversidade sociocultural, as relações estabelecidas entre as pessoas e ainda toda a representatividade das casas de vila, à memória do centro histórico, os diálogos com os moradores, suas falas, carregam consigo a importância cultural pela representatividade que trazem à memória do centro, suas histórias junto às famílias que ali residiam e/ou ainda residem, além de conhecerem o contexto das casas, que remetem ao tempo passado, lembram a vida cotidiana e ainda comentam sobre as relações construídas, ao longo do tempo de convivência.

No entanto, as moradias ainda não foram vistas com um olhar macro, particularmente e direcionado, pelo poder público, conferindo às mesmas representatividade e reconhecimento. Além do decreto N° 7176/2004, publicado em diário oficial, alguns moradores veem o poder público distante, exceto quando ocorrem irregularidades e/ou infração nos imóveis. Cabe aos órgãos que zelam pelos patrimônios culturais na cidade de Manaus, a aproximação e incentivo ao cuidado e preservação das casas de vilas, estreitamento de percepção junto aos lugares dotados de memórias individuais e coletivas. Percebe-se, portanto, a necessidade de participação do poder público e a partir dos dados levantados por este estudo, os quais não se esgotam aqui, ressalta-se ainda a importância da necessidade de outros estudos relativos ao tema, visando a conscientização para a preservação dessas moradias, para as próximas gerações, sensibilizando, principalmente, os moradores das vilas e das áreas do entorno desses lugares.

O protagonismo da discussão sobre as casas de vilas pode ser verificado também na literatura amazonense. A relevância das moradias é validada, quando são parte de roteiros de livros e, mais ainda, quando os moradores protagonizam suas próprias histórias e compartilham suas memórias, contando sobre o passado que envolve e norteia as casas de vilas do centro histórico. Logo, além de dotadas de histórias, as vilas são lugares que contribuem para contar a história das casas, algumas delas seculares. Diante desse fato, torna-se imperativo a criação e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção e preservação das casas de vilas, tendo em vista o seu valor histórico e sentimental, além do material. Porém, não podemos deixar de registrar neste momento da escrita, a crítica que a arquiteta Ana Guerreiro escreveu em sua dissertação referente à vila Jorgete, que segundo ela, lhe causou estranhamento. Assim, escreveu a arquiteta

“[...] esta vila e muitos outros conjuntos de habitações coletivas daquele período não estavam incluídos na área protegida, e nem sequer citadas ou consideradas dentro do escopo dos diversos exemplares do patrimônio edificado da cidade que nortearam a definição das áreas. Confirmando assim, que o critério de seleção do IPHAN, reafirmava, por força institucional, que os “bens imóveis” selecionados como protegidos seriam aqueles de estilo eclético caráter monumental, vinculados esteticamente com a imagem de riqueza da Belle Époque que quer perpetuar” (Guerreiro, 2019, p.13).

A crítica ao órgão institucional federal é feita por Ana, principalmente pelo fato da vila citada em questão, datada do início do século XX, não ser reconhecida pelo órgão, dando preferência apenas ao que vem a ser ‘belo e rico de detalhes’; no entanto cabe destacar também que todos os moradores que contribuíram com a realização desta pesquisa, demonstraram ter a noção do lugar onde residem e do discurso referente à patrimônio cultural, inclusive, esclarecendo que alguns sustentam, como o seu José e dona Socorro, moradores das vilas Jorgete e Elvira, respectivamente. Eles alimentam uma expectativa de serem procurados pelo poder público para formar parcerias de trabalhos, particularmente de conscientização e sensibilização de moradores junto às moradias, algumas delas, inclusive carecendo de todos os tipos de cuidados e reparos, como a citada, vila Jorgete, que considerando a sua data de fundação, no ano de 2024, completará 120 anos.

Por fim, são as possibilidades de acesso à moradia que dizem como será a casa a ser habitada; casa comum, taperas, palafitas, cidades fluviais, vilas, todas essas são moradias comuns em diversas áreas na Amazônia. Se, por um lado, o morar retrata um “modo de vida” de seus habitantes, por outro, denunciam as limitadas políticas públicas voltadas para a construção de moradias dignas, situação que retrata o descaso com o direito do cidadão de habitar a cidade. Henri Lefebvre pontua que ‘o direito à cidade, se manifesta como forma

superior dos direitos: à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar [...] (Lefébvre, 2001, p. 134). Destacando ainda com Lefébvre, que comenta sobre o direito à cidade, que essa ‘tem uma história, é obra de uma história’, (Lefebvre, 2016, p.52). Assim, temos nesta dissertação uma parte da história de Manaus, de um dos tipos de moradias da cidade. As casas de vila, são aqui destacadas por serem objeto de estudo deste trabalho, onde a história das vilas é contada pela ótica dos seus moradores, num diálogo onde o morador é o narrador e protagonista de suas histórias, bem como a relação com as casas de vilas, moradias que fazem parte da paisagem urbana do centro histórico de Manaus. Como mostramos, algumas destas vilas são consideradas antigas e históricas por serem casas construídas por imigrantes, no início do século XX, inclusive, em pleno período da exploração da borracha, como as vilas Ninita, Georgete e ainda as vilas Baipend e Lucy, todas construídas entre a primeira e segunda década do século XX, como verificou-se no trabalho de Ana Guerreiro (2019, p. 147). Assim, e ainda destacando o casario do centro, sejam prédios, casas de vilas e/ou fachadas de imóveis, como aqueles que são herança do período áureo da exploração da borracha, que ainda se encontram de pé e resistiram a degradação do tempo, guardam as memórias e potencializam a relevância do CHM.

Além de consideradas históricas e antigas, as vilas são construídas no estilo da arquitetura dos séculos XVIII ou XIX, todavia mantendo o padrão de construção de casas geminadas e com uma única via, que une as casas da vila e, por conseguinte, a vizinhança através de relações construídas com a proximidade dessas casas, unindo pessoas por afinidades e por que não dizer, por meio de códigos de convivências, não formal? Em relação ao padrão das casas de vilas, cabe destacar que essa via de unificação das casas, embora seja uma ‘rua’, trata-se de uma ‘via privada’, não sendo permitido, por exemplo, ‘entrada liberada’, exceto com autorização de algum morador que libera o acesso. Ainda que as casas de vilas sejam ‘portões abertos’, aquela via, que passa dentro da vila faz lembrar e fazer menção à aquela expressão popular ‘a rua é pública’, nas casas de vilas, não funciona dessa maneira, pois, aquela a rua é privada!

Os moradores que colaboraram com esta dissertação citaram alguns elementos que encontram nas casas de vilas, como segurança, tranquilidade, a convivência que a maioria deles citou como ‘familiar’, ou seja, existe uma relação de sentimentos, como uma das moradoras comentou, a questão dos acolhimentos entre os moradores e mais ainda os cuidados uns para com outros, fatores que são basilares para manter a continuidade dos moradores residindo nas casas de vilas. No entanto, existem relatos de fatos que não excluem a questão de acontecimentos desagradáveis e/ou também de conflitos, como o caso do rapaz que é

trabalhador na vila Barroso (caso descrito no segundo capítulo), onde ele contou que tinha intenção de residir na vila, porém desistiu de alugar a casa, pelo fato das pessoas de lá serem, segundo ele, ‘nariz empinado’. Citando também um caso curioso e antagônico na vila Jorgete, mencionados (sem combinações de falas), por avô e neta, referente a realizações de festas e trabalhos pontuais, na vila Jorgete. Para a realização desse último, todos os moradores se reúnem, colaboram e realizam os trabalhos, já para as festas é cada um na sua casa, ‘são individuais’, como afirmou seu José, morador da vila Jorgete. Cabe destacar ainda, na visão dos moradores, a presença de equipamentos culturais no bairro centro, bem como parques e praças, pois, o acesso à esses equipamentos permite que os moradores tenham mais qualidade de vida.

Com Base nas leituras realizadas ao longo da elaboração desta dissertação, percebeu-se que algumas dessas casas, inclusive, apresentam em suas histórias, contextos socioculturais, os quais, se considerados pelo poder público, entram como alicerce para a implementação de políticas públicas em relação à conservação e proteção dessas moradias, como a centenária vila Baipend, narrada por Jefferson Péres. Considerando fatos contados pela história e literatura amazonenses, as vilas Ninita e Lucy, apenas para citar algumas, enfatizando também elementos que já fizeram parte da rotina do centro histórico, como os igarapés e os bondes, temas bastante citados por estudiosos, escritores, devido à relevância histórica, que deixou suas marcas na cidade de Manaus.

Por fim e voltando ao decreto N° 7.176/2004, relacionado uma dezena de casas de vila (ver decreto em anexo, no final desta dissertação), é um alento quanto à relevância das moradias, porém precisa ser considerado, como cita Ana Guerreiro, que se trata de “um número inexpressivo e equivocado[...]” (Guerreiro, 2019, p.61), uma vez que dentro de um universo de mais de oitenta vilas, considerando o bairro centro e demais bairros que compõem o entorno, apenas dez estarem relacionadas no decreto e por ele ‘protegidas’. Porém, é fato que já existe, considerando o decreto, um olhar voltado para esse tipo de moradias, no entanto existe ainda, uma lacuna entre estas e a temática referente à patrimônio cultural, bem como desse reconhecimento por parte do poder público. Esse tipo de reflexão estimula ainda mais a continuidade deste trabalho sobre casas de vilas, que não se esgota aqui, mas enfatiza o tanto de lacunas que precisam ser preenchidas visando ampliar o campo de estudos do patrimônio material em Manaus, além de sugerir a realização de outras pesquisas junto às casas de vilas do CHM, ou dos demais bairros, onde existe esse tipo de moradias, de acordo com as tabelas por bairros descritas no segundo capítulo desta dissertação.

3.2 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este tema abarca muito mais do que um olhar estrutural para a arquitetura das casas de vilas do CHM, é sobretudo, o que essas vilas, representam para os seus moradores, ou até mesmo àqueles que já residiram naquelas moradias. Deste modo, toma-se como embasamento, a fala da antropóloga Ruth Cardoso ao explicar que: “[...] um pesquisador capaz de uma boa interação com as minorias ou grupos populares será sempre o porta-voz de seus anseios e carências, logo da sua verdade” (Cardoso, 1986, p.95), assim, tornou-se interessante o processo de escutar os moradores como protagonistas de suas histórias, contando suas lembranças sobre as vilas, mas também o fato de serem ouvidos, como um registro de estudo acadêmico, levando quem escreve cada história de vida, com as vilas, a manter certo cuidado para não se perder nas armadilhas do método, nem cair no erro de buscar ditar verdades, pois as histórias deles, é deste modo, deles, da vida deles, fato distinto para quem está do outro lado da pesquisa, escutando e realizando a pesquisa de campo, como é o caso deste trabalho.

Dentre as mais de cinquenta casas de vilas listadas aqui, não foi possível conversar com um número maior de moradores, o que também se tornou mais um processo cuidadoso em campo, e se refere aos *portões fechados* de algumas dessas casas de vilas(o que potencializou o uso das fotografias, no entanto, existem casas tão ‘fechadas’, que apenas a placa é visível). Assim, as visitas se resumiam apenas em tomar fotos, com o cuidado para não expor nenhum morador, sem autorização e ainda para que nenhum, se sentisse invadido em suas moradias; neste caso, a fotografia e a observação, foram ferramentas de trabalho na realização da pesquisa, pois, através delas, foi permitido a construção da iconografia de 2023, que consta no final desta dissertação, no tópico apêndice. Devido aos percalços citados, é possível definir essa parte do trabalho de campo, como observacional, referendado com a citação de Ruth Cardoso (1986):

“[...] Os modos tradicionais de exercitar a observação participante promoviam a participação como forma de desvendar os significados simbólicos de outras culturas. Uma espécie de mergulho no fundo do outro que é condição para o conhecimento, mas que, entretanto, deve sempre ser completado pela observação dos comportamentos e de sua recorrência” (Cardoso, 1986, p.100).

Para Roberto Cardoso de Oliveira (2006), apenas o olhar não é suficiente para alcançar o significado das relações sociais dentro de um determinado grupo, vem então a relevância do ouvir. Na investigação, o olhar e o ouvir caminham lado a lado, como assinala Roberto Cardoso, pois ambos “não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação [...]” (Oliveira, 2006, p.21). Nessa perspectiva, a tríade descrita por Roberto

Cardoso de Oliveira, (olhar, ouvir, escrever), subentende-se o estar lá, como construiu os dados da pesquisa, o que viu, como viu, porque viu, o que ouviu, como ouviu, para a partir de então interpretá-los em diálogo com o referencial teórico escolhido. Nessa perspectiva, como enfatiza Dennis Tedlock, citado por Vicent Crapanzano (1988), “o diálogo no campo, não cessa, quando o antropólogo deixa o campo” (Crapanzano, 1988, p.65), mas, é necessário o processo de interpretação dos dados construídos no campo, processo este também analisado por Roberto Cardoso, quando afirma que:

“Devemos entender, assim, por escrever o ato exercitado por excelência no gabinete, cujas características o singularizam de forma marcante, sobretudo quando o comparamos com o que se escreve no campo, seja ao fazermos nosso diário, seja nas anotações que rabiscamos em nossas cadernetas. E se tomarmos ainda Geertz por referência, vemos que na maneira pela qual ele encaminha suas reflexões, é o escrever ‘estando aqui’, portanto fora da situação de campo, que cumpre sua mais alta função cognitiva” (Oliveira, 2006, p. 25).

Dito isso, cabe destacar que ao realizar os diálogos com os moradores, percebeu-se que, principalmente, os moradores mais idosos, trazem na memória, elementos que remetem ao passado da cidade, como os igarapés, as praças arborizadas, além do transporte de bondes, a tranquilidade, que segundo alguns deles, era constante na ‘cidade de antigamente’. Logo, sentem-se saudosos daquele modo de vida, que em algum momento participaram ou ouviram falar que existiu. Cabe, então, destacar que atualmente, após uma reforma, no centro histórico de Manaus, podem ser visualizados os famosos trilhos daquele que foi considerado o elegante transporte da belle époque e que compunham aquela paisagem, além dos grandes sobrados, casarões e/ou vilas descaracterizados ou já demolidos. Quando utilizam o termo ‘de antigamente’, as suas lembranças despertam o saudosismo nos moradores, que também destacaram que residir nas vilas é sinônimo de segurança, além de usarem fortemente a expressão “é tudo muito pertinho”, se referindo ao morar nas vilas do CHM.

A importância da realização dos diálogos com os moradores, é ressaltada com base nas leituras de Crapanzano, que destaca o pensamento de Dennis Tedlock quando diz que “o diálogo antropológico cria um mundo ou uma compreensão das diferenças entre dois mundos que existem de pessoas que, de muitas maneiras diversas, estavam indeterminadamente distantes quando iniciaram a conversa” (Crapanzano, 1988, p.60). Nessa perspectiva, o mesmo autor afirma que “nas discussões antropológicas mais recentes, o “diálogo” parece, às vezes, substituir a “observação participante” [...]” (Crapanzano, 1988, p. 60). Dessa forma, enfocamos, que a memória tal como foi percebido no diálogo com os moradores, torna as vilas, como referências das principais lembranças.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa que se centrou em conectar a relação entre o morar na vila e a memória, sentido e significado que o lugar ocupa na vida das pessoas, expondo assim, a representatividade das casas de vilas, como referência para os moradores e considerando ainda que as conversas com os moradores despertam também, anseios por um período já considerado distante, como citou o morador que falou à reportagem no ano de 2013, “aqui parece vida de antigamente”. É como se eles sentissem saudade do que ouviram falar, e/ou provavelmente imaginam que antigamente, viver era inclusive mais seguro, fazendo esse comparativo com as casas de vilas onde residem.

Ainda referente às lembranças, Borelli (1992), comenta a percepção de Walter Benjamim sobre a memória, enfatizando que “o passado também é fundamental na recuperação da experiência perdida [...]”. É provável que alguns moradores, de certo modo, possam não recordar do passado, de como viviam antigamente nas casas de vila, no centro histórico ou na cidade de Manaus, porém, sabem que existiu a ‘vida de antigamente’. Benjamim, citado por Borelli, é enfático ao citar que “o grande desafio é chegar ao conhecimento, sobre o sentido dado à fatos, acontecimentos e personagens que a história oficial jamais documentou. Nesse sentido, ele indaga “como revelar os rastros esquecidos, apagados pelo tempo”? (Borelli, 1992, p.87).

Diante de todo o exposto, e considerando que algumas questões nortearam o pensamento reflexivo da pesquisa, por exemplo, como as vilas resistiram aos investimentos de capitais imobiliários nesses espaços? E ainda qual a postura do poder público em relação as moradias? e mais, por qual razão as vilas do centro histórico não entram no processo de revitalização, naquele espaço da cidade. É possível que tantas respostas venham das falas dos moradores ou mesmo através dos órgãos públicos em formas de leis, decretos e até mesmo iniciativas e/ou parcerias com os moradores, ou talvez os jovens, que pouco quiseram falar sobre as vilas. Por fim, este debate não se encerra aqui, e está bem distante disso, no entanto, existem leques de opções para a realização de estudos e pesquisas, referentes às casas de vilas do Centro Histórico de Manaus, e ainda como complementar, dos demais bairros que estão no entorno do centro, como Nossa Senhora Aparecida e Cachoeirinha, aquele primeiro, com mais de uma dezena de vilas naquele bairro.

As casas de vilas do Centro Histórico, representam com notoriedade as relações culturais e históricas entre a cidade, o morador ou até mesmo um visitante. Uma vez que a cidade cresce e urbaniza-se e ainda assim, esses tipos de moradias continuam resistindo a esse processo, inclusive mantendo hábitos, que alguns moradores citaram como ‘vida de antigamente’. Assim, muito embora tendo casas de vilas reconhecidas como de 1º e 2º grau de

preservação., essas casas, bem como suas histórias e memórias que remetem ao tempo passado, lembram famílias antigas, as origens da vila, o cotidiano, não possuem muito reconhecimento por parte dos órgãos que zelam pelos patrimônios culturais da cidade, ou ainda não parecem reconhecidas ou passam despercebidas pelo cotidiano, inclusive de alguns moradores, que ali residem.

Percebe-se, portanto, a necessidade de intervenção do setor público visando a realização de ações de intervenção, sejam oficinas de conscientização e educação patrimonial ou reuniões, visando a conservação do lugar e seu entorno para as próximas gerações, com o objetivo de sensibilizar moradores das vilas, por meio de educação cultural, tornando uma prática cotidiana o ‘educar para valorizar’ as vilas, ‘casas comuns’, porém dotadas de histórias, como são os lugares de memória. Além da necessidade de políticas públicas voltadas para a proteção e conservação das casas de vilas do centro histórico de Manaus, é preciso ampliar o diálogo com o poder público e /ou outros órgãos, bem como, com universidades, visando ampliar o processo investigativo sobre vilas, pelo menos dos bairros que compõem o centro histórico de Manaus.

Com relação à quantidade de casas de vilas, não foi possível identificar com exatidão, o total de moradias. No entanto, a partir da observação do CHM e considerando os bairros do entorno, adentrando a discussão da poligonal, as casas de vilas chegam a mais de oitenta moradias, sendo possível visualizá-las mesmo sem a placa de identificação. Ao caminhar por determinadas ruas do centro como a Japurá, Comendador Clementino e Tapajós⁴⁴, percebe-se que existem algumas casas com as características de vilas, no entanto, sem nenhuma placa de identificação; mas também, ao caminhar em outras áreas do centro histórico de Manaus, a visibilidade das casas de vilas, com placas de identificação é notória, como a villa Ninita, Baima, Jorgete, Augusta, Dorinha, Carmen, Elvira (esta, não foi possível saber a data de construção), além das vilas do Bairro Nossa Senhora Aparecida (Resende, Portugal, Rosa), podendo estender-se até ao bairro Cachoeirinha e até mesmo ao bairro Praça XIV de janeiro, onde também existem casas de vilas. Cabe destacar neste ponto, que com a realização desta dissertação, no trabalho de campo, identificou-se no Centro, a existência de mais de cinquenta casas com a denominação de vilas, placas com os nomes e número, a maioria delas, instaladas no centro histórico, com uma maior concentração destas, situadas na Rua Major Gabriel, sem contar as já demolidas e ainda aquelas que se encontram descaracterizadas. Portanto, enfatizamos novamente, que o estudo referente às casas de vila, como lugares de memórias no CHM, não se encerra, existem diversas vertentes a serem estudadas com a temática e ainda

⁴⁴ Algumas casas dessas ruas, que podem ter sido vilas ou ainda são, não possuem qualquer identificação, porém foram visualizadas, podendo posteriormente e continuidade dessa pesquisa ou outros trabalhos, serem catalogadas.

aparecem elementos para outras pesquisas e desdobramentos de estudos, como é o caso da Travessa Rotary, a bucólica vila Betel, as vilas do Bairro do Céu e ainda as outras vilas dos demais bairros do entorno do CHM, como Praça XIV de Janeiro e Cachoeirinha, que não foram aqui debatidas.

Finalmente, destacamos que as casas de vilas são moradias de fato diferenciadas dentre as demais residências de Manaus, por serem portadoras de memórias de uma cidade que mudou, cujo “modo de vida”, ressaltado pelos moradores como “bucólico”, insiste em manter-se nas suas falas como uma forma de resistência a tais mudanças e, sobretudo, de chamar a atenção para o descaso do poder público na conservação deste patrimônio, por estarem localizadas no centro histórico, área tombada pelas três esferas governamentais. Tais dilemas ficaram evidentes com a realização deste trabalho, e espera-se que as vilas venham a ser vistas como lugares a serem preservados. Para tanto, considera-se além do dispositivo legal, que trata da constituição federal de 1988, artigo 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”, faz-se ainda necessário, ouvir os detentores da memória que se fizeram presentes na realização desta dissertação, os moradores das casas de vila, do Centro Histórico de Manaus.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade – Lugares, situações e movimentos*. Editora Terceiro Nome, SP, 2011
- ANDRADE, Moacir. *Ruas, fachadas e varandas*. Editora Humberto Calderaro, Manaus, 1985;
- ARANTES, Antonio A. *Patrimônio cultural e cidade*. IN: Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Carlos Fortuna e Rogério Leite Proença. (orgs), Coimbra, 2009;
- AVELINO, Yvone, D. *Tarsila do Amaral: a obra e a cidade*. In: *Cidades-representações, experiências e memórias*. Orgs. Monteiro, Charles, et al. Editora Olho D'água, SP, 2016
- BARBOSA, Andréa. *Vila Maria Zélia. Memórias, imagens e produção de um lugar*. Campos V.23 N.1 P. 143-171 JAN.JUN.2022. Disponível em: <HTTP://DX.DOI.ORG/10.5380/CRA.V23I1.79360>. Acesso em: 30.06.2023;
- BASTOS et al. *A Icomi no Amapá: A empresa, os operários e suas famílias na mineração de manganês entre 1950 e 1960*. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/viewfile/7510/pdf>. Acesso em 29.06.2023;
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia. Formação social e cultural*. Editora Valer. Manaus, 2009;
- BITTENCOURT, Agnello. *Manaus*. Governo do estado do Amazonas, Secretaria de estado da cultura, Manaus, 2012;
- BORELLI, Silvia Helena. *Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson*. Revista Margem. Faculdade de Ciências Sociais, PUC. Silvia Helena Simões Borelli. São Paulo, 1992;
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – Lembranças de velhos*. 11ª ed. Cia das Letras, SP, 2004;
- BRAGA, Robério. *Manaus - notícia histórica 1669-2019*. Editoras Reggo e Nova Métrica, Manaus, 2020;
- BRAGA, Sérgio Ivan. *Culturas populares em meio urbano amazônico*. IN: *Culturas populares em meio urbano*. Sérgio Ivan Gil Braga (organizador), Edua, Manaus, 2012
- BRILHANTE, Nelson. *Charme das Vilas: pacato estilo de vida de quem mora nesses conjuntos*. Jornal Acritica. Manaus, 24 de Fevereiro de 2013. Disponível em: <https://www.acritica.com/charme-das-vilas-pacato-estido-de-vida-de-quem-mora-nesses-conjuntos-1.119413>. Acesso em 01.11.2021;
- CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000;

CARDOSO, Ruth. *Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método*. IN: DURHAM, Eunice, et al. *A aventura antropológica. Teoria e Pesquisa*. Organizadora: Cardoso, Ruth C L. 4ª edição, Paz e Terra. RJ, 1986;

CARVALHO, Rodrigo Janoni. *Vida e trabalho dos operários brasileiros na passagem do século XIX para o XX. Pergaminho*. Patos de Minas: UNIPAM (2):95-103, nov, 2011. Disponível em: [Vida e trabalho dos operários brasileiros na passagem do século XIX para o XX | Pergaminho \(unipam.edu.br\)](http://Pergaminho(unipam.edu.br)) Acesso em 01.11.2022

Conceito de geografia/história. *Conceito de centro histórico*. Disponível em: <https://conceito.de/centro-historico>. Acesso em 28.04.2023;

CORRÊA, Luiz. *Guia de Manaus. Roteiro histórico e sentimental da cidade do Rio Negro*. Arte nova ltda, Rio de Janeiro, 1969;

COSTA, Francisca. *Quando viver ameaça a ordem urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915)*. Universidade de São Paulo, SP, 1997;

CRAPANZANO, Vicent. *Diálogo*. Anuário Antropológico. Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6410/7625>. Brasília, acesso em 25.06.2021;

D'AGOSTINE, Figueredo; ABASCAL, Sguizzardi. *Patrimônio e identidade local. Vila ferroviária de Paranapiacaba: patrimônio, identidade e imagem como motores de desenvolvimento*. In: Paranoá. Cadernos de arquitetura e urbanismo. Elaine Ribeiro Peixoto (org.), número 13, UNB, 2014;

DAOU, Ana. *A belle époque amazônica*. 3ª ed. Jorge Zahar, RJ, 2004;

DIAS, Edinea. *A ilusão do fausto – Manaus 1890-1920*. Valer, Manaus, 2019;

FORTUNA, Carlos e LEITE Rogério. *Plural de cidades: novos léxicos urbanos. série cidades e arquitetura*. Edições Almedina, Coimbra, 2009;

FREIRE, José. *Manaós, Barés e Tarumãs. In: História em novos cenários - Amazônia em cadernos*, V. 2, números 2 e 3. Museu Amazônico. V.2 N.2 e 3. Geraldo Sá Peixoto Pinheiro (org). Manaus, 1993/1994;

FILHO, Victor. *A dinâmica recente da área central de Manaus. In: cidades brasileiras, territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Volume I. José Aldemir de Oliveira (organizador), Edua, Manaus, 2009;

GARCIA, Etelvina. *Manaus – Referências da história*. 3ª ed, Norma editora, Manaus, 2012;

GODOLPHIM, Nuno *A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185, jul./set. 1995. Disponível em:

<https://cafecomsociologia.com/wp-content/uploads/2022/12/fotografia-como-recurso-narrativo.pdf>. Acesso em: 25.06.2021;

Governo do estado de São Paulo. *Memorial da resistência de São Paulo. Vila operária Maria Zélia*. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/vila-operaria-maria-zelia/>. Acesso em 30.06.2023;

Governo do Amazonas. *Negritude e modernidade: a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro*. Editora Umberto Calderaro, Manaus, 1990;

GUERREIRO, Ana. *Vilas urbanas de Manaus – Habitação coletiva, herança cultural e lugares de memória (1900-1950)*. Manaus, 2019. Disponível em: <https://www.tede.ufam.edu.br/handle/tede/8549>. Acesso em maio, 2022;

JÚNIOR, Paulo. *Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara:1890 – 1917*. In: Revista de História Regional 10(2):87-108-, Inverno, 2005. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10851/pdf>. Acesso em 16.10.2023;

MAGNANI, José Guilherme. *Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade*. 3ª edição, Hucitec, Unesp, SP, 2003;

MELLO, Márcia. *O império comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia (1879-1989)*. Disponível em: https://www.academia.edu/4543993/O_Imp%C3%A9rio_comercial_de_J_G_Ara%C3%BAjo_e_seu_legado_para_amazonia. Acesso em 01.11.2022;

MELLO, Thiago. *Manaus – amor e memória*. 5ª edição, Valer, Manaus, 2020;

MESQUITA, Otoni. *A arquitetura eclética de Manaus*. In: *História em novos cenários - Amazonia em cadernos*. Geraldo Sá Peixoto Pinheiro (org). V. 2, números 2 e 3, Museu Amazônico. Universidade do Amazonas. Manaus, 1993/1994;

MESQUITA, Otoni. *Manaus – história e arquitetura 1669-1915*. 4ª ed. Valer, Manaus, 2019;

MENDES, Karla. *Amazonas. Borboleta, carro e bolo confeitado. Casas em formatos inusitados chamam atenção em Manaus*. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/02/20/borboleta-carro-e-bolo-confeitado-casas-em-formatos-inusitados-chamam-atencao-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 24.10.2023;

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Arquitetura - Tratado da evolução do prédio amazonense*. Editora do autor, Manaus, 2006.

MONTES, Maria Lúcia. Patrimônio intangível e manifestações religiosas na cultura popular. In: *Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades*. Sérgio Ivan Gil Braga (organizador), Edua, Manaus, 2007;

MORANGUEIRA, Vanderlice. *Vila Maria Zélia. Visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940)*. Universidade de São Paulo, SP, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10072007->

105811/publico/TESE_VANDERLICE_SOUZA_MORANGUEIRA.pdf. Acesso em 30.06.2023;

NORA, Pierre. *Entre memória e história - a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v.10, 1993, julho - dezembro, 1993. Tradução de Yara Aun Koury. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 21.06.2021;

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 – 1967. A cidade doce e dura em excesso*. Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2003;

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. 2ª edição, UNESP, São Paulo, 1988;

PÉRES, Jefferson. *Evocação de Manaus - como eu a vi ou sonhei*. 2ª ed, Valer, Manaus, 2002;

Prefeitura de Manaus. *350 anos de história, Manaus resgata sua identidade com revitalização do Centro*. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/centro-historico/manaus-resgata-identidade/>. acesso em 20.07.2023;

REIS. Arthur César. *História do Amazonas*. 3ª edição, Itatiaia, Manaus, 1988;

RUBINO, Silvana. *Nem findas nem lindas*. IN: Cultura e vida urbana. Ensaio sobre a cidade. (Rogério Proença Leite (org.), Editora-UFS, São Cristovão, 2008;

SALGADO, Roberta Camila. *Manaus: 1965 da floresta e das águas*. Edições governo do estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Cultura. Manaus, 2009.

SILVA, Luiz; Miranda, Cybelle. *Olhares sensíveis ao centro histórico de Belém. Vivências e temporalidades*. Naea editora, Pa, 2019;

SANTOS, Dhyene. *Trabalho e vida urbana em Manaus: motoristas e condutores de bondes, 1899-1930*. História e democracia. Unifesp, Guarulhos, 2018;

SIMSON, Olga. *Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento*. Disponível em: http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57/63. 05.11.2003. Acesso em: 01.01.2021;

SOUZA, Marcio. *A expressão amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo*. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1978;

SOUZA, Marcio. *História da Amazônia*. Editora Valer, Manaus, 2009;

TAVARES, Lúcia. *Memórias histórico culturais das vilas Baima, Dorinha e Jorgete*. Manaus, 2015

TIMM, Juliane. *Habitações operárias no Brasil. Arquitetura e urbanismo da habitação social na primeira metade do século XX*. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/126602/000972689.pdf;jsessionid=77E571A33972953A1883C125F52A0A2C?sequence=1>. Acesso em 01.11.2022;

UGARTE, Auxiliomar. *História - De cidade da Barra do Rio Negro à cidade de Manaus*. In: Manaus 350 anos de histórias e realizações. Prefeitura Municipal de Manaus. Manaus, 2019;

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. 3ª ed, Itatiaia, SP, 1988;

WEBER, Max. *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. V.2, Editora UNB, Brasília, 1999;

WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*. In: O fenômeno urbano. Otávio Guilherme Velho. 4ª edição. Zahar, Rio de Janeiro, 1979;

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000;

ZANIRATO, Silvia. *Usos sociais do patrimônio cultural e natural*. IN: Revista Patrimônio e Memória. V. 5, n.1, p. 137-152. UNESP – FCLAs – CEDAP, Assis – SP, 2009. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145/145>. Acesso em: 01.01.2021.

SITES CONSULTADOS

Amazonprev. Fundação do estado do Amazonas. *A instituição*. disponível em: <https://www.amazonprev.am.gov.br/a-instituicao/>. Acesso em 14.11.2023;

Diário Oficial do Município de Manaus. Caderno I - Poder Executivo. *Decreto N° 7176*, de 10 de fevereiro de 2004. Prefeitura Municipal de Manaus, Manaus, 2004. Disponível em: <http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2004/fevereiro/dom20040211cad1.pdf/view>. Acesso em 01.11.2023;

Diário Oficial do município de Manaus. Caderno 01. Poder Executivo. *Do Patrimônio Cultural. Artigo 342*. 18 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2005/janeiro/dom20051162cad1.pdf/view>. Acesso em 15.10.2023;

Enciclopédia Itaú cultural. Artes Visuais. *Vittorio Gobbis*. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21363/vittorio-gobbis>. Acesso em 01.11.2022;

Escritas.org. *Carlos Drumond de Andrade. Memória*. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/1779/memoria>. Acesso em 05.06.2023;

IPEA. Censo Demográfico 2010. IBGE. *Resultados Preliminares do Universo. Características dos domicílios particulares permanentes. Tipos de domicílios. Casa de vila ou condomínio*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/conceitos_e_definicoes_censo_2010.pdf. Rio de Janeiro, 2011. Acesso em 11.11.2023.

IPHAN. *Vila Ferroviária de Paranapiacaba*. (Santo André - SP). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/296>. Acesso em 29.06.2023;

IPHAN. *História - Vila Serra do Navio (AP)*. disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1212>. Acesso em 29.06.2023;

Jornal do Commercio. *Rua Lauro Cavalcante*. disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias/rua-lauro-cavalcante/>. Acesso em 19.07.2023;

Jornal do Commercio. *Notícias. História do Festival – Parte II*. Nonato Torres. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias/historia-do-festival-parte-ii/>. Acesso em 01.10.2023;

Laboratório virtual - FAU-ITEC-UFPA. *A Vila Mac Dowell da constructora de Antonio Lemos*. Disponível em: <https://fauufpa.org/2016/03/07/a-villa-mac-dowell-da-constructora-de-antonio-lemos/>. Acesso em 30.10.2023

Paneiro. *Manaus. As muitas cidades de Aldisio Filgueiras*. Disponível em: <https://paneiro.blogspot.com/2012/10/manaus-as-muitas-cidades-de-aldisio.html>. Acesso em 05.06.2023;

Supremo Tribunal Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 15.10.2023;

Universidade Federal da Paraíba. ABNT. *Norma brasileira. Informação e documentação. Citações em documentos - apresentação*. 2ª edição 19.07.2023 Disponível em: https://www.ccsa.ufpb.br/secretariado/contents/documentos/abnt-docs/2023_abnt-10520-citacoes.pdf. Acesso em 21.07.2023;

Youtube. Só filmes completos. *Sábado (Filme Completo, 1995)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IExot6Y3nrk>. Acesso em 01.11.2022;

APÊNDICE: As casas de vila do CHM em imagens - Iconografia 2023

No primeiro trabalho realizado sobre vilas, entre 2014/2015, foram identificadas por volta de trinta casas de vila, no CHM, naquele período também, foram realizadas diversas imagens de vilas no CHM para constar no texto daquele trabalho; ainda assim, todas as imagens inseridas foram consentidas por algum morador. Nesta dissertação, estão sendo utilizadas algumas daquelas imagens, com a devida data retroativa; todavia, entre o período de 2022 e 2023, foram efetuadas novas imagens, que compõem além do corpo do texto deste trabalho, o tópico denominado iconografia (2023). O uso das imagens das casas de vila, é um recurso principalmente devido os poucos registros desse tipo de moradia no centro histórico, bem como na cidade de Manaus. Assim, a fotografia tornou-se uma ferramenta metodológica, que veio somar à elaboração documental, facilitando a elaboração textual, funcionando também como recurso, para desvendar e revelar dados e informações referentes às moradias.

De acordo com o professor Otoni Mesquita, algumas casas localizadas no centro histórico de Manaus, são consideradas vilas, e citou o exemplo do *Residencial Maués*, que embora utilize o termo ‘residencial’, é uma vila. O Residencial está localizado na Ramos Ferreira, próximo à Vila Barroso, em frente ao Museu Amazônico. Segundo o professor Otoni, existem casas de vilas, também, na rua Monsenhor Coutinho, inclusive o referido professor citou que uma delas está localizada por trás do Ideal Club, entre um hotel de luxo e uma funerária. A vila citada pelo professor, não tem a placa identificação convencional que a maioria das vilas usa, tendo em vista o tamanho do muro, alto e sem visualização interna, apenas parte da fachada e do telhado podem ser visualizados, no entanto, são quatro casas coloridas (duas delas aparenta ser de madeira), a casa de vila, consta aqui nesta dissertação, como Vila 528, não foi possível fazer fotografias.

O uso da antropologia visual nas pesquisas, com a realização de fotografia, no campo para fins de registro documental, contribuiu para identificar e registrar as casas de vilas, tanto no bairro Centro, como no seu entorno. De acordo com Godolphim (1995) a “Fotografia, como instrumento de pesquisa, isto é, de produção de conhecimento etnográfico [...] é tomada como mais uma técnica de documentação, junto com caderno de campo e o gravador, que se usa para registrar seus dados”. (Godolphim, 1995, p.129). As próximas imagens, são parte deste trabalho, para ilustrar a pesquisa e destacar placas, fachadas e algumas casas de vilas, do CHM, a organização das fotografias, está por ordem alfabética.



Figura 16 - Villa Augusta, fotografia feita pela autora, setembro de 2023, no Bairro do Céu/Beco Casimiro, localizado no Centro Histórico de Manaus. A villa Augusta é uma das dez edificações localizadas no CHM, protegidas pelo decreto municipal N° 7176/2004.



Figura 17 - Casa localizada na Vila Betel (nome na placa amarela, na grade), com entrada pela rua Major Gabriel e uma das saídas pela avenida Sete de Setembro, passando pelo Prosamim, fotografia feita pela autora, em outubro de 2023.



Figura 18 - Vila Bitar. A vila está localizada no centro histórico, com a entrada pela rua Igarapé de Manaus, próximo à vila Lucy. Fotografia feita pela autora em setembro de 2023.



Figura 19 - Desenho em forma de amarelinha. na entrada da vila do Chaves, na rua Luiz Antony. Fotografia realizada em setembro de 2023, pela autora.



Figura 20 - Vista da vila Dorinha. Fotografia feita pela autora, em 2014.



Figura 21 - Vila Elvira. Localizada na rua Ramos Ferreira. Fotografia da autora, março de 2023.



Figura 22 - Vila Ercília. A casa de vila está localizada na avenida Joaquim Nabuco, ao lado da casa de pedra, conhecida popularmente como casa do bolo confeitado.¹. A vila está relacionada no decreto municipal N° 7176/2004, como edificação de segundo grau. Fotografia feita pela autora, em junho de 2023



Figura 23 – Entrada da Vila Jandira, na rua Major Gabriel, próximo à vila Betel, quase em frente à vila São José. Fotografia feita pela autora em outubro de 2023.



Figura 24 - A Vila Lucy está localizada na rua Igarapé de Manaus e consta como edificação de segundo grau, no decreto N° 7176/2004. Fotografia feita pela autora, em setembro de 2023.

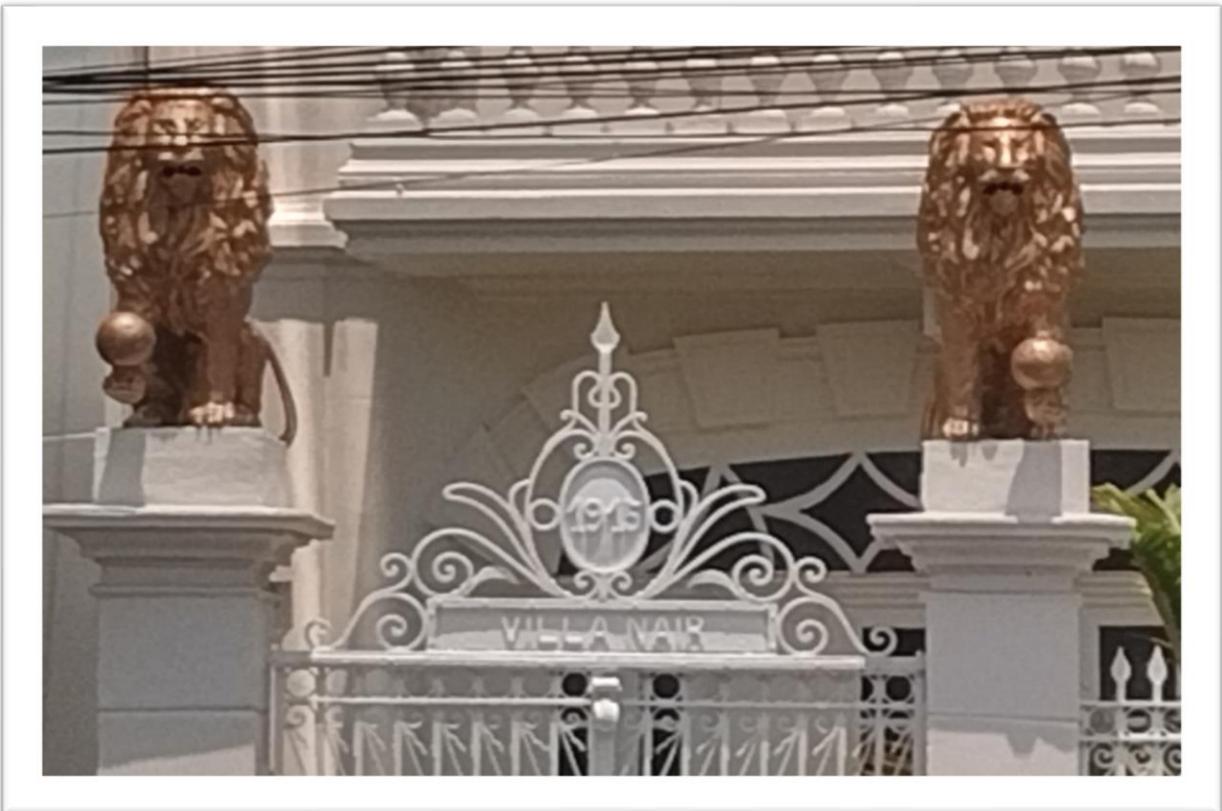


Figura 25 - Portão de entrada da antiga villa Nair, anexo do hospital Samel, na avenida Joaquim Nabuco. A vila consta como edificação de primeiro grau, no decreto N° 7176/2004. Fotografia feita pela autora, em junho de 2023.



Figura 26 – a vila Portela está localizada na rua Visconde de P. Alegre e consta como edificação de segundo grau, no decreto N° 7176/2004. Fotografia feita pela autora em 2014.



Figura 27 - Residencial Maués. Residencial localizado na rua Ramos Ferreira, em frente ao Museu Amazônico, Fotografia feita pela autora em junho de 2023



Figura 28 - Vila Simões. A vila está localizada na avenida Leonardo Malcher. Fotografia da autora, 2014

ALGUMAS DAS PLACAS – VILAS CHM



Figura 29 - Beco Major Gabriel



Figura 30 - Vila Santo Antonio



Figura 31 - Vila São José

As três imagens de placas de casas de vila, foram realizadas pela autora, na rua Major Gabriel, em dia de reconhecimento às casas daquela rua, no mês de outubro de 2023.

ANEXOS

Anexo 1 – Artigo 342 – Do tombamento do Centro Histórico de Manaus.

§ 2º Entende-se por estrutura simplificada a composta por biblioteca, sala de áudio-vídeo, espaços livres para criação, atividades culturais e eventos sociais e familiares.

SUBSEÇÃO II Do Patrimônio Cultural

Art. 338. Constituem o patrimônio cultural do Município os bens tangíveis e de natureza imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.

§ 1º - Integram o patrimônio cultural do Município:

I - as diversas formas de expressões culturais dos grupos constitutivos da sociedade;

II - os modos de criar, fazer e viver dessa mesma sociedade;

III - o ambiente na sua composição de homem, flora e fauna;

IV - as criações científicas, tecnológicas e artísticas;

V - as obras e objetos de arte ou de valor histórico, bibliotecas e arquivos, edificações e monumentos, de propriedade do Município ou de particulares, a partir do respectivo tombamento;

VI - conjuntos urbanos, sítios ou lugares de valor histórico, paisagístico, cultural, arqueológico, arquitetônico ou científico;

VII - outros que vierem a ser tombados, adequados ou doados ao Município.

§ 2º Observar-se-á, no que tange à proteção do patrimônio cultural do Município, o disposto na Lei nº 2.044, de 18 de outubro de 1989.

§ 3º A incorporação de bens à condição de patrimônio cultural se fará por tombamento, que poderá ser feito individualmente, em conjunto ou parcialmente pelo Poder Executivo, com inscrições em livro próprio, ato que deverá ser dado a público.

Art. 339. A partir da publicação do ato de tombamento no Diário Oficial do Município e da inscrição do fato no Registro Geral de Imóveis, o imóvel gozará da redução de até 70% (setenta por cento) do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, enquanto conservado adequadamente pelo proprietário ou ocupante.

§ 1º A partir da data de promulgação desta Lei, os imóveis localizados no Sítio Histórico, devidamente conservados, recuperados e restaurados na forma original, gozarão de desconto anual de setenta por cento (70%) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

§ 2º Os imóveis localizados no mesmo Sítio, que não preencham as exigências deste artigo, serão agravados progressivamente, por ano, pelo percentual de 70% (setenta por cento) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Art. 340. O Município protegerá, com a colaboração da comunidade, o patrimônio cultural por meio de registro, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, reprimirá ações danosas ou atentatórias à sua integralidade ou caracterização.

Art. 341. Aquele que puser em risco, danificar ou descaracterizar um bem tombado ou um patrimônio público municipal de qualquer natureza, sendo ele pessoa física ou jurídica se sujeitará ao pagamento de multa, cujo valor poderá variar de 10 (dez) a 100.000 (cem mil) UFM's (Unidade Fiscal do Município), independentemente da obrigação de ressarcir o Município dos gastos despendidos para recuperação, ou efetuar-lhe às suas expensas, em prazo nunca superior a doze meses, determinado pelo Executivo, mediante processo administrativo.

Parágrafo único. A descaracterização dolosa de imóvel tombado ou qualquer patrimônio público municipal, caracterizará crime, na forma da legislação específica. Sendo um patrimônio tombado, implicará a sua desapropriação.

Art. 342. Fica tombado, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, a partir da data da promulgação desta Lei, o centro antigo da cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant.

§ 1º Incluem-se, no trecho tombado, os igarapés e a orla fluvial, que deverão ser recuperados com vistas a se transformarem em vias de respiração e circulação da cidade.

§ 2º Fica o Município incumbido de proceder às medidas relativas aos registros do tombamento, expedição de certidão, identificação e classificação dos imóveis e sítios, com vistas ao estabelecimento das providências de trato, acautelamento e proteção, a serem adotadas, visando a determinação do percentual de redução do imposto predial, conforme dispõe o artigo 339 desta Lei, bem como emissão de normas a serem observadas para os casos de reformas e edificações.

§ 3º O Porto de Manaus, como bem tombado pelo Patrimônio Municipal, não poderá sofrer alterações que modifiquem suas atuais características, principalmente no que tange a sua estrutura física e área construída, excetuando-se, apenas, o aparelhamento necessário ao exercício de suas funções precípua.

SUBSEÇÃO III Da Manutenção e Ampliação dos Acervos

Art. 343. O Executivo investirá com recursos do Fundo de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Município, de que trata o artigo 404, § 1º, desta Lei, na manutenção e conservação de acervos culturais e na ampliação desses, se exclusivamente de propriedade ou interesse público.

Art. 344. O Município garantirá assistência e orientação técnica nas áreas de biblioteconomia, arquivo, museologia, microfilmagem, recuperação de objetos de arte, recuperação de telas, papel e outros.

Art. 345. São integrantes do patrimônio cultural de Manaus e, portanto, mercedores de todo o zelo e atenção do Município, os acervos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Academia Amazonense de Letras, Museu do Índio, Museu Tiradentes, Museu do Porto de Manaus, Museu do Homem do Norte, Clube da Madrugada, União Brasileira de Escultores do Amazonas, Academia Amazonense de Letras Jurídicas, Associação Amazonense dos Artistas Plásticos e Movimento Alma Negra.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do *caput* deste artigo, anualmente, no Orçamento, serão previstos recursos que possibilitem convênios de apoio e cooperação operacional, destinados à manutenção das referidas entidades e efetivação de eventos públicos por elas promovidos.

SEÇÃO II Da Educação

Art. 346. A educação, a cargo do Município, será promovida e estimulada com a participação e colaboração da comunidade local, fundada na reflexão da realidade, tendo por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, observados, além do estabelecido na Constituição da República e na Constituição do Estado, os seguintes princípios:

I - implantação de programas de capacitação e aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico-administrativo, ficando assegurado, para atendimento dessa finalidade, o afastamento temporário do funcionário de suas atividades, sem perda salarial;

II - implantação progressiva do turno de oito horas diárias no ensino fundamental, com preparação para o trabalho e na pré-escola

III - gratuidade do ensino;

IV - gestão democrática com eleições para os cargos de direção e deliberação dos estabelecimentos de

Anexo II – Decreto Nº 7.176/2004

(Destacando as dez casas de vilas relacionadas no decreto citado acima).

2

Diário Oficial do Município de Manaus

quarta-feira, 11 de fevereiro de 2004.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
TITULAR	SUPLENTE
Graciele Andrade de Oliveira	Leila Maia Castro dos Santos
Secretaria Municipal de Saúde	
TITULAR	SUPLENTE
Francineire Silva de Souza	Francisco Roberto Alves
Empresa Municipal de Transportes Urbanos	
TITULAR	SUPLENTE
Ariene Menezes da Silva	Maria do Perpétuo Socorro S. Gonçalves
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	
TITULAR	SUPLENTE
Martiana de Oliveira Lima	Artur Madeira Teixeira
Empresa Municipal de Urbanização	
TITULAR	SUPLENTE
Maria Auxiliadora Dias Carvalho	Claudemir José Andrade
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania	
TITULAR	SUPLENTE
Iris Paula da Silva	Ana Lucia Raman Neves da Costa
Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda	
TITULAR	SUPLENTE
Cassandra Serejo Cabral dos Anjos	Silmara Bentes da Silva

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Grupo Idosos Fubaterais do Amazonas	
TITULAR	SUPLENTE
Constantino Campelo de Souza	Maria José Brasil
Associação Idosos da Glória	
TITULAR	SUPLENTE
Maria do Perpétuo Socorro de S. Viana	José Filho
Associação de Matriciada e Estudos Gerontológicos do Amazonas	
TITULAR	SUPLENTE
Enaida Silva Miranda Braga	Priscila Trapp Abbea Riether
Associação Idosos do Coroadó	
TITULAR	SUPLENTE
Raimundo Norato da Silva Carmin	Luz Patrana de Oliveira
Clube de Mães de Japitilândia	
TITULAR	SUPLENTE
Patrícia dos Santos Neves	Eulália de Souza Mota
Sociedade São Vicente de Paula	
TITULAR	SUPLENTE
Maria Nádri C. Mendonça	Fiora Pass de Souza
Associação dos Idosos do Santo Antônio	
TITULAR	SUPLENTE
Maria Saturnino de Oliveira Maricaua	Maria Raquel Fonseca Lopes

DECRETO N.º 7176, DE 10 FEVEREIRO DE 2004

ESTABELECE o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no exercício da competência que lhe conferem os artigos 80, inciso IV, e artigo 128, inciso I da lei orgânica do município de Manaus,

CONSIDERANDO que o desenvolvimento urbano e ambiental de Manaus tem como premissa o cumprimento das funções sociais, na garantia da valorização cultural da cidade e de seus costumes e tradições;

CONSIDERANDO que a implementação das diretrizes para a proteção dos bens que integram o Patrimônio Cultural de Manaus, passam pela utilização de instrumentos de intervenção que incentivem a conservação dos bens de interesse histórico e cultural.

CONSIDERANDO o compromisso da administração pública em promover e incentivar a preservação, recuperação e revitalização das construções de relevante interesse, como forma de proteção do

patrimônio histórico, artístico e turístico da cidade de Manaus;

CONSIDERANDO que as edificações do Centro Antigo, especialmente no Sítio Histórico, vêm sistematicamente sofrendo degradações diversas, destruindo as relações culturais e históricas entre a cidade e o homem;

CONSIDERANDO, por fim, pela subordinação do interesse particular frente ao interesse difuso, que as intervenções em determinadas unidades localizadas no Centro Antigo estão sujeitas à tutela e à apreciação da Municipalidade,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica estabelecido o Setor Especial das Unidades de Interesses de Preservação (SEUIP), em área tombada, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, de acordo com o art. 342 da Lei Orgânica do Município, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado ao Oeste, pelo Igarapé de São Raimundo e, ao Leste, pelo Igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant.

§ 1º - O Setor Especial está localizado na Unidade de Estruturação Urbana Centro Antigo, abrangendo o segmento Setor Sítio Histórico, conforme art. 235, §2º da Lei Orgânica do Município, de usos e atividades condicionados à presença de bens tombados e de ocupação horizontal de alta densidade.

§ 2º - O SEUIP, com base na estratégia de uso e ocupação do solo, disposto no Art. 42 da Lei nº 672/02, está enquadrado no conjunto de Unidades de Preservação do Ambiente Cultural, com diversidade de usos e atividades, condicionados à preservação do patrimônio histórico-cultural, admitindo-se a presença do uso residencial.

Art. 2º - O Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação está constituído pelo conjunto de bens imóveis de valor significativo que, de alguma forma, possam concorrer significativamente para marcar as tradições e a memória da cidade.

Parágrafo Único - Incluem neste Setor, como valor significativo:

- I - as paisagens;
- II - os sítios históricos;
- III - os conjuntos arquitetônicos;
- IV - as edificações de interesse cultural;
- V - demais unidades e equipamentos estabelecidos por órgão competente do Município.

Art. 3º - Cada unidade de interesse de preservação merecerá tratamento específico visando adequá-la à vizinhança mais imediata e, sempre que possível, integrá-la no contexto da cidade.

CAPÍTULO II DAS UNIDADES DE PRESERVAÇÃO

Art. 4º - As Unidades de Interesse de Preservação classificam-se:

- I - 1º Grau;
- II - 2º Grau;
- III - Orla Portuária;
- IV - Praças Históricas.

Art. 5º - As edificações classificadas como Unidades de Preservação de 1º Grau deverão conservar suas características originais, no respeito às suas fachadas, mantendo a mesma volumetria da edificação e a mesma taxa de ocupação do terreno, não podendo sofrer qualquer modificação física externa.

Anexo II - (continuação) - Destaque para as vilas Nair e Jorgete, linhas 142 e 162, respectivamente.

124. Prédio Residencial	Av. Joaquim Nabuco n° 409.		
125. Prédio Desocupado	Av. Joaquim Nabuco n° 472/480 (unificada)		
126. Prédio Residencial	Av. Joaquim Nabuco n° 564.		
127. Buloiete	Av. Joaquim Nabuco n° 628.		
128. Sociedade Beneficente Popular do Amazonas	Av. Joaquim Nabuco n° 745.		
129. Conj. de Prédios - Residencial/Comercial	Av. Joaquim Nabuco n° 765.		
130. Conj. de Prédios - Residencial/Comercial	Av. Joaquim Nabuco n° 773.		
131. Prédio Residencial	Av. Joaquim Nabuco n° 846.		
132. Prédio Institucional	Av. Joaquim Nabuco n° 878.		
133. Prédio Institucional	Av. Joaquim Nabuco n° 919.		
134. Prédio Residencial	Av. Joaquim Nabuco n° 989.		
135. C. de Estudos do Comportamento Humano	Av. Joaquim Nabuco n° 1023.		
136. Conservatório de Música	Av. Joaquim Nabuco n° 1049.		
137. Colégio Santa Dorotéia	Av. Joaquim Nabuco n° 1097.		
138. Escola de 1º Grau Barão do Rio Branco	Av. Joaquim Nabuco n° 1152.		
139. Tribunal de Contas	Av. Joaquim Nabuco n° 1193.		
140. Sociedade Portuguesa Beneficente	Av. Joaquim Nabuco n° 1329.		
141. Prédio Institucional - (Samaré)	Av. Joaquim Nabuco n° 1755.		
142. Anexo Pronto Socorro - Antiga Vila Nair	Av. Joaquim Nabuco n° 1771.		
143. Prédio Institucional - (Pronto Socorro)	Av. Joaquim Nabuco n° 1779.		
144. Prédio Comercial	Av. Joaquim Nabuco n° 2092.		
145. Prédio Comercial	Av. Joaquim Nabuco n° 2.598.		
146. Prédio Comercial	Av. Joaquim Sarmento n° 188/190 eq. Saldanha Marinho, n° 387		
147. Prédios - Serviços	Av. Joaquim Sarmento n° 205/279/291/305/24 de Maio n° 152.		
148. Colégio Militar de Manaus	Rua José Clemente n° 157.		
149. Conj. de Prédios - Residencial Comercial	Rua José Clemente n° 280.		
150. Conj. de Prédios - Residencial Comercial	Rua José Clemente n° 284.		
151. Conj. de Prédios - Residencial Comercial	Rua José Clemente n° 290.		
152. Conj. de Prédios - Residencial Comercial	Rua José Clemente n° 300.		
153. Prédio Institucional - (SUCAM)	Rua José Clemente n° 322.		
154. Federação Espirita do Amazonas	Rua José Clemente n° 410.		
155. Prédio - Serviços	Rua José Paranaíba n° 405.		
156. Hotel Lúbia	Rua José Paranaíba n° 430.		
157. Arrigo Grupo Escolar José Paranaíba	Rua José Paranaíba n° 574.		
158. Igreja da Matriz s/n°	Rua Largo da Matriz s/n°		
159. Prédio Residencial	Rua Lauro Cavalcante n° 44.		
160. Conj. de Prédios Residencial	Rua Lauro Cavalcante n° 52/70.		
161. Conj. de Prédios Residencial	Rua Lauro Cavalcante n° 61/65/69/73.		
162. Conj. de 20 Casas - (Vila Georgete)	Rua Lauro Cavalcante n° 73.		
163. Conj. de Prédio Residencial	Rua Lauro Cavalcante n° 98/108/112/104.		
164. Prédio Institucional - (Imprensa Oficial)	Rua Leopoldo Malcher n° 1189.		
165. Prédio Residencial - Casa Gordine	Rua Leopoldo Neves n° 333.		
166. Prédio Residencial	Rua Liovegildo Coelho n° 390 c/ Quint. Bocaiuva.		
167. Conj. de Prédios Institucional	Rua Lima Bacuri, n° 247.		
168. Conj. de Prédios Institucional	Rua Lima Bacuri, n° 255.		
169. Prédio Comercial	Rua Lobo D'Almeida n° 68/72 c/ R.H.Martins.		
170. Conj. de Prédios Residencial	Rua Lobo D'Almeida n° 469/463 457/451.		
171. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	Rua Lutz Antony n° 115.		
172. Prédio de Serviço - Pensão	Rua Lutz Antony n° 127.		
173. Prédio Residencial	Rua Lutz Antony n° 137.		
174. Prédio Residencial	Rua Lutz Antony n° 139.		
175. Sindicato dos Empregados no Comércio de Manaus	Rua Lutz Antony n° 307.		
176. Prédio Comercial	Rua Lutz Antony n° 357 c/R. A.Amorim n° 518.		
177. Conj. de Prédios Residencial	Rua Lutz Antony n° 491.		
178. Conj. de Prédios Residencial	Rua Lutz Antony n° 497.		
179. Conj. de Prédios Residencial	Rua Lutz Antony n° 503.		
180. Conj. de Prédios Residencial	Rua Lutz Antony n° 511.		
181. Prédio - Serviços (Comitê do PMDB)	Rua Lutz Antony n° 700.		
182. Depósito Central de Ferragens	Rua Marcílio Dias n° 65/65 eq. Theodorito Souto, n° 153/147.		
183. Prédio Comercial	Rua Marcílio Dias n° 123/131.		
184. Prédio Comercial	Rua Marcílio Dias n° 148.		
185. Prédio - Serviços (Banco Samaritã)	Rua Marcílio Dias n° 196 eq. Rua Quirino Bocaiuva.		
186. Casa do Trabalhador	Rua Marcílio Dias n° 256.		
187. Prédio Comercial - Loja CIEX	Rua Marcílio Dias n° 66/70 c/ Theodorito Souto, 173/181/193.		
188. Prédio - Serviços - Escritório J. G. Araújo	Rua Marechal Deodoro 170/156.		
189. Prédio Comercial - Serviços BMC	Rua Marechal Deodoro n° 215/213.		
190. Prédio Comercial	Rua Marechal Deodoro n° 14 c/M Sta.Cruz n° 49.		
191. Prédio Comercial Central de Ferragens	Rua Marechal Deodoro n° 92 c/T. Souto, n° 58.		
192. Prédio Comercial - Central de Ferragens	Rua Marechal Deodoro n° 116 c/T. Souto, n° 63.		
193. Comércio e Felégratos	Rua Marechal Deodoro n° 117.		
194. Prédio Comercial	Rua Marechal Deodoro n° 175.		
195. Prédio Comercial	Rua Marechal Deodoro n° 189-A.		
196. Prédio Comercial - Drogarias Rosas	Rua Marechal Deodoro n° 247.		
197. Prédio Comercial	Rua Marechal Deodoro n° 266/ R. Q Bocaiuva n° 59.		
198. Prédio - Serviços (BANERJ)	Rua Marechal Deodoro n° 271.		
199. Prédio - Serviços (Banco Safra)	Rua Marechal Deodoro n° 290.		
200. Prédio Institucional - (Matriz)	Rua Marquês de Sta. Cruz s/n°.		
201. Prédio Institucional - (Alfândega)	Rua Marquês de Sta. Cruz s/n° Porto.		
202. Prédio Desocupado - (Antiga COSAMA)	Rua Miranda Leão n° 42.		
203. Conj. De Prédios Comercial/Residencial	Rua Miranda Leão n° 98.		
204. Conj. De Prédios Comercial/Residencial	Rua Miranda Leão n° 106.		
205. Conj. De Prédios Comercial/Residencial	Rua Miranda Leão n° 112.		
206. Conj. De Prédios Comercial/Residencial	Rua Miranda Leão n° 118.		
207. Prédio Comercial/Serviços	Rua Miranda Leão n° 133 c/Rua R. Santos n° 151.		
208. Prédio Comercial/Serviços	Rua Miranda Leão n° 156/154 c/R Santos n° 80/92.		
209. Colégio Estadual Augusto Carneiro dos Santos	Rua Miranda Leão n° 167.		
210. Depósito J. Soares Ferragens	Rua Miranda Leão n° 172/176.		
211. Prédio Comercial (Eletroferro)	Rua Miranda Leão n° 216 e 208.		
212. Prédio Comercial/Serviços	Rua Miranda Leão n° 398 eq. Joaquim Nabuco, n° 166/154.		
213. Prédio Institucional (Igreja Nossa Senhora dos Remédios)	Rua Miranda Leão s/n° Praça dos Remédios.		
214. Luso Sporting Clube	Rua Monsenhor Coutinho c/Rua Portugal, s/n°		
215. Colégio Beneditinos I	Rua Monsenhor Coutinho n° 54/64.		
216. Prédio Residencial	Rua Monsenhor Coutinho n° 234.		
217. Prédio Residencial	Rua Monsenhor Coutinho n° 297.		
218. Laboratório Reunidos	Rua Monsenhor Coutinho n° 490.		
219. Prédio Serviço - Funerária. Almir Neves	Rua Monsenhor Coutinho n° 510.		
220. Bar e Rest. Pinguim Academia de Ginástica	Rua Monsenhor Coutinho n° 529/537.		
221. Conj. de Prédios Residencial	Rua Monsenhor Coutinho n° 680.		
222. Conj. de Prédios Residencial	Rua Monsenhor Coutinho n° 688.		
223. Faculdade de Educação (FLUA)	Rua Monsenhor Coutinho n° 724.		
224. Prédio Residencial	Rua Monsenhor Coutinho n° 624.		
225. Prédio Residencial	Rua Monsenhor Coutinho n° 892.		
226. Tribunal de Contas	Pç. Ovalado Cruz n° 11.		
227. Prédio Institucional - (ELETRONDITE)	Pç. Ovalado Cruz n° 39.		
228. Prédio Institucional - Secretaria da Fazenda	Pç. Ovalado Cruz n° 44.		
229. Antigo Tribunal de Contas do Estado	Pç. Ovalado Cruz s/n°. entre o n° 11 e 39.		
230. Conjunto de Prédios Residencial	Pas. Passagem Cabral, n° (Fundos).		
231. Conj. de Prédios Residencial	Rua Pedro Botelho, n° 130.		
232. Conj. de Prédios Residencial	Rua Pedro Botelho, n° 140.		
233. Conj. de Prédios Residencial	Rua Pedro Botelho, n° 146.		
234. Conj. de Prédios Residencial	Rua Pedro Botelho, n° 152.		
235. Conj. de Prédios Residencial	Rua Pedro Botelho, n° 156.		
236. Conj. de Prédios Residencial	Rua Pedro Botelho, n° 156/140/146/152/162.		
237. Casa de André de Araup	Rua Portugal, n° 138.		
238. Casa do Estudante de Roraima	Rua Portugal, n° 64.		
239. Prédio Comercial/Serviços	Rua Portugal, n° 84 c/ R.M. Coutinho, n° 758/762.		
240. Associação dos Advogados	Rua Quirino Bocaiuva, n° 462.		
241. Prédio Comercial	Pç. Quirino n° 173/175 c/Vac. de Mauá, n° 361.		
242. Prédio/Serviços - Boite Vagalume	Pç. Quirino, n° 135.		
243. Prédio Desocupado	Pç. Quirino, n° 139.		
244. Prédios /Serviços - Resseguros - IRE	Pç. Quirino, n° 177 eq. 7 de Setembro, n° 444.		
245. Instituto de Educação do Amazonas - IEA	Rua Ramos Ferreira s/n°		
246. Academia Amazonense de Letras	Rua Ramos Ferreira, n° 1.009.		
247. Prédio Institucional - Casa da Criança	Rua Ramos Ferreira, n° 1.345.		
248. Colégio Instituto Benjamin Constant	Rua Ramos Ferreira, n° 991.		
249. Prédio Comercial/Serviços	Rua Ruy Barbosa, n° 177.		
250. Prédio Comercial/Serviços	Rua Ruy Barbosa n° 183.		
251. Grupo Escolar Saldanha Marinho	Rua Saldanha Marinho s/n°/ Costa Azevedo.		
252. Prédio Comercial	Rua Saldanha Marinho n° 443/ 445 c/ Av. Eduardo Ribeiro n° 509/519/523.		
253. Prédio Residencial - Casas dos Leões	Rua Saldanha Marinho n° 633.		

Anexo II (continuação) - Destaque para as vilas Ninita e Rezende, linhas 259 e 316, respectivamente.

254.	Prédio Residencial	Rua	Saldanha Maranhão n° 737.	323.	Rua.	Alexandre Amorim n° 271.
255.	Prédio Residencial	Rua	Saldanha Maranhão n° 742.	324.	Rua.	Alexandre Amorim n° 330.
256.	Prédio Residencial - Casa Borboleta	Bc	São Lázaro n° 58.	325.	Rua.	Alexandre Amorim n° 380.
257.	Prédio Residencial - Castelinho	Rua	São Luz, n° 101.	326.	Rua.	Alexandre Amorim n° 449.
258.	Teatro Amazonas	Pç.	São Sebastião c/ Av. Ed. Ribeiro, n° 836.	327.	Rua.	Alexandre Amorim n° 457.
259.	Prédio Institucional - (Vila Ninita)	Av.	Sete de Setembro ao lado Palácio R. Negro.	328.	Rua.	Alexandre Amorim n° 460.
260.	Prédio Residencial	Av.	Sete de Setembro n° 182.	329.	Rua.	Alexandre Amorim n° 468.
261.	Prédio Residencial	Av.	Sete de Setembro n° 188.	330.		
262.	Prédio Residencial	Av.	Sete de Setembro n° 200.	331.	Rua.	Alexandre Amorim n° 486.
263.	Prédio Comercial/ Serviços/Residencial	Av.	Sete de Setembro n° 344 c/ R. Governador Vítorio, n° 1.50/152/164.	332.	Rua.	Alexandre Amorim n° 493.
264.	Prédio Comercial/Serviços	Av.	Sete de Setembro n° 392.	333.	Rua.	Alexandre Amorim n° 521.A.
265.	Prédio Serviços - Câmara Municipal	Av.	Sete de Setembro n° 384.	334.	Rua.	Alexandre Amorim n° 521.B.
266.	Prédio/Serviços (BASA)	Av.	Sete de Setembro n° 397.	335.	Rua.	Alexandre Amorim n° 521.C.
267.	Prédio Comercial	Av.	Sete de Setembro n° 400.	336.	Rua.	Alexandre Amorim n° 522.
268.	Prédio/Serviços - (Palace Hotel)	Av.	Sete de Setembro n° 500/591/601/603/58.	337.	Rua.	Alexandre Amorim n° 534.
269.	Prédio Comercial	Av.	Sete de Setembro n° 617R. Lobo D'Almada.	338.	Rua.	Alexandre Amorim n° 540.
270.	Prédio Comercial	Av.	Sete de Setembro n° 687 c/ R. Joaquim Sarmento, n° 19/23.	339.	Rua.	Alexandre Amorim n° 552.
271.	Antigo Grande Hotel	Av.	Sete de Setembro n° 826/832.	340.	Rua.	Alexandre Amorim n° 558.
272.	Museu do Homem do Norte	Av.	Sete de Setembro n° 1.385.	341.	Rua.	Alexandre Amorim n° 581.
273.	Cj. de Prédios Residencial/Serviços	Av.	Sete de Setembro n° 1.482.	342.	Rua.	Alexandre Amorim n° 582.
274.	Cj. de Prédios Residencial/Serviços	Av.	Sete de Setembro n° 1.472.	343.	Rua.	Alexandre Amorim n° 584.
275.	Cj. de Prédios Residencial/Serviços	Av.	Sete de Setembro n° 1.448.	344.	Rua.	Alexandre Amorim n° 592.
276.	Palácio Rio Negro	Av.	Sete de Setembro n° 1.546.	345.	Rua.	Alexandre Amorim s/n°.
277.	Centro de Estudos Bíblicos	Av.	Sete de Setembro n° 1.801.	346.	Rua.	Alexandre Amorim s/n°.
278.	Prédio Institucional (C. D. C.)	Av.	Sete de Setembro n° 1.806.	347.	Rua.	Alexandre Amorim s/n°.
279.	Cj. de Prédios Residencial/Comercial	Av.	Sete de Setembro n° 1.945/Viãc. de Porto Alegre, n° 211 e 217.	348.	Rua.	Bandeira Branca n° 80.
280.	Centro Educacional Santa Teresinha	Av.	Sete de Setembro n° 2.107.	349.	Rua.	Bandeira Branca n° 86.
281.	Antigo Politéama - Banco Auxiliar	Av.	Sete de Setembro s/n° c/ Av. G. Vargas, n° 80.	350.	Rua.	Bandeira Branca n° 92.
282.	Ponte Benjamin Constant	Av.	Sete de Setembro s/n°.	351.	Rua.	Barão de São Domingos n° 32.
283.	Prédio Institucional - Penitenciária Central	Av.	Sete de Setembro s/n°.	352.	Rua.	Barão de São Domingos n° 46.
284.	Assembleia Legislativa - Palácio Rio Branco	Av.	Sete de Setembro s/n°.	353.	Rua.	Barão de São Domingos n° 60/60A.
285.	Colégio Amazonense D. Pedro II	Av.	Sete de Setembro s/n°.	354.	Rua.	Barão de São Domingos n° 61.
286.	Ponte Romana I	Av.	Sete de Setembro s/n°.	355.	Rua.	Barão de São Domingos n° 71/69.
287.	Ponte Romana II	Av.	Sete de Setembro s/n°.	356.	Rua.	Barroco n° 86 eqs. Henrique Martins, n° 333.
288.	Antiga Fábrica de Sabão	Rua	Silva Ramos, n° 905.	357.	Rua.	Barroco n° 110.
289.	Grupo Escolar Ribeiro Cunha	Rua	Silva Ramos, s/n° eq. c/ Av. Yacumã.	358.	Rua.	Barroco n° 120.
290.	2ª Igreja Batista	Rua	Simão Bolívar, n° 203/191.	359.	Rua.	Barroco n° 130/134.
291.	Depósito de Materiais da FUA	Rua	Simão Bolívar, n° 215.	360.	Rua.	Barroco n° 136/142.
292.	Prédio Institucional (SESEG)	Rua	Simão Bolívar, n° 248 eq. Rua Faneira Paris.	361.	Rua.	Barroco n° 151.
293.	Prédio Comercial Portas Largas	Rua	Tabuleiro Lessa n° 62.	362.	Rua.	Barroco n° 156.
294.	Administração do Porto	Rua	Taquarilha, n° 25/47.	363.	Rua.	Barroco n° 186 eq. Saldanha Maranhão, n° 578.
295.	EMANTUR	Av.	Tarumã, s/n°.	364.	Rua.	Barroco n° 226 eqs. Saldanha Maranhão, s/n°.
296.	Prédio Serviços - Banco Itaú	Rua	Theodoro Neto, n° 80/90.	365.	Rua.	Barroco n° 273.
297.	Corç. De Prédios Comercial/Serviços	Rua	Vinte Quatro de Maio, n° 177.	366.	Rua.	Barroco n° 279/279 - A.
298.	Prédio Residencial	Rua	Vinte Quatro de Maio, n° 415.	367.	Rua.	Barroco n° 293.
299.	Prédio Residencial	Rua	Vinte Quatro de Maio, n° 700.	368.	Rua.	Barroco n° 301.
300.	Igreja de São José Operário.	Rua	Vicconde de Porto Alegre s/n°.	369.	Rua.	Barroco n° 307.
301.	Antigo Estaleiro Plano Inclinado	Rua	Wilken de Matos, n° 72.	370.	Rua.	Barroco n° 308.

ANEXO II

LISTAGEM DAS UNIDADES DE PRESERVAÇÃO DO - 2º GRAU

Nº	Tipo	Localização
302.	Rua.	Ajunçaba n° 42.
303.	Rua.	Ajunçaba n° 154.
304.	Rua.	Ajunçaba n° 158.
305.	Rua.	Ajunçaba n° 162.
306.	Rua.	Ajunçaba n° 653/663.
307.	Rua.	Alexandre Amorim n° 134.
308.	Rua.	Alexandre Amorim n° 136.
309.	Rua.	Alexandre Amorim n° 141.
310.	Rua.	Alexandre Amorim n° 151.
311.	Rua.	Alexandre Amorim n° 163.
312.	Rua.	Alexandre Amorim n° 167.
313.	Rua.	Alexandre Amorim n° 176.
314.	Rua.	Alexandre Amorim n° 177.
315.	Rua.	Alexandre Amorim n° 186.
316.	Rua.	Alexandre Amorim n° 193 - Vila Rezende (16 casas)
317.	Rua.	Alexandre Amorim n° 201.
318.	Rua.	Alexandre Amorim n° 204.
319.	Rua.	Alexandre Amorim n° 208.
320.	Rua.	Alexandre Amorim n° 209.
321.	Rua.	Alexandre Amorim n° 225.
322.	Rua.	Alexandre Amorim n° 257.
371.	Rua.	Barroco n° 324 eq. Rua 24 de Maio.
372.	Rua.	Barroco n° 407.
373.	Rua.	Bernardo Ramos s/n°.
374.	Rua.	Bernardo Ramos n° 45.
375.	Rua.	Bernardo Ramos n° 57/61.
376.	Rua.	Bernardo Ramos n° 66.
377.	Rua.	Bernardo Ramos n° 78.
378.	Rua.	Bernardo Ramos n° 87.
379.	Rua.	Bernardo Ramos n° 89.
380.	Rua.	Bernardo Ramos n° 98.
381.	Rua.	Bernardo Ramos n° 101.
382.	Rua.	Bernardo Ramos n° 148.
383.	Rua.	Bernardo Ramos n° 160.
384.	Rua.	Bernardo Ramos n° 161.
385.	Rua.	Bernardo Ramos n° 167.
386.	Rua.	Bernardo Ramos n° 173/179/187.
387.	Rua.	Bernardo Ramos n° 193/195/199.
388.	Rua.	Bernardo Ramos n° 265.
389.	Rua.	Cândido Mariano n° 43.
390.	Rua.	Cândido Mariano n° 82.
391.	Rua.	Cândido Mariano n° 85.
392.	Rua.	Cândido Mariano n° 86.
393.	Rua.	Cândido Mariano n° 88.
394.	Rua.	Cândido Mariano n° 93.
395.	Rua.	Cândido Mariano n° 99.
396.	Rua.	Cândido Mariano n° 134.
397.	Rua.	Cândido Mariano n° 160.
398.	Rua.	Cândido Mariano n° 167.
399.	Rua.	Cândido Mariano n° 186.
400.	Rua.	Cândido Mariano n° 194.
401.	Rua.	Cândido Mariano n° 224.
402.	Rua.	Cândido Mariano n° 236.
403.	Rua.	Cândido Mariano n° 248.
404.	Rua.	Cândido Mariano s/n° - Hospital da Polícia Militar.
405.	Rua.	Cândido Mariano s/n°.
406.	Rua.	Carolina das Neves n° 82/86.
407.	Av.	Castelo Branco n° 247.
408.	Av.	Castelo Branco n° 272.
409.	Av.	Castelo Branco n° 493.
410.	Av.	Castelo Branco n° 497.
411.	Av.	Castelo Branco n° 413.
412.	Av.	Castelo Branco n° 419.
413.	Av.	Castelo Branco n° 429.
414.	Av.	Castelo Branco n° 444.
415.	Av.	Castelo Branco n° 505.
416.	Av.	Castelo Branco n° 555.
417.	Rua.	Cinco de Setembro n° 177.
418.	Rua.	Comend Salgado c/ Alexandre Amorim n° 54.
419.	Rua.	Comend Salgado n° 39.
420.	Rua.	Comend Salgado n° 47.
421.	Rua.	Comend Salgado n° 59.

Anexo II - (Continuação) - Destaque para Vila Lucy, na linha 812.

620. Av. Eduardo Ribeiro n° 187.	718. Rua. Frei José dos Inocentes n° 146.
621. Av. Eduardo Ribeiro n° 218.	720. Rua. Frei José dos Inocentes n° 150/152.
622. Av. Eduardo Ribeiro n° 245.	721. Rua. Frei José dos Inocentes n° 160.
623. Av. Eduardo Ribeiro n° 309.	722. Rua. Frei José dos Inocentes n° 185.
624. Av. Eduardo Ribeiro n° 395.	723. Rua. Frei José dos Inocentes n° 191.
625. Av. Eduardo Ribeiro n° 399.	724. Rua. Frei José dos Inocentes n° 201.
626. Av. Eduardo Ribeiro n° 445.	725. Rua. Frei José dos Inocentes n° 205.
627. Av. Eduardo Ribeiro n° 462.	726. Rua. Frei José dos Inocentes n° 213.
628. Av. Eduardo Ribeiro n° 466.	727. Rua. Frei José dos Inocentes n° 237.
629. Av. Eduardo Ribeiro n° 472.	728. Rua. Frei José dos Inocentes n° 241.
630. Av. Eduardo Ribeiro n° 474.	729. Rua. Frei José dos Inocentes n° 247.
631. Av. Eduardo Ribeiro n° 509.	730. Rua. Frei José dos Inocentes n° 251.
632. Av. Eduardo Ribeiro n° 519.	731. Rua. Frei José dos Inocentes n° 253/259.
633. Av. Eduardo Ribeiro n° 523.	732. Rua. Frei José dos Inocentes n° 261.
634. Av. Eduardo Ribeiro n° 549.	733. Rua. Frei José dos Inocentes n° 275.
635. Av. Eduardo Ribeiro n° 575.	734. Rua. Frei José dos Inocentes n° 281.
636. Av. Eduardo Ribeiro n° 583.	735. Rua. Frei José dos Inocentes n° 285.
637. Av. Eduardo Ribeiro n° 890.	736. Rua. Frei José dos Inocentes n° 289.
638. Av. Eduardo Ribeiro n° 896.	737. Rua. Frei José dos Inocentes n° 293.
639. Av. Eduardo Ribeiro s/n°.	738. Rua. Frei José dos Inocentes n° 301.
640. Rua. Emílio Moreira n° 161/190.	739. Rua. Frei José dos Inocentes n° 307.
641. Rua. Emílio Moreira n° 198.	740. Rua. Frei José dos Inocentes n° 403.
642. Rua. Emílio Moreira n° 207.	741. Rua. Frei José dos Inocentes n° 407.
643. Rua. Emílio Moreira n° 208.	742. Rua. Frei José dos Inocentes n° 413.
644. Rua. Emílio Moreira n° 222.	743. Rua. Frei José dos Inocentes n° 433.
645. Rua. Emílio Moreira n° 269.	744. Rua. Gabriel Salgado n° 25/31 eq. Visconde de Mauá
646. Rua. Emílio Moreira n° 283.	745. Av. Getúlio Vargas n° 161.
647. Rua. Emílio Moreira n° 285.	746. Av. Getúlio Vargas n° 193.
648. Rua. Emílio Moreira n° 340.	747. Av. Getúlio Vargas n° 245.
649. Rua. Emílio Moreira n° 342.	748. Av. Getúlio Vargas n° 251.
650. Rua. Emílio Moreira n° 487.	749. Av. Getúlio Vargas n° 257.
651. Rua. Emílio Moreira s/n° - Esc. Plácido Serrano	750. Av. Getúlio Vargas n° 263/265.
652. Rua. Emílio Moreira s/n° - Ruínas.	751. Av. Getúlio Vargas n° 269.
653. Av. Epaminondas n° 20.	752. Av. Getúlio Vargas n° 275.
654. Av. Epaminondas n° 24.	753. Av. Getúlio Vargas n° 649.
655. Av. Epaminondas n° 30.	754. Av. Getúlio Vargas n° 665.
656. Av. Epaminondas n° 38.	755. Av. Getúlio Vargas n° 667.
657. Av. Epaminondas n° 92 eq. 24 de Maio.	756. Av. Getúlio Vargas n° 677.
658. Av. Epaminondas n° 260.	757. Av. Getúlio Vargas n° 740.
659. Av. Epaminondas n° 264.	758. Av. Getúlio Vargas n° 817.
660. Av. Epaminondas n° 266.	759. Av. Getúlio Vargas n° 841.
661. Av. Epaminondas n° 270.	760. Av. Getúlio Vargas n° 879.
662. Av. Epaminondas n° 276.	761. Av. Getúlio Vargas n° 891.
663. Av. Epaminondas n° 290.	762. Av. Getúlio Vargas n° 900.
664. Av. Epaminondas n° 290-A.	763. Av. Getúlio Vargas n° 905.
665. Av. Epaminondas n° 296.	764. Av. Getúlio Vargas n° 908.
666. Av. Epaminondas n° 300.	765. Rua. Governador Vítorio n° 267.
667. Av. Epaminondas n° 302.	766. Rua. Governador Vítorio n° 271.
668. Av. Epaminondas n° 308.	767. Rua. Governador Vítorio n° 275.
669. Av. Epaminondas n° 408.	768. Rua. Governador Vítorio n° 279.
670. Av. Epaminondas n° 419.	769. Rua. Guilherme Moreira n° 53.
671. Av. Epaminondas n° 451.	770. Rua. Guilherme Moreira n° 59.
672. Av. Epaminondas n° 642/135 eq. Simão Bolívar.	771. Rua. Guilherme Moreira n° 67.
673. Av. Epaminondas n° 670.	772. Rua. Guilherme Moreira n° 132/134.
674. Av. Epaminondas n° 689.	773. Rua. Guilherme Moreira n° 335.
675. Av. Epaminondas n° 700.	774. Rua. Guilherme Moreira n° 337.
676. Av. Epaminondas n° 715.	775. Rua. Guilherme Moreira n° 351.
677. Av. Epaminondas n° 727/729.	776. Rua. Gustavo Sampaio n° 59.
678. Av. Epaminondas n° 739.	777. Rua. Gustavo Sampaio n° 115.
679. Av. Epaminondas n° 759.	778. Rua. Gustavo Sampaio n° 112.
680. Av. Epaminondas n° 765.	779. Rua. Gustavo Sampaio n° 113.
681. Av. Epaminondas n° 771.	780. Rua. Gustavo Sampaio n° 115.
682. Av. Epaminondas n° 773.	781. Rua. Henrique Antony n° 38.
683. Rua. Ferreira Pena n° 57.	782. Rua. Henrique Antony n° 56.
684. Rua. Ferreira Pena n° 71/91.	783. Rua. Henrique Antony n° 64/70.
685. Rua. Ferreira Pena n° 120.	784. Rua. Henrique Antony n° 118.
686. Rua. Ferreira Pena n° 126.	785. Rua. Henrique Martins n° 18.
687. Rua. Ferreira Pena n° 132.	786. Rua. Henrique Martins n° 22.
688. Rua. Ferreira Pena n° 136.	787. Rua. Henrique Martins n° 72.
689. Rua. Ferreira Pena n° 139.	788. Rua. Henrique Martins n° 86.
690. Rua. Ferreira Pena n° 142.	789. Rua. Henrique Martins n° 97/97-A.
691. Rua. Ferreira Pena n° 145.	790. Rua. Henrique Martins n° 107.
692. Rua. Ferreira Pena n° 160.	791. Rua. Henrique Martins n° 117 eq. com Joaquim Sarmento.
693. Rua. Ferreira Pena n° 170.	792. Rua. Henrique Martins n° 251.
694. Rua. Frei José dos Inocentes n° 31.	793. Rua. Henrique Martins n° 275.
695. Rua. Frei José dos Inocentes n° 37.	794. Rua. Henrique Martins n° 380.
696. Rua. Frei José dos Inocentes n° 45.	795. Rua. Henrique Martins n° 414/404.
697. Rua. Frei José dos Inocentes n° 50.	796. Rua. Henrique Martins n° 446.
698. Rua. Frei José dos Inocentes n° 56.	797. Rua. Henrique Martins n° 509.
699. Rua. Frei José dos Inocentes n° 62/62-A.	798. Rua. Hussacar de Figueiredo n° 1054.
700. Rua. Frei José dos Inocentes n° 68.	799. Rua. Hussacar de Figueiredo n° 1094.
701. Rua. Frei José dos Inocentes n° 72.	800. Rua. Hussacar de Figueiredo n° 1095.
702. Rua. Frei José dos Inocentes n° 78.	801. Rua. Hussacar de Figueiredo n° 1115.
703. Rua. Frei José dos Inocentes n° 79.	802. Rua. Hussacar de Figueiredo n° 1151.
704. Rua. Frei José dos Inocentes n° 82.	803. Rua. Hussacar de Figueiredo eq. c/ Joaquim Nabuco.
705. Rua. Frei José dos Inocentes n° 84.	804. Rua. Igarapé de Manaus n° 53.
706. Rua. Frei José dos Inocentes n° 85.	805. Rua. Igarapé de Manaus n° 53-B.
707. Rua. Frei José dos Inocentes n° 88.	806. Rua. Igarapé de Manaus n° 57.
708. Rua. Frei José dos Inocentes n° 91.	807. Rua. Igarapé de Manaus n° 63.
709. Rua. Frei José dos Inocentes n° 95.	808. Rua. Igarapé de Manaus n° 67.
710. Rua. Frei José dos Inocentes n° 96.	809. Rua. Igarapé de Manaus n° 77-A/77-B.
711. Rua. Frei José dos Inocentes n° 100.	810. Rua. Igarapé de Manaus n° 91.
712. Rua. Frei José dos Inocentes n° 108.	811. Rua. Igarapé de Manaus n° 137.
713. Rua. Frei José dos Inocentes n° 115.	812. Rua. Igarapé de Manaus n° 151 - Vila Lucy (5 casas).
714. Rua. Frei José dos Inocentes n° 119.	813. Rua. Igarapé de Manaus n° 211.
715. Rua. Frei José dos Inocentes n° 124.	814. Rua. Igarapé de Manaus n° 285.
716. Rua. Frei José dos Inocentes n° 125.	815. Rua. Igarapé de Manaus n° 337.
717. Rua. Frei José dos Inocentes n° 131.	816. Rua. Ipituma n° 351.
718. Rua. Frei José dos Inocentes n° 140.	817. Rua. Ipituma n° 351-A.

Anexo II – (Continuação) - Destaque para as vilas Ercília e Augusta, linhas 892 e 980, respectivamente.

818. Rua. Ipiruna n° 360.
819. Rua. Ipiruna n° 366.
820. Rua. Ipiruna n° 390.
821. Rua. Ipiruna n° 394.
822. Rua. Ipiruna n° 398.
823. Rua. Ipiruna s/n°.
824. Rua. Itamaracá n° 30 esq. Henrique Antony, n° 110.
825. Rua. Itamaracá n° 46/50/52/54/56/Frei José dos Inocentes, n°422/426/430/434/436.
826. Rua. Itamaracá n° 74/76/82/84/88/Frei J. dos Inocentes, n° 433.
827. Rua. Itamaracá n° 109.
828. Rua. Itamaracá n° 119.
829. Rua. Izabel n° 70.
830. Rua. Izabel n° 104/110/118.
831. Rua. Izabel n° 209/203 esq. José Paranaquá, n° 614.
832. Rua. Izabel n° 218/222/226.
833. Rua. Izabel n° 327.
834. Av. Joaquim Nabuco n° 26.
835. Av. Joaquim Nabuco n° 114.
836. Av. Joaquim Nabuco n° 166.
837. Av. Joaquim Nabuco n° 181.
838. Av. Joaquim Nabuco n° 205.
839. Av. Joaquim Nabuco n° 213.
840. Av. Joaquim Nabuco n° 224.
841. Av. Joaquim Nabuco n° 225.
842. Av. Joaquim Nabuco n° 228.
843. Av. Joaquim Nabuco n° 236.
844. Av. Joaquim Nabuco n° 259.
845. Av. Joaquim Nabuco n° 265.
846. Av. Joaquim Nabuco n° 277.
847. Av. Joaquim Nabuco n° 291.
848. Av. Joaquim Nabuco n° 342.
849. Av. Joaquim Nabuco n° 352.
850. Av. Joaquim Nabuco n° 403.
851. Av. Joaquim Nabuco n° 429.
852. Av. Joaquim Nabuco n° 430/434.
853. Av. Joaquim Nabuco n° 431.
854. Av. Joaquim Nabuco n° 435.
855. Av. Joaquim Nabuco n° 443.
856. Av. Joaquim Nabuco n° 486.
857. Av. Joaquim Nabuco n° 497 esq. José Paranaquá, n° 320.
858. Av. Joaquim Nabuco n° 508.
859. Av. Joaquim Nabuco n° 515.
860. Av. Joaquim Nabuco n° 516.
861. Av. Joaquim Nabuco n° 523.
862. Av. Joaquim Nabuco n° 554.
863. Av. Joaquim Nabuco n° 566.
864. Av. Joaquim Nabuco n° 572.
865. Av. Joaquim Nabuco n° 580.
866. Av. Joaquim Nabuco n° 586.
867. Av. Joaquim Nabuco n° 592.
868. Av. Joaquim Nabuco n° 600.
869. Av. Joaquim Nabuco n° 673.
870. Av. Joaquim Nabuco n° 681.
871. Av. Joaquim Nabuco n° 703.
872. Av. Joaquim Nabuco n° 706.
873. Av. Joaquim Nabuco n° 711.
874. Av. Joaquim Nabuco n° 713 esq. Lima Sacury, n° 86.
875. Av. Joaquim Nabuco n° 759.
876. Av. Joaquim Nabuco n° 779.
877. Av. Joaquim Nabuco n° 793.
878. Av. Joaquim Nabuco n° 801.
879. Av. Joaquim Nabuco n° 809.
880. Av. Joaquim Nabuco n° 809-A.
881. Av. Joaquim Nabuco n° 815.
882. Av. Joaquim Nabuco n° 818.
883. Av. Joaquim Nabuco n° 820.
884. Av. Joaquim Nabuco n° 827.
885. Av. Joaquim Nabuco n° 862.
886. Av. Joaquim Nabuco n° 885.
887. Av. Joaquim Nabuco n° 926.
888. Av. Joaquim Nabuco n° 937 esq. Lauro Cavalcante, n° 150.
889. Av. Joaquim Nabuco n° 975.
890. Av. Joaquim Nabuco n° 979.
891. Av. Joaquim Nabuco n° 987.
892. Av. Joaquim Nabuco n° 991- Vila Ercília c/10 casas
893. Av. Joaquim Nabuco n° 997.
894. Av. Joaquim Nabuco n° 1008.
895. Av. Joaquim Nabuco n° 1011.
896. Av. Joaquim Nabuco n° 1035.
897. Av. Joaquim Nabuco n° 1058.
898. Av. Joaquim Nabuco n° 1061.
899. Av. Joaquim Nabuco n° 1106.
900. Av. Joaquim Nabuco n° 1110.
901. Av. Joaquim Nabuco n° 1242.
902. Av. Joaquim Nabuco n° 1248.
903. Av. Joaquim Nabuco n° 1254.
904. Av. Joaquim Nabuco n° 1414.
905. Av. Joaquim Nabuco n° 1425.
906. Av. Joaquim Nabuco n° 1433.
907. Av. Joaquim Nabuco n° 1480/1488 esq. Ramos Fereira.
908. Av. Joaquim Nabuco n° 1507 esq. Rua Rotary, n° 05/16.
909. Av. Joaquim Nabuco n° 1548/1.554/1.854 - A.
910. Av. Joaquim Nabuco n° 1641.
911. Av. Joaquim Nabuco n° 1648.
912. Av. Joaquim Nabuco n° 1666.
913. Av. Joaquim Nabuco n° 1703.
914. Av. Joaquim Nabuco n° 2142.
915. Av. Joaquim Nabuco n° 2153.

916. Av. Joaquim Nabuco n° 2157.
917. Av. Joaquim Nabuco n° 2161.
918. Av. Joaquim Nabuco n° 2207.
919. Av. Joaquim Nabuco n° 2284.
920. Av. Joaquim Nabuco n° 2320.
921. Av. Joaquim Nabuco n° 2324.
922. Av. Joaquim Nabuco n° 2326.
923. Av. Joaquim Nabuco n° 2338.
924. Av. Joaquim Nabuco n° 2409.
925. Av. Joaquim Nabuco n° 2415.
926. Av. Joaquim Nabuco n° 2419.
927. Av. Joaquim Nabuco n° 2425.
928. Av. Joaquim Nabuco n° 2431.
929. Av. Joaquim Nabuco n° 2491.
930. Av. Joaquim Nabuco n° 2505.
931. Av. Joaquim Sarmiento n° 23.
932. Av. Joaquim Sarmiento n° 29.
933. Av. Joaquim Sarmiento n° 31.
934. Av. Joaquim Sarmiento n° 35.
935. Av. Joaquim Sarmiento n° 37.
936. Av. Joaquim Sarmiento n° 43.
937. Av. Joaquim Sarmiento n° 87- A.
938. Av. Joaquim Sarmiento n° 87.
939. Av. Joaquim Sarmiento n° 136/142/s/n° esq. Saldanha Marinho.
940. Av. Joaquim Sarmiento n° 155.
941. Av. Joaquim Sarmiento n° 161.
942. Av. Joaquim Sarmiento n° 201.
943. Av. Joaquim Sarmiento n° 203.
944. Av. Joaquim Sarmiento n° 209.
945. Av. Joaquim Sarmiento n° 210.
946. Av. Joaquim Sarmiento n° 217.
947. Av. Joaquim Sarmiento n° 218.
948. Av. Joaquim Sarmiento n° 221.
949. Av. Joaquim Sarmiento n° 224.
950. Av. Joaquim Sarmiento n° 227.
951. Av. Joaquim Sarmiento n° 232.
952. Av. Joaquim Sarmiento n° 243.
953. Av. Joaquim Sarmiento n° 281.
954. Av. Joaquim Sarmiento n° 306.
955. Av. Joaquim Sarmiento n° 355.
956. Av. Joaquim Sarmiento n° 376 / 356.
957. Av. Joaquim Sarmiento n° 384.
958. Av. Joaquim Sarmiento n° 396.
959. Av. Joaquim Sarmiento n° 406.
960. Av. Joaquim Sarmiento n° 412/418.
961. Av. Joaquim Sarmiento n° 413/425 esq. José Clemente n° 336.
962. Rua. Jonathan Pedrosa n° 150.
963. Rua. Jonathan Pedrosa n° 254.
964. Rua. Jonathan Pedrosa n° 260.
965. Rua. Jonathan Pedrosa n° 264.
966. Rua. Jonathan Pedrosa n° 271.
967. Rua. Jonathan Pedrosa n° 280.
968. Rua. Jonathan Pedrosa n° 284.
969. Rua. Jonathan Pedrosa n° 319.
970. Rua. Jonathan Pedrosa n° 329.
971. Rua. Jonathan Pedrosa n° 342.
972. Rua. Jonathan Pedrosa n° 364.
973. Rua. Jonathan Pedrosa n° 374.
974. Rua. Jonathan Pedrosa n° 377.
975. Rua. Jonathan Pedrosa n° 379.
976. Rua. Jonathan Pedrosa n° 380.
977. Rua. Jonathan Pedrosa n° 384.
978. Rua. Jonathan Pedrosa n° 408.
979. Bc. José Casarrio n° 11.
980. Bc. José Casarrio n° 12 – Vila Augusta
981. Bc. José Casarrio n° 19.
982. Bc. José Casarrio n° 21.
983. Bc. José Casarrio n° 25.
984. Bc. José Casarrio n° 35.
985. Bc. José Casarrio n° 34.
986. Bc. José Casarrio n° 112.
987. Bc. José Casarrio n° 114.
988. Rua. José Clemente n° 200.
989. Rua. José Clemente n° 208.
990. Rua. José Clemente n° 216.
991. Rua. José Clemente n° 217.
992. Rua. José Clemente n° 222.
993. Rua. José Clemente n° 223.
994. Rua. José Clemente n° 237.
995. Rua. José Clemente n° 298.
996. Rua. José Clemente n° 230.
997. Rua. José Clemente n° 354/364.
998. Rua. José Clemente n° 538 esq. Rua Barros, n° 407.
999. Rua. José Clemente n° 626.
1000. Rua. José Clemente n° 632.
1001. Rua. José Paranaquá esquina com Floriano Peixoto.
1002. Rua. José Paranaquá n° 294.
1003. Rua. José Paranaquá n° 392.
1004. Rua. José Paranaquá n° 394.
1005. Rua. José Paranaquá n° 396.
1006. Rua. José Paranaquá n° 398.
1007. Rua. José Paranaquá n° 413.
1008. Rua. José Paranaquá n° 421.
1009. Rua. José Paranaquá n° 435.
1010. Rua. José Paranaquá n° 451.
1011. Rua. José Paranaquá n° 503.
1012. Rua. José Paranaquá n° 507.
1013. Rua. José Paranaquá n° 540.
1014. Rua. José Paranaquá n° 552.

Anexo II – (Continuação) - Destaque para as vilas Baima e Portela, linhas 1496 e 1602, respectivamente.

1410. Rua. Ruy Barbosa n° 131.	1508. Av. Sete de setembro n° 1590.
1411. Rua. Ruy Barbosa n° 134.	1509. Av. Sete de setembro n° 1596.
1412. Rua. Ruy Barbosa n° 135.	1510. Av. Sete de setembro n° 1633.
1413. Rua. Ruy Barbosa n° 148.	1511. Av. Sete de setembro n° 1639.
1414. Rua. Ruy Barbosa n° 149.	1512. Av. Sete de setembro n° 1643.
1415. Rua. Ruy Barbosa n° 155.	1513. Av. Sete de setembro n° 1649.
1416. Rua. Ruy Barbosa n° 161.	1514. Av. Sete de setembro n° 1653.
1417. Rua. Ruy Barbosa n° 177.	1515. Av. Sete de setembro n° 1655.
1418. Rua. Ruy Barbosa n° 183.	1516. Av. Sete de setembro n° 1710.
1419. Rua. Ruy Barbosa s/n°.	1517. Av. Sete de setembro n° 1736.
1420. Rua. Saldanha Maranhão n° 326.	1518. Av. Sete de setembro n° 1739.
1421. Rua. Saldanha Maranhão n° 350 esq. Joaquim Sarmento, n° 156.	1519. Av. Sete de setembro n° 1756.
1422. Rua. Saldanha Maranhão n° 363 esq. Joaquim Sarmento, n° 201/201-A/201-B/201-C.	1520. Av. Sete de setembro n° 1768.
1423. Rua. Saldanha Maranhão n° 402/402-A.	1521. Av. Sete de setembro n° 1832.
1424. Rua. Saldanha Maranhão n° 423.	1522. Av. Sete de setembro n° 1833.
1425. Rua. Saldanha Maranhão n° 427.	1523. Av. Sete de setembro n° 1843.
1426. Rua. Saldanha Maranhão n° 601/603.	1524. Av. Sete de setembro n° 1872.
1427. Rua. Saldanha Maranhão n° 609.	1525. Av. Sete de setembro n° 1878.
1428. Rua. Saldanha Maranhão n° 617.	1526. Av. Sete de setembro n° 1952.
1429. Rua. Saldanha Maranhão n° 641.	1527. Av. Sete de setembro n° 1958.
1430. Rua. Saldanha Maranhão n° 674.	1528. Av. Sete de setembro n° 1966.
1431. Rua. Saldanha Maranhão n° 682.	1529. Av. Sete de setembro n° 2175.
1432. Rua. Saldanha Maranhão n° 725.	1530. Av. Sete de setembro n° 2210.
1433. Rua. Saldanha Maranhão n° 757.	1531. Av. Sete de setembro n° 2220.
1434. Rua. Saldanha Maranhão n° 761.	1532. Av. Sete de setembro s/n°.
1435. Rua. Saldanha Maranhão n° 765.	1533. Av. Sete de setembro s/n°.
1436. Rua. Saldanha Maranhão n° 769.	1534. Rua. Silva Ramos n° 490.
1437. Rua. Saldanha Maranhão n° 772.	1535. Rua. Silva Ramos n° 516.
1438. Rua. Saldanha Maranhão n° 773.	1536. Rua. Silva Ramos n° 550.
1439. Rua. Saldanha Maranhão n° 776.	1537. Rua. Silva Ramos n° 861.
1440. Rua. Saldanha Maranhão n° 777.	1538. Rua. Simão Bolívar n° 15.
1441. Rua. Saldanha Maranhão n° 781.	1539. Rua. Simão Bolívar n° 21.
1442. Rua. Saldanha Maranhão n° 785.	1540. Rua. Simão Bolívar n° 69/61.
1443. Rua. Saldanha Maranhão n° 789.	1541. Rua. Simão Bolívar n° 91 esq. Av. Epaminondas.
1444. Av. Sete de setembro n° 85.	1542. Rua. Simão Bolívar n° 151.
1445. Av. Sete de setembro n° 96.	1543. Tv. Tabelação Lessa n° 50.
1446. Av. Sete de setembro n° 104.	1544. Tv. Tabelação Lessa n° 56.
1447. Av. Sete de setembro n° 110.	1545. Rua. Tamandará n° 30/40/66.
1448. Av. Sete de setembro n° 118.	1546. Rua. Tamandará n° 120/126.
1449. Av. Sete de setembro n° 136.	1547. Rua. Tamandará n° 150.
1450. Av. Sete de setembro n° 145.	1548. Rua. Tamandará n° 164.
1451. Av. Sete de setembro n° 182.	1549. Rua. Tamandará n° 166/174.
1452. Av. Sete de setembro n° 188.	1550. Rua. Taquairinha n° 17.
1453. Av. Sete de setembro n° 205.	1551. Rua. Taquairinha s/n°.
1454. Av. Sete de setembro n° 208.	1552. Rua. Taquairinha n° 57 esq. Rua Visconde de Mauá, n° 85/90/94/98/102/106.
1455. Av. Sete de setembro n° 344.	1553. Rua. Tarumã n° 411.
1456. Av. Sete de setembro n° 377.	1554. Rua. Tarumã n° 415.
1457. Av. Sete de setembro n° 414.	1555. Rua. Tarumã n° 421.
1458. Av. Sete de setembro n° 430.	1556. Rua. Tarumã n° 425.
1459. Av. Sete de setembro n° 649.	1557. Rua. Tarumã n° 431.
1460. Av. Sete de setembro n° 695.	1558. Rua. Tarumã n° 881.
1461. Av. Sete de setembro n° 667/677.	1559. Rua. Tarumã n° 939.
1462. Av. Sete de setembro n° 711.	1560. Rua. Tarumã s/n°.
1463. Av. Sete de setembro n° 727.	1561. Rua. Theodorino Souza n° 65/65.
1464. Av. Sete de setembro n° 766.	1562. Rua. Theodorino Souza n° 75/75-A.
1465. Av. Sete de setembro n° 825.	1563. Rua. Theodorino Souza n° 181.
1466. Av. Sete de setembro n° 890.	1564. Rua. Theodorino Souza n° 213.
1467. Av. Sete de setembro n° 945.	1565. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 114.
1468. Av. Sete de setembro n° 1015.	1566. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 207.
1469. Av. Sete de setembro n° 1035/1043.	1567. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 423.
1470. Av. Sete de setembro n° 1051.	1568. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 445.
1471. Av. Sete de setembro n° 1061/1061-A.	1569. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 504.
1472. Av. Sete de setembro n° 1184.	1570. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 512.
1473. Av. Sete de setembro n° 1194.	1571. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 521.
1474. Av. Sete de setembro n° 1199.	1572. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 524.
1475. Av. Sete de setembro n° 1202.	1573. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 526.
1476. Av. Sete de setembro n° 1220.	1574. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 542.
1477. Av. Sete de setembro n° 1240.	1575. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 571.
1478. Av. Sete de setembro n° 1242.	1576. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 581.
1479. Av. Sete de setembro n° 1244.	1577. Rua. Virté e Quatro de Maio n° 615.
1480. Av. Sete de setembro n° 1254.	1578. Rua. Virté e Quatro de Maio s/n°.
1481. Av. Sete de setembro n° 1258.	1579. Rua. Visconde de Mauá n° 67/73.
1482. Av. Sete de setembro n° 1264.	1580. Rua. Visconde de Mauá n° 79.
1483. Av. Sete de setembro n° 1275.	1581. Rua. Visconde de Mauá n° 81/83.
1484. Av. Sete de setembro n° 1279.	1582. Rua. Visconde de Mauá n° 87.
1485. Av. Sete de setembro n° 1283.	1583. Rua. Visconde de Mauá n° 111.
1486. Av. Sete de setembro n° 1291.	1584. Rua. Visconde de Mauá n° 144.
1487. Av. Sete de setembro n° 1293.	1585. Rua. Visconde de Mauá n° 264.
1488. Av. Sete de setembro n° 1307.	1586. Rua. Visconde de Mauá n° 272.
1489. Av. Sete de setembro n° 1373.	1587. Rua. Visconde de Mauá n° 286/282.
1490. Av. Sete de setembro n° 1375.	1588. Rua. Visconde de Mauá n° 288/290.
1491. Av. Sete de setembro n° 1386.	1589. Rua. Visconde de Mauá n° 298.
1492. Av. Sete de setembro n° 1399.	1590. Rua. Visconde de Mauá n° 302.
1493. Av. Sete de setembro n° 1405.	1591. Rua. Visconde de Mauá n° 303.
1494. Av. Sete de setembro n° 1411.	1592. Rua. Visconde de Mauá n° 321/315.
1495. Av. Sete de setembro n° 1417-A.	1593. Rua. Visconde de Mauá n° 327/329.
1496. Av. Sete de setembro n° 1419 (8 casas).	1594. Rua. Visconde de Mauá n° 339.
1497. Av. Sete de setembro n° 1429.	1595. Rua. Visconde de Mauá s/n°.
1498. Av. Sete de setembro n° 1439.	1596. Rua. Visconde de Mauá s/n° fundos da Câmara.
1499. Av. Sete de setembro n° 1456.	1597. Rua. Visconde de Porto Alegre n° 07.
1500. Av. Sete de setembro n° 1462.	1598. Rua. Visconde de Porto Alegre n° 32.
1501. Av. Sete de setembro n° 1468.	1599. Rua. Visconde de Porto Alegre n° 49.
1502. Av. Sete de setembro n° 1472.	1600. Rua. Visconde de Porto Alegre n° 61.
1503. Av. Sete de setembro n° 1478.	1601. Rua. Visconde de Porto Alegre n° 82.
1504. Av. Sete de setembro n° 1480.	1602. Rua. Visconde de Porto Alegre n° 85 – Vila Portela.
1505. Av. Sete de setembro n° 1486.	1603. Rua. Visconde de Porto Alegre n° 88.
1506. Av. Sete de setembro n° 1566.	1604. Rua. Visconde de Porto Alegre n° 94.
1507. Av. Sete de setembro n° 1582.	1605. Rua. Visconde de Porto Alegre n° 99.

1606	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 100
1607	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 106
1608	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 112
1609	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 116
1610	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 118
1611	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 122
1612	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 137
1613	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 141
1614	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 143
1615	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 149
1616	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 188
1617	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 211
1618	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 217
1619	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 321
1620	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 345
1621	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 385
1622	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 454
1623	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 464
1624	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 488
1625	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 570
1626	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 593
1627	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 607
1628	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 630
1629	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 652
1630	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 684 - Vila Arminda
1631	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 697 esp. R. Isabel
1632	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 708
1633	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 724
1634	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 727
1635	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 781
1636	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 787
1637	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 805
1638	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 806
1639	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 815
1640	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 1492
1641	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 1884
1642	Rua. Visconde de Porto Alegre n° 2201
1643	Rua. Xavier de Mendonça esp. c/ Alexandre Amorim n° 330.
1644	Rua. Xavier de Mendonça n° 192
1645	Rua. Xavier de Mendonça n° 198
1646	Rua. Xavier de Mendonça n° 220
1647	Rua. Xavier de Mendonça n° 230
1648	Rua. Wilens de Matos esp. c/ Beco da Indústria n° 244
1649	Rua. Wilens de Matos esp. c/ Ferreira Pena n° 53
1650	Rua. Wilens de Matos n° 132
1651	Rua. Wilens de Matos n° 142
1652	Rua. Wilens de Matos n° 212
1653	Rua. Wilens de Matos n° 340
1654	Rua. Wilens de Matos n° 360
1655	Rua. Wilens de Matos n° 412
1656	Rua. Wilens de Matos n° 431

ANEXO III

LISTAGEM DO CONJUNTO DA ORLA PORTUÁRIA

	Discriminação da Unidade - Uso	Localização
1657.	Armadura n° 0 do Porto	Orla Portuária
1658.	Armadura n° 03 do Porto	Orla Portuária
1659.	Armadura n° 04 do Porto	Orla Portuária
1660.	Armadura n° 07 do Porto	Orla Portuária
1661.	Armadura n° 10 do Porto	Orla Portuária
1662.	Armadura n° 10-A do Porto	Orla Portuária
1663.	Armadura n° 15 do Porto	Orla Portuária
1664.	Armadura n° 20 do Porto	Orla Portuária
1665.	Antiga Casa de Máquinas do Roadway	Orla Portuária
1666.	Bomba D'água do Porto	Orla Portuária
1667.	Roadway	Orla Portuária

ANEXO IV

LISTAGEM DAS PRAÇAS HISTÓRICAS

	Discriminação da Unidade - USO	Localização
1.	Praça D. Pedro II	Entre as Ruas Bernardo Ramos, Gabriel Salgado, Av. Sete de Setembro e Governador Vítório.
2.	Praça Helodoro Balbi e Ribeiro Junior (Antiga Praça da Constituição)	Entre as Ruas José Paranaíba, Dr. Moreira, Marçilo Dias e Av. Sete de Setembro.
3.	Praça São Sebastião com Monumento Abertura dos Portos	Entre as Ruas Dez de Julho, José Clemente e Costa Azevedo.
4.	Praça da Matriz e Praça Oswaldo Cruz (Antigos Jardins da Matriz)	Entre as Ruas da Instalação, Av. Sete Setembro, Eduardo Ribeiro e Largo Da Matriz.
5.	Praça da Saudade com Monumento em homenagem a Tenreiro Aranha	Entre as Ruas Sírio Bolívar, Ferreira Pena e Av. Epaminondas.
6.	Praça do Congresso	Av. Eduardo Ribeiro entre as Ruas Ramos Ferreira e Mozenhor Coutinho.
7.	Praça Tenreiro Aranha (Atual Feira Permanente dos Camélias)	Entre a Theodoro Souto, Guilherme Moreira Marçilo Dias e Av. Floriano Peixoto.
8.	Praça Nossa Senhora dos Remedios	Entre as Rua Cel. Sérgio Pessoa, Miranda Leão, Leovegildo Coelho e Ruas dos Barés.
9.	Praça IX de Novembro (Atual Largo do Museu do Porto)	Entre as Ruas Governador Vítório, Visconde de Mauá e Tamandaré.
10.	Praça XV de Novembro (Atual Largo do Terminal de Transportes Coletivos)	Extensão da Praça da Matriz.

DECRETO DE 9 DE FEVEREIRO DE 2004

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS**, no exercício das prerrogativas que lhe outorga o inciso I do artigo 128 da **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS**, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo protocolado sob o n. 2004/08/000142, de 8-1-2004, **resolve**

I PRORROGAR, pelo prazo de doze meses, a contar de 1º-1-2004, com ênfase para o órgão de origem, a disposição em que se encontra a funcionária **RAIMUNDA DAS CHAGAS MENDONÇA**, fiscal de saúde II A - 47, matrícula 064.232 O A, do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Saúde (Semsa)**, concedida à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANACAPURU** por meio do Decreto datado de 19-3-2003, publicado no DOM n. 721, de 16-3-2003.

II VINCULAR a validade deste ato ao exercício de cargo ou função de confiança e, na hipótese de dispensa e/ou exoneração, dentro do prazo estabelecido no inciso precedente, deverá a servidora em referência retornar às suas atividades junto a este **Executivo Municipal**.

Manaus, 9 de fevereiro de 2004

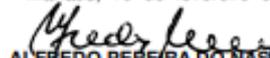

ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2004

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS**, no exercício da competência que lhe outorga o inciso I do artigo 128 da Lei Orgânica do Município, **resolve**

CONSIDERAR AUTORIZADA a viagem empreendida pelo Sr. **JOÃO FRANCISCO TUSSOLINI**, Subsecretário Municipal de Saúde, onde fora à cidade de São Paulo/SP, no período de 27.01 à 01.02.2004, tratar de assuntos de interesse do Município.

Manaus, 10 de fevereiro de 2004.

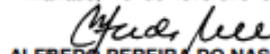

ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2004.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS**, no exercício das prerrogativas que lhe outorga o inciso I do Artigo 128 da **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS**, resolve

NOMEAR, nos termos do art. 55, § 1º do Decreto n° 4.934, de 04.04.2000, a Dra. **MARCELLA AGUIAR WOLTER**, para exercer, a contar de 10.02.2004, o Cargo em Comissão, símbolo CC-2, de Assessora do Gabinete da Procuradoria Geral do Município.

Manaus, 10 de fevereiro de 2004.


ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2004

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS**, no exercício das prerrogativas que lhe outorgam os artigos 80, inciso XI e 128, inciso I, da **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO**, **resolve**

1 ⁱBorboleta, carro e bolo confeitado: casas em formatos inusitados chamam atenção em Manaus. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/02/20/borboleta-carro-e-bolo-confeitado-casas-em-formatos-inusitados-chamam-atencao-em-manauas.ghtml>. Acesso em: 24.10.2023.